

RETOMAR A TERRA: COMO SER INDÍGENA NA REGIÃO METROPOLITANA DE BELO HORIZONTE



Thiago Barbosa de Campos

**RETOMAR A TERRA: COMO SER INDÍGENA NA REGIÃO
METROPOLITANA DE BELO HORIZONTE**

Belo Horizonte MG

Escola de Arquitetura da UFMG

Agosto de 2019

Thiago Barbosa de Campos

**RETOMAR A TERRA: COMO DE SER INDÍGENA NA REGIÃO
METROPOLITANA DE BELO HORIZONTE**

Dissertação apresentada ao Núcleo de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo – NPGAU, da Universidade Federal de Minas Gerais, como requisito parcial à obtenção de título de Mestre em Arquitetura e Urbanismo

Orientador: Dr. Frederico Canuto

Belo Horizonte MG

Escola de Arquitetura da UFMG

Agosto de 2019

FICHA CATALOGRÁFICA

C198r Campos, Thiago Barbosa de.
Retomar a terra [manuscrito]: como ser indígena na Região Metropolitana de Belo Horizonte / Thiago Barbosa de Campos. - 2019.
120f. : il.

Orientador: Frederico Canuto.

Dissertação (mestrado) – Universidade Federal de Minas Gerais, Escola de Arquitetura.

1.Arquitetura nativa - Teses. 2. Índios – Cidades e Vilas – Teses. 3. Índios-Minas Gerais - Teses. I. Canuto, Frederico. II. Universidade Federal de Minas Gerais. Escola de Arquitetura. III. Título.

CDD 305.898081

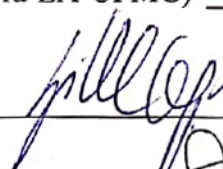
Ficha catalográfica: Biblioteca Raffaello Berti, Escola de Arquitetura/UFMG.

Dissertação defendida junto ao Programa de Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo - NPGAU
– da Escola de Arquitetura da Universidade Federal de Minas Gerais, e aprovada em 31 de julho de
2019 pela Comissão Examinadora:

Prof. Dr. Frederico Canuto (Orientadora-EA-UFMG)



Profa. Dra. Silke Kapp (EA-UFMG)



Prof. Dr. Luis Roberto de Paula (UFABC)



AGRADECIMENTOS

Vamos lá! Agradeço: Ao orientador Frederico Canuto, pelo acompanhamento cuidadoso no desenvolvimento deste trabalho, pelas reflexões durante as visitas à campo e pelas indicações de leituras preciosas. Aos professores e estudantes do Programa de Extensão Morar Indígena, em especial à Eduarda Monti pela ajuda com os trabalhos de campo. À Amanda Horta pelas sugestões de leitura e o entusiasmo nos debates sobre as questões indígenas. Ao Bernardo Araujo por cuidar de nossos trabalhos em parceira durante a minha ausência. Ao Fernando Pacheco pelas reflexões sobre arquitetura e pesquisa e pelo apoio nas situações de imbróglis da vida pessoal. À Sarah Floresta pelo incentivo e auxílio para iniciar este trabalho. Ao Geraldo Ângelo, ao Danilo Botelho e ao Marcos Frachini que me incentivaram a embarcar no mestrado. Ao André Soares por compartilhar suas experiências como mestrando e pela ajuda com a moradia e o companheirismo. À Isabel Brant e ao José Marcos, colegas no mestrado. À Silke Kapp e ao Luis Roberto de Paula pelas valiosas contribuições durante as bancas de qualificação e de conclusão. À Luísa Ventura pelo carinho nos momentos de angústia. À Mariana Ventura pela ajuda na parte gráfica. À minha mãe, Maria Tereza, apoiadora incondicional. Ao meu pai, Kleber, exemplo para meu gosto pelos livros. Aos meus irmãos Marden, pelas dicas de leitura e o incentivo de seguir estudando, e Fábio, pela contribuição nas transcrições das entrevistas. Somos feitos uns dos outros!

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001.

RESUMO

O foco deste trabalho é compreender o processo recente promovido por um grupo de indígenas, chamado por eles de *retomada de terras*, que resultou na criação da aldeia Naô Xohã, em outubro de 2017, no município de São Joaquim de Bicas, localizado na Região Metropolitana de Belo Horizonte, em Minas Gerais. O grupo é composto principalmente por indígenas das etnias Pataxó Hã-Hã-Hãe e Pataxó, vindos de terras demarcadas no sul da Bahia além de indígenas vindos de outros estados e cidades. A pesquisa busca compreender quem são os indivíduos e grupos envolvidos na criação aldeia, as trajetórias sócio-espaciais de seus moradores, como tem se dado a produção do espaço no local e o que tem sido a *retomada* na prática.

Ao tratar da produção do espaço na aldeia, este trabalho leva em consideração, além das ações dos próprios indígenas, as influências de outros agentes. Isso inclui a Fundação Nacional do Índio (FUNAI), órgão responsável pela demarcação de terras indígenas; a ONG Teto, que construiu cinco habitações temporárias para a aldeia; e a mineradora Vale, que passou a ter forte influência nas transformações da Naô Xohã devido ao rompimento da barragem da mina Córrego do Feijão, operada pela empresa, que devastou o rio que passa às margens do território reivindicado pelos indígenas.

A metodologia de pesquisa adotada foi inspirada em estratégias da etnografia e teve como base visitas à aldeia, registros de conversas informais, acompanhamento de atividades do dia a dia dos indígenas, entrevistas narrativas e produção de material gráfico.

Palavras-Chaves: indígenas; retomada de terras; práticas sócio-espaciais; Região Metropolitana de Belo Horizonte; aldeia Naô Xohã.

ABSTRACT

The following research focus on the understanding of the recent process promoted by the Indigenous population, called *Retomada de Terras* (resumption of land) which resulted in the creation of the Naô Xohã Settlement (*Aldeia Naô Xohã*) at October 2017 in the municipality of São Joaquim de Bicas, located in the Metropolitan Region of Belo Horizonte, state of Minas Gerais. The group consists mainly of natives from the Pataxó Hã-Hã-Hãe and Pataxó ethnicity, originated from government official settlements from the south of Bahia state and other natives from other states and cities. Therefore, the dissertation seeks to express whom these individuals are, their involvement with the settlement's creation, their socio-spatial trajectories, the ways the production of space took place, and what has been the *retomada* (resumption) so far.

In dealing with production of space, this work takes into account the influence of other agents. Such agents includes: the *Fundação Nacional do Índio* (FUNAI), the Brazilian national agency responsible for the demarcation of indigenous lands; the NGO Teto, responsible for building temporary housing for the village; and the mining company *Vale*, owner of Córrego do Feijão mine dam, which the recently irruption resulted in the devastation of the river that passes on the shores of the Indian claimed territory.

The methodology adopted was based upon ethnography research strategies such as: visits to the village, the register of informal conversations, observation of day-to-day activities of the population, narrative interviews, and production of graphic material.

Keywords: indigenous; resumption of land; socio-spatial practices; Metropolitan Region of Belo Horizonte; Aldeia Naô Xohã.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Ferramentas utilizadas para coleta de dados durante os trabalhos de campo na aldeia Naô Xohã.....	23
Figura 2: Maquete física da aldeia Naô Xohã produzida a partir de levantamentos realizados nos trabalhos de campo.....	25
Figura 3: Roteiro para entrevista com indígenas moradores da aldeia Naô Xohã.....	28
Figura 4: Roteiro para entrevista com Pablo Matos Camargo (FUNAI Regional ES/MG).....	32
Mapa 1 - Etnias indígenas em Minas Gerais com base em estimativas do CEDEFES.....	44
Mapa 2 - Belo Horizonte: distribuição de autodeclarados indígenas por setor censitário de acordo com Censo 2010.....	45
Mapa 3 - Localização das aldeias Kamakã Graya e Naô Xohã na Região Metropolitana de Belo Horizonte.....	51
Mapa 4 - Contexto regional de inserção da aldeia Naô Xohã sobre imagem aérea do Google Earth de abril de 2019.....	51
Figura 5 - Árvore genealógica: indígenas da etnia Pataxó Hã-Hã-Hãe envolvidos na aldeia Naô Xohã.....	58
Figura 6 - Árvore genealógica: indígenas da etnia Pataxó envolvidos na aldeia Naô Xohã.....	58
Mapa 5 - Configuração sócio-espacial da aldeia Naô Xohã. Novembro de 2017.....	66
Mapa 6 - Configuração sócio-espacial da aldeia Naô Xohã. Janeiro de 2018.....	66
Mapa 7 - Configuração sócio-espacial da aldeia Naô Xohã. Agosto de 2018.....	66
Foto 1 - Indígenas acampam marcando início da retomada. Novembro de 2017.....	67
Foto 2 - Indígenas abrem a mata no início da retomada. Novembro de 2017.....	67
Foto 3 - Primeiras ocas em construção na aldeia Naô Xohã. Janeiro de 2018.....	67
Foto 4 - Mobiliário na aldeia Naô Xohã. Janeiro de 2018.....	67
Foto 5 - Estrutura em bambu para oca na aldeia Naô Xohã. Janeiro de 2018.....	67
Foto 6 - Técnicos da FUNAI visitam aldeia Naô Xohã. Junho de 2018.....	68

Foto 7 - Acesso à aldeia Naô Xohã. Agosto de 2018.....	68
Foto 8 - Fechamento lateral da oca em estrutura de bambu e barro. Agosto de 2018.....	68
Foto 9 - Visão geral da aldeia Naô Xohã. Agosto de 2018.....	68
Foto 10 - Estrutura em madeira para oca na aldeia Naô Xohã. Agosto de 2018.....	68
Foto 11 - Tehé e Arakuã na reunião entre indígenas e apoiadores na aldeia Naô Xohã. Agosto de 2018.....	69
Foto 12 - Reunião entre indígenas e apoiadores na aldeia Naô Xohã. Agosto de 2018.....	69
Foto 13 - Lideranças Pataxó Hã-hã-Hãe na aldeia Naô Xohã. Agosto de 2018.....	69
Foto 14 - Anciãos Seu Gervázio e Dona Antônia na reunião entre indígenas e apoiadores na aldeia Naô Xohã. Agosto de 2018.....	69
Foto 15 - Desenho do indígena Pataxó Sivaldo com plano para expansão da aldeia Naô Xohã. Agosto de 2018.....	69
Foto 16 - Acesso à aldeia Naô Xohã. Outubro de 2018.....	70
Foto 17 - Oca coberta por lona e fogão suspenso na aldeia Naô Xohã. Outubro de 2018.....	70
Foto 18 - Indígenas trabalhando com palha da taboa para cobertura de oca na aldeia Naô Xohã. Outubro de 2018.....	70
Foto 19 - Reunião entre indígenas no acesso à aldeia Naô Xohã. Outubro de 2018.....	70
Foto 20 - Crianças indígenas na aldeia Naô Xohã. Outubro de 2018.....	70
Foto 21 - Execução de cobertura de oca com telha de fibrocimento e palha de taboa na aldeia Naô Xohã. Outubro de 2018.....	71
Foto 22 - Oca com fechamento em madeirite e cobertura em lona na aldeia Naô Xohã. Outubro de 2018.....	71
Foto 23 - Vista interna da oca na aldeia Naô Xohã. Outubro de 2018.....	71
Foto 24 - Vista interna da oca com fechamento em madeirite e varas de bambu na aldeia Naô Xohã. Outubro de 2018.....	71
Foto 25 - Oca com cobertura em telha de fibrocimento na aldeia Naô Xohã. Outubro de 2018.....	71

Foto 26 - Fogão suspenso e mobiliário de apoio na aldeia Naô Xohã. Outubro de 2018.....	72
Foto 27 - Fogão suspenso na aldeia Naô Xohã. Outubro de 2018.....	72
Foto 28 - Varanda coberta anexa à oca com fogão suspenso na aldeia Naô Xohã. Outubro de 2018.....	72
Foto 29 - Estrutura em madeira para oca na aldeia Naô Xohã. Outubro de 2018.....	72
Foto 30 - Instalação de abastecimento de água potável e banheiro executados por indígenas na aldeia Naô Xohã. Outubro de 2018.....	72
Foto 31 - Voluntários da ONG Teto executando cinco casas na aldeia Naô Xohã. Dezembro de 2018.....	78
Foto 32 - Reunião entre indígenas e voluntários da ONG Teto na aldeia Naô Xohã. Outubro de 2018.....	78
Foto 33 - Voluntários da ONG Teto finalizando execução de uma casa na aldeia Naô Xohã. Dezembro de 2018.....	78
Foto 34 - Voluntários da ONG Teto executando uma casa na aldeia Naô Xohã. Dezembro de 2018.....	78
Foto 35 - Indígena Arakuã participando do processo de execução de casa fornecida pela ONG Teto na aldeia Naô Xohã. Dezembro de 2018.....	78
Mapa 8 - Configuração sócio-espacial da aldeia Naô Xohã. Outubro de 2018.....	93
Mapa 9 - Configuração sócio-espacial da aldeia Naô Xohã. Fevereiro de 2019.....	93
Mapa 10 - Configuração sócio-espacial da aldeia Naô Xohã. Março de 2019.....	93
Foto 36 - Funcionários contratados pela mineradora Vale executando nova instalação de água potável na aldeia Naô Xohã. Fevereiro de 2019.....	94
Foto 37 - Indígena Sivaldo e Thiago Campos realizando medições na aldeia Naô Xohã e oca com fechamento lateral em barro e em madeirite. Fevereiro de 2019.....	94
Foto 38 - Indígena Sivaldo realizando medições na aldeia Naô Xohã. Fevereiro de 2019.....	94
Foto 39 - Casa fornecida pela ONG Teto com pintura indígena na aldeia Naô Xohã. Fevereiro de 2019.....	94

Foto 40 - Casa fornecida pela ONG Teto e anexo para ampliação executado por indígenas na aldeia Naô Xohã. Fevereiro de 2019.....	94
Foto 41 - Oca e casa fornecida pela ONG Teto na aldeia Naô Xohã. Fevereiro de 2019.....	95
Foto 42 - Pátio de acesso e estrutura coberta em lona construída para receber indígenas de Carmésia na aldeia Naô Xohã. Fevereiro de 2019.....	95
Foto 43 - Vista geral da aldeia Naô Xohã e habitações com cobertura em novas lonas fornecidas pela mineradora Vale. Março de 2019.....	95
Foto 44 - Cobertura avarandada para expansão de casa fornecida pela ONG Teto na aldeia Naô Xohã. Fevereiro de 2019.....	95
Foto 45 - Oca com fechamento lateral em barro e madeirite e cobertura em lona. Fevereiro de 2019.....	95
Foto 46 - Cacique Hayô relatando planos para expansão da aldeia com base em desenho produzido pelo grupo Morar Indígena. Fevereiro de 2019.....	96
Foto 47 - Simulação da ocupação do espaço da aldeia Naô Xohã sobre maquete produzida pelo grupo Morar Indígena. Março de 2019.....	96
Foto 48 - Desenho do indígena Tehé com plano para expansão da aldeia Naô Xohã com base na Reserva da Jaqueira. Março de 2019.....	96
Foto 49 - Maquete física com plano de expansão da aldeia de acordo com lideranças Pataxó Hã-Hã-Hãe. Março de 2019.....	96
Foto 50 - Detalhe da maquete física com plano de expansão da aldeia de acordo com lideranças Pataxó Hã-Hã-Hãe. Março de 2019.....	96
Mapa 11 - Área para solicitação de demarcação junto à FUNAI segundo Arakuã. Outubro de 2018.....	97
Mapa 12 - Área para solicitação de demarcação junto à FUNAI segundo Angohó. Fevereiro de 2019.....	97
Figura 7 - Linha do tempo: evolução da aldeia Naô Xohã de outubro de 2017 a abril de 2018.....	102
Foto 51 - Vista geral a partir do acesso da aldeia Naô Xohã. Junho de 2019.....	113
Foto 53 - Vista geral a partir da parte alta da aldeia Naô Xohã. Junho de 2019.....	113
Foto 54 - Estrutura e construções em formato retangular na aldeia Naô Xohã. Junho de 2019.....	113

Foto 52 - Construção provisória para posto de atendimento médico na aldeia Naô Xohã. Junho de 2019.....113

Foto 55 - Vista interna de oca com estrutura em madeira, piso cimentado, laterais em madeirite e cobertura em lona. Aldeia Naô Xohã. Junho de 2019.....113

LISTA DE SIGLAS

CEDEFES: Centro de Documentação Eloy Ferreira da Silva

CEDEPLAR: Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional;

CIMI: Conselho Missionário Indígena;

CMACI: Comitê Mineiro de Apoio Às Causas Indígenas;

COPASA: Companhia de Saneamento de Minas Gerais;

CPT/MG: Comissão Pastoral da Terra de Minas Gerais;

CRI: Centro de Referência Indígena;

EA-UFG: Escola de Arquitetura da Universidade Federal de Minas Gerais;

FUCAM: Fundação Educacional Caio Martins;

FUNAI: Fundação Nacional do Índio;

GATI: Gestão Ambiental e Territorial Indígena;

IBGE: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística;

ISA: Instituto Socioambiental;

MPF: Ministério Público Federal;

MST: Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra;

ONG: Organização Não Governamental;

PBH: Prefeitura Municipal de Belo Horizonte;

RMBH: Região Metropolitana de Belo Horizonte;

SESAI: Secretaria Especial de Saúde Indígena;

TAP-E: Termo de Ajuste Preliminar Extrajudicial

TI: Terra Indígena;

UFG: Universidade Federal de Minas Gerais.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	13
OBJETIVOS.....	15
1. CAMINHOS DA PESQUISA	16
1.1. TRAJETÓRIA DO PESQUISADOR.....	16
1.2. RELEVÂNCIA DA PESQUISA	18
1.3. METODOLOGIA.....	21
1.3.1. Estratégia 1: inspiração etnográfica	21
1.3.2. Estratégia 2: entrevistas narrativas.....	26
2. DA ALDEIA À CIDADE: A QUESTÃO INDÍGENA E O ESPAÇO	33
2.1. OS ÍNDIOS E O NORDESTE.....	33
2.2. DISPERSÃO TERRITORIAL DOS PATAXÓ E PATAXÓ HÃ-HÃ-HÃE.....	35
2.3. SOBRE "SER INDÍGENA"	37
2.4. COMO SER INDÍGENA NA CIDADE?.....	39
3. DA CIDADE À ALDEIA: INDÍGENAS NA RMBH E A RETOMADA	46
3.1. PRÁTICAS ESPACIAIS NA RMBH: RETOMADAS.....	46
3.2. RETOMANDO A TERRA: PRODUÇÃO DO ESPAÇO NA ALDEIA NAÔ XOHÃ ..	52
3.2.1. Moradores e trajetórias sócio-espaciais	52
3.2.2. Construção material do espaço	59
3.2.3. Assistencialismo: a intervenção da ONG Teto	73
3.2.4. Rompimento da barragem em Brumadinho.....	79
3.2.5. Representatividade e planos para o futuro	84
3.2.6. Análises sobre a prática espacial	98
4. CONSIDERAÇÕES FINAIS (PRELIMINARES).....	103
5. BREVE RETORNO À ALDEIA.....	110
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	114

INTRODUÇÃO

O foco deste trabalho é compreender o processo recente promovido por um grupo de indígenas, chamado por eles de *retomada de terras*, que resultou na criação da aldeia Naô Xohã, em outubro de 2017, no município de São Joaquim de Bicas, localizado na Região Metropolitana de Belo Horizonte, em Minas Gerais. O grupo é composto principalmente por indígenas das etnias Pataxó Hã-Hã-Hãe e Pataxó, vindos de terras demarcadas no sul da Bahia além de indígenas vindos de outros estados e cidades. A pesquisa busca compreender quem são os indivíduos e grupos envolvidos na criação aldeia, as trajetórias sócio-espaciais de seus moradores, como tem se dado a produção do espaço no local e o que tem sido a *retomada* na prática.

Ao tratar da produção do espaço na aldeia, este trabalho leva em consideração, além das ações dos próprios indígenas, as influências de outros agentes. Isso inclui a Fundação Nacional do Índio (FUNAI), órgão responsável pela demarcação de terras indígenas; a ONG Teto, que construiu cinco habitações temporárias para a aldeia; e a mineradora Vale, que passou a ter forte influência nas transformações da Naô Xohã devido ao rompimento da barragem da mina Córrego do Feijão, operada pela empresa, que devastou o rio que passa às margens do território reivindicado pelos indígenas.

No primeiro capítulo apresento um breve relato de minha trajetória como pesquisador e como se iniciou meu interesse pela temática aqui abordada: a relação entre indígenas e os espaços em que vivem. Em seguida apresento a relevância da pesquisa, ou seja, porque tem sido importante, no campo das pesquisas sócio-espaciais, estudar a produção do espaço por grupos minoritários adotando uma visão “de dentro”, em contato próximo e constante com as pessoas e os espaços em que vivem, em um recorte espacial de pequena escala (embora sem ignorar que processos externos e resultantes de outras escalas interfiram decisivamente nas relações sócio-espaciais que se dão em pequena escala). Apresento ainda definições e conceitos que contribuem no entendimento do objeto estudado. Fecho o capítulo apresentando a metodologia adotada, inspirada

em estratégias da etnografia e que teve como base visitas à aldeia, registros de conversas informais, acompanhamento de atividades do dia a dia dos indígenas, entrevistas narrativas e produção de material gráfico.

No segundo capítulo, trago um embasamento teórico sobre a relação entre povos indígenas e seus espaços de vida na história do Brasil. Com base no trabalho do antropólogo João Pacheco de Oliveira, mostro como processos de territorialização sofridos ao longo dos últimos séculos culminaram em um modo de vida particular dos chamados "índios do Nordeste", grupo do qual fazem parte a maioria dos indígenas envolvidos no processo de retomada analisado no estudo de caso. Em seguida trago um breve histórico sobre os Pataxó e os Pataxó Hã-Hã-Hã e os territórios onde vivem, já que a maior parte dos indígenas envolvidos na aldeia pertencem a estas etnias. Ainda neste capítulo, abordo o que será considerado como "ser indígena" neste trabalho, com base em apontamentos do antropólogo Eduardo Viveiros de Castro. Fecho o capítulo trazendo alguns dados e explorando particularidades relativas à inserção de indígenas no contexto das cidades.

O terceiro capítulo trata do estudo de caso propriamente dito. De início descrevo algumas práticas espaciais indígenas em andamento nos últimos anos, verificadas nas observações em campo. Na sequência aprofundo na descrição e análise do processo da retomada e criação da nova aldeia desde sua criação até o encerramento do trabalho de campo, a saber, de outubro de 2017 a abril de 2019. Nos subitens em que se divide o capítulo trato dos seguintes assuntos: (1) quem são os moradores da aldeia e quais foram suas trajetórias espaciais e as motivações para iniciar a retomada; (2) como se deu a construção material do espaço da aldeia até o momento; (3) como foi a atuação assistencialista promovida pela ONG Teto que construiu cinco casas provisórias na aldeia em dezembro de 2018; (4) como o rompimento da barragem operada pela mineradora Vale em Brumadinho repercutiu no contexto da aldeia; (5) como se dão as relações de representatividade na aldeia e quais os diferentes planos de futuro dos grupos envolvidos; e (6) o que é possível interpretar a partir de uma análise crítica da produção do espaço na aldeia até o momento.

No quarto capítulo apresento um breve resumo do que foi discutido ao longo da dissertação trazendo algumas considerações finais que chamo *preliminares*, por estar o processo de criação da aldeia em pleno andamento e modificando-se com velocidade. Por fim, realizei uma última visita a campo, em junho de 2019, visando descrever as condições da produção do espaço na aldeia naquele momento com o objetivo de manter o registro o mais recente possível. O que foi observado nesta última visita a campo está exposto no quinto capítulo, que funciona como uma espécie de *post scriptum*.

OBJETIVOS

O objetivo geral deste estudo é investigar como se deu a produção do espaço no processo de retomada de terras que culminou na criação e evolução da aldeia Naô Xohã, localizada no município de São Joaquim de Bicas em Minas Gerais.

Os objetivos específicos são (1) levantar aspectos individuais dos pesquisados (dados pessoais e relações de parentesco); (2) compreender as modificações no espaço da aldeia (quais as motivações para sua criação, como a apropriação do espaço na aldeia Naô Xohã evoluiu, de que forma as decisões têm sido tomadas, quais os planos para transformações futuras no espaço); (3) compreender as trajetórias sócio-espaciais dos moradores da aldeia (loais em que viveram, percepções próprias sobre tais espaços, motivos das mudanças realizadas); (4) compreender a influência de agentes externos no processo de produção do espaço na aldeia e (5) analisar criticamente a produção do espaço na aldeia Naô Xohã.

1. CAMINHOS DA PESQUISA

1.1. TRAJETÓRIA DO PESQUISADOR

Meu interesse em investigar formas de uso do espaço por populações indígenas iniciou-se em experiências acadêmicas durante minha graduação em Arquitetura e Urbanismo entre os anos de 2005 e 2007, quando fui bolsista de iniciação científica no projeto interdisciplinar intitulado "Educação e Alternativas de Produção: etnodesenvolvimento e metodologias participativas nas comunidades Xacriabá", realizado junto ao Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional (CEDEPLAR)¹. O projeto consistiu em ações ligadas à pesquisa e extensão no território da Terra Indígena Xacriabá² envolvendo pesquisadores de áreas do conhecimento como economia, sociologia, educação, geografia e arquitetura.

Participei deste projeto em duas diferentes fases. Na primeira fase trabalhei no tratamento de dados da pesquisa "Conhecendo a Cultura Xacriabá" que teve como base a realização de amplos questionários aplicados na Reserva Indígena para aferir características de seus domicílios e indivíduos. Foram coletados e analisados dados como composição familiar, escolaridade, habilidades, posse de bens de consumo, renda, dentre outros. Participei ainda de visitas a campo para complementar o entendimento das condições de vida destes indígenas.

À época, estava em curso um processo de intensificação das trocas entre a Terra Indígena e a cidade, reforçado pelo fato de um indígena ter sido eleito prefeito do município de São João das Missões pela primeira vez na história. O fortalecimento da articulação política dos Xacriabá se dava também internamente, através da consolidação das Associações Indígenas Xacriabá, que, contando com apoio de grupos de pesquisa e extensão ligados à UFMG, se organizavam para captar recursos e projetos visando melhorias sócio-espaciais dentro da Terra Indígena. Buscava-se, pois, uma integração mais qualificada com o mundo externo:

¹ Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional é um departamento que pertence à Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade Federal de Minas Gerais.

² O povo Xacriabá, localizado no município de São João das Missões - MG, Bacia do Rio São Francisco, constitui o maior grupo indígena de Minas Gerais e à época possuía cerca de 7.000 pessoas e 27 aldeias. Tiveram suas terras demarcadas no final da década de 80.

com o Estado, as universidades e outras as agências financiadoras. Os Xakriabás buscavam desenvolver ações para melhorar suas condições de vida e possibilitar maior permanência dentro da terra indígena, visto que um número muito grande de pessoas ainda vinha deixando o território em direção às cidades.

A partir dos laços estabelecidos com a população, iniciei a segunda fase da minha atuação, em um projeto de extensão ligado à UFMG, no qual compus a equipe que forneceu assessoria técnica em arquitetura para construções de alguns espaços dentro do território indígena. Visando fortalecer a produção de materiais de construção, resgatar saberes construtivos, criar alternativas para geração de renda e fortalecer práticas culturais dos Xakriabá, foram construídos os seguintes espaços: uma edificação para aprendizado, produção, armazenamento e comercialização de artesanato (Casa de Cultura Xacriabá), dois espaços para beneficiamento e preparo de peças em barro (Casas de Artesanato) e um forno para queima de peças e produção de cerâmica (Forno Catenário).

Foi a partir das atividades desenvolvidas como bolsista de iniciação científica que iniciei meu envolvimento com a temática indígena, com ênfase em questões relacionadas ao uso do espaço, à relação entre o território e a afirmação da identidade, à inserção em contextos de cidade e à assessoria de arquitetos junto a estas populações. Alguns anos adiante, no início de 2017, busquei acompanhar as atividades do Programa de Extensão Morar Indígena³, que iniciava a aproximação com grupos indígenas em Belo Horizonte e vinha propondo ações de assessoria técnica, e passei a acompanhar reuniões e eventos promovidos pelos indígenas na cidade. Por fim, defini como objeto de investigação deste trabalho as práticas espaciais indígenas em curso na RMBH. Ao final de 2017, quando se iniciou a retomada e a Naô Xohã, eu já havia estabelecido contato com o grupo e assim pude acompanhar o processo com certa proximidade desde o princípio.

³ Segundo site do Programa, o Morar Indígena "tem como objetivo promover projetos de extensão, articulados à pesquisa e ensino, em parcerias com grupos não governamentais, comunidades locais ou o próprio Estado, para pensar o espaço indígena e sua especificidade a partir de suas próprias narrativas, com o intuito de gerar e aplicar tecnologia social e metodologias de assessoria técnica em arquitetura e urbanismo para a gestão territorial, construção de espaços coletivos e de habitação da população indígena"

1.2. RELEVÂNCIA DA PESQUISA

Para este trabalho, parto do pressuposto de que os espaços nos quais se dá a vida humana cotidianamente estão intrinsecamente relacionados com a produção e reprodução de relações sociais. Tomo como base definições propostas no trabalho de filósofo marxista Henri Lefebvre (2006) e nos trabalhos de geógrafos brasileiros que tratam da produção do espaço na contemporaneidade a partir do mesmo (CARLOS 2016; SOUZA, 2013, CORRÊA 2016). Adoto a definição de que o espaço é *produto* e também *produtor* das relações sociais e concordo com o entendimento de que *produção do espaço* passa não somente pela criação de bens materiais (móveis ou imóveis), mas também pela produção simbólica de relações de poder, de relações sociais, de aspectos culturais e ideológicos. Sendo assim, o termo *produção do espaço* se refere:

"(...) tanto à sua (re)produção, nos marcos do modelo social hegemônico, capitalista e heterônomo, quanto à emergência de novas significações, novas formas e novas práticas (que, em alguns casos, desafiarão explicitamente o status quo heterônomo)" (SOUZA, 2013, p.42).

No contexto das grandes cidades e metrópoles brasileiras, diversos são os agentes sociais, dotados de diferentes interesses e estratégias, que agem na produção do espaço. Os principais agentes são os proprietários dos meios de produção, os proprietários fundiários, os promotores imobiliários, o Estado e os grupos sociais excluídos. Estes diversos agentes, com ou sem capital, entram constantemente em conflito em torno da produção do espaço nas cidades (CORRÊA, 2016). A partir deste entendimento, considero o grupo de indígenas envolvido na construção da aldeia Naô Xohã como um agente social que atua na produção do espaço.

Vivemos num momento histórico no qual o sistema capitalista, através do processo histórico de expansão da mercadoria, e de forma a atender às necessidades impostas pela reprodução do capital, penetrou profundamente a vida cotidiana fazendo com que o espaço fosse fortemente apropriado pela

propriedade privada redefinindo o lugar de cada um no espaço. Neste contexto, o Estado atua como regulador, assegurando as condições para continuidade da reprodução do capital através da normatização das formas de uso e produção do espaço (CARLOS, 2016). Por estarem fortemente submetidas às instituições e ao controle do Estado, as práticas espaciais que prevalecem atualmente nas cidades brasileiras são predominantemente heterônomas. Tal fato é reflexo também do sistema político vigente no qual o poder decisório concentra-se nas mãos de pequenos grupos, inibindo a autonomia de grande parte da população tanto em sua participação política quanto em suas práticas espaciais, o que gera alienação no exercício de ambas (SOUZA, 2006). Os indígenas aqui estudados são um grupo que não tem conseguido se estabelecer com condições de vida aceitáveis dentro deste modelo de produção do espaço, apropriado fortemente pelo capital e rigidamente regulado pelo Estado, e buscam estratégias para melhorar suas condições sócio-espaciais.

Seguindo tal raciocínio, considero importante trabalharmos com o conceito de *práticas espaciais*, que podem ser definidas como “práticas sociais densas de espacialidade”, ou seja, práticas diretamente impregnadas da dimensão espacial em aspectos que vão da identidade à organização (SOUZA, 2010). Tais práticas têm servido tanto à dominação, impostas de cima para baixo, resultando em relações heterônomas entre os atores envolvidos, quanto à emancipação e autodefesa, exercidas de forma livre e autônoma por grupos de cidadãos, contrapondo o poder heterônomo. Na busca por reduzir as enormes assimetrias sociais existentes em nosso país (assimetrias na distribuição dos recursos, no controle dos espaços, no poder decisório, nas condições de sobrevivência), devemos almejar melhorias que devem passar, necessariamente, pela ampliação da *autonomia* dos grupos menos privilegiados no que diz respeito à produção de seus espaços de vida (SOUZA, 2013). Veremos que é justamente através de uma prática espacial, no caso a *retomada de terras*, que os indígenas aqui estudados tentam exercer sua autonomia e contrapor o modelo heterônomo que os tem sufocado.

Para compreendermos como tem se dado a (re)produção do espaço em nossa sociedade, em particular no contexto das cidades, e dos conflitos que daí resultam, diversos autores destacam a importância da realização de pesquisas que

aprofundem o conhecimento sobre práticas espaciais de diferentes atores sociais e enfatizam que deve ser dada atenção ao estudo das práticas espaciais vernaculares, e não somente daquelas desenvolvidas por poderosos grupos capitalistas (CARLOS, 2016; MAGNANI, 2012; CORRÊA, 2016; SOUZA, 2016). Também devemos superar a visão de que somente o Estado é capaz de planejar intervenções no espaço, sabendo que movimentos sociais e grupos minoritários desenvolvem muitas ações de reorganização do espaço da cidade e implementam mudanças que, muitas das vezes, se dão "*apesar do Estado e contra o Estado*" (SOUZA, 2016). Daí a proposta deste trabalho, de investigar a retomada de terras por um grupo de indígenas no contexto da Região Metropolitana de Belo Horizonte, entendida como uma prática espacial exercida por um grupo minoritário que se dá, como veremos, sem apoio do Estado, e que pode apontar linhas de fuga em relação ao *status quo*.

Estudos aprofundados nas ações quotidianas de produção do espaço, tendo como base a escala local, têm o potencial de apontar novas possibilidades de relações sócio-espaciais para além o modelo heterônomo e de grande desigualdade que prevalece em nossa sociedade (SOUZA, 2016). A partir disso, escolhi para esta pesquisa o recorte territorial da aldeia Naô Xohã, que se dá no âmbito da escala local, fazendo-o coincidir com os limites definidos pelos próprios agentes estudados como o seu território.

1.3. METODOLOGIA

Nos trabalhos de campo realizados durante esta pesquisa realizei *levantamentos sócio-espaciais*⁴. Para tal, tomei como base técnicas próprias da etnografia - formação teórica prévia, imersão no contexto estudado e observação participante - além das entrevistas narrativas.

1.3.1. Estratégia 1: inspiração etnográfica

A antropóloga Urpi Uriarte (2012) traça um panorama histórico mostrando que o termo *etnografia* surge no início do século XX como resposta ao modo de estudo da antropologia do século XIX, no qual não existia o contato direto com os povos estudados. Passa-se então a valorizar o convívio prolongado do pesquisador em campo na busca por alcançar um conhecimento a partir do ponto de vista do povo estudado e apresentar pesquisas que superassem o viés etnocêntrico que predominava até então. Uriarte aponta que "em uma palavra, o trabalho de campo antropológico consiste em estabelecer relações com pessoas". O trecho a seguir enriquecesse o entendimento do processo:

A essas pessoas [os pesquisados] damos voz não por caridade, mas por convicção de que têm coisas a dizer. E essa voz não é monológica, é dialógica. O pesquisador e o nativo conversam, falam, dialogam. É nisso que consiste o cerne do método etnográfico: em trabalhar com pessoas, dialogando pacientemente com elas (URIARTE, 2012)

No entanto, Uriarte aponta que, para que uma pesquisa adote efetivamente o método etnográfico, não basta apenas a imersão no trabalho de campo; o pesquisador deve contemplar uma conjunção de três fases: *formação teórica*, *trabalho de campo* e *escrita*.

Na primeira fase, que consiste na formação teórica do pesquisador, deve-se buscar uma familiaridade com a bibliografia do tema, o que serve para dar

⁴ Adoto o termo *levantamentos sócio-espaciais* devido ao fato de que mantive o foco em compreender práticas sociais que pudessem ter influência nas condições espaciais em que se desenrolam, ou mesmo ser afetadas por estas. Apesar de ter levantado também informações sem ligação com a questão espacial como, por exemplo, a compreensão de relações de parentesco, o foco principal se manteve na relação entre o *social* e o *espacial*.

“maior sensibilidade ao olhar” e um “ouvido preparado para eliminar os ruídos”. Sobre este aspecto, ela coloca:

A teoria e a prática são inseparáveis: o fazer etnográfico é perpassado o tempo todo pela teoria. Antes de ir a campo, para nos informarmos de todo o conhecimento produzido sobre a temática e o grupo a ser pesquisado; no campo, ao ser nosso olhar e nosso escutar guiados, moldados e disciplinados pela teoria; ao voltar e escrever, pondo em ordem os fatos, isto é, traduzindo os fatos e emoldurando-os numa teoria interpretativa. (URIARTE, 2012)

Portanto, a pesquisa deve propiciar o diálogo entre os dados coletados em campo, incluindo aí as subjetividades dos indivíduos, e uma discussão teórica de maior amplitude, relacionando o caso em questão com seu contexto mais amplo. No caso desta dissertação, uma formação teórica prévia me permitiu calibrar o olhar para o contato direto com os indígenas da Naô Xohã. Ao conhecer mais a fundo, através da literatura, o histórico da relação destes indígenas com seus territórios, com base em João Pacheco de Oliveira e Manuela Carneiro da Cunha e como tem se dado sua inserção em contextos para além das terras demarcadas, com base em Luis Roberto de Paula, pude compreender com maior precisão aquilo que investigava. O papel exercido pelo cacique, a importância dada às manifestações culturais ditas ancestrais, o posicionamento das lideranças frente às entidades governamentais, os conflitos internos em torno da autenticidade indígena dos membros do grupo e questões relacionadas aos planos das lideranças para o futuro da aldeia, são exemplos de aspectos das práticas observadas na Naô Xohã que pude compreender com mais apuro por ter me preparado através da formação teórica prévia. Compreender previamente os métodos de pesquisa, ou seja, estratégias de abordagem próprias da etnografia e das entrevistas narrativas, me possibilitaram uma atuação mais apurada em campo, um olhar mais aguçado para compreender o objeto de pesquisa.

A segunda fase do método etnográfico é o *trabalho de campo* que deve se dividir em dois momentos. No primeiro momento o pesquisador registra informações mediante o *ver* e o *ouvir*, atentando-se para um cuidado no momento

de escuta, dando a palavra a outro “não para ouvir o que queremos, mas para ouvir o que os interlocutores têm a dizer” (URIARTE, 2012). Neste momento deve-se coletar o máximo de informações, descrever tudo em detalhes, transcrever longos depoimentos.

Para esta pesquisa, adotei diferentes estratégias na fase antecipatória, buscando coletar o máximo de informações mesmo antes de ter conhecimento preciso de sua utilização, de forma a ter uma base de dados mais ampla para consulta posterior. Durante atividades realizadas como trabalho de campo⁵ registrei minhas impressões em textos e desenhos em uma caderneta de campo e realizei registros fotográficos. Realizei ainda desenhos, juntamente com os indígenas, a partir das descrições que fizeram sobre os espaços que planejavam construir. Utilizando uma trena, realizei medições dos espaços construídos na aldeia.



Figura 1: Ferramentas utilizadas para coleta de dados durante os trabalhos de campo na aldeia Naô Xohã. Fonte: Thiago Campos.

Seguindo a lógica da existência de dois momentos do trabalho de campo, após o período inicial confuso e de muitas anotações vem, então, o segundo momento, definido pela autora como o momento da *sacada* (URIARTE, 2012). É

⁵ A listagem de todas as atividades desenvolvidas nesta pesquisa como trabalho de campo encontra-se no APÊNDICE A.

quando se começa a enxergar certa ordem nas coisas e certas informações se transformam em material significativo para a pesquisa. Isso só é possível após se despendar algum tempo em campo. No caso desta pesquisa, a *sacada* se deu quando passei a compreender melhor quais eram os diferentes grupos envolvidos na aldeia, suas diferentes trajetórias sócio-espaciais e que culminaram em diferentes motivações de participar do processo retomada de terras e fundação da nova aldeia. A partir disso, pude compreender melhor as relações e disputas de poder travadas internamente entre os grupos, o que me permitiu fazer uma análise mais apurada dos acontecimentos observados. Outra *sacada* se deu quando conheci melhor os diferentes planos com relação ao futuro da aldeia. Daí pude descrever com mais apuro o significado da retomada para os indígenas envolvidos.

A terceira e última fase do método etnográfico é a *escrita* e ocorre após o pesquisador ter encontrado certa ordem ou relação entre as informações coletadas em campo. Passa-se então ao momento de ordenar os dados para possibilitar a leitura por parte de um público que não esteve no local e espera-se um casamento coerente entre teoria e prática (URIARTE, 2012).

Nesta pesquisa, as anotações da caderneta e impressões em campo, assim como as conversas realizadas por telefone, foram sistematizadas em relatórios textuais. A partir das medições do espaço construído e da compreensão de seu uso pelos indígenas, elaborei o desenho do território que deu base para mapas com a configuração sócio-espacial da aldeia em diferentes momentos⁶ e para a produção de uma maquete física do território utilizada para estimular que os indígenas a contassem seus planos para ocupação do espaço. O mapeamento se mostrou uma estratégia interessante para criação de diálogo já que, durante o processo de mapear o território, pude conversar com indígenas que acompanharam o trabalho e obter informações diversas. Produzi ainda mapas que mostram o contexto regional de inserção da área estudada. Para compreensão das relações de parentesco entre os moradores da aldeia elaborei árvores genealógicas, que foram finalizadas com o auxílio dos próprios indígenas. Elaborá-las me ajudou a compreender uma divisão básica entre duas principais famílias

⁶ Ver mapas 5, 6, 7, 8, 9 e 10.

que moraram na aldeia até o momento, uma da etnia Pataxó e outra Pataxó Hã-Hãe. O fato de interrogar os indígenas para entendimento de suas relações de parentesco também possibilitou situações de diálogo nas quais pude obter informações para além do assunto em pauta. Para melhor compreensão das diferentes fases de desenvolvimento da aldeia, elaborei uma linha do tempo classificando diferentes períodos e apontando os acontecimentos mais marcantes com relação à produção do espaço. As fotografias foram agrupadas de acordo com os temas tratados no texto e estão apresentadas ao longo da descrição textual. Além de ilustrar as condições expostas textualmente, as fotografias contribuíram para que eu pudesse recordar de que forma as condições físicas do espaço se desenvolveram ao longo do tempo, sendo referência para o desenvolvimento dos mapas.



Figura 2: Maquete física da aldeia Naô Xohã produzida a partir de levantamentos realizados nos trabalhos de campo. Fonte: Thiago Campos.

1.3.2. Estratégia 2: entrevistas narrativas

Nesta pesquisa adotei a *entrevista narrativa* e tomei como base o trabalho de Jane Elliott que trata de seu uso em pesquisas no âmbito das ciências sociais. A autora aponta que um dos fatores que tornam este tipo de entrevista vantajoso como fonte de informação é o fato de que possibilitam narrativas que são *cronológicas* (os elementos narrados estão sempre relacionados sequencialmente no tempo); *significativas* (possuem um significado na perspectiva daquele que conta) e *sociais*⁷ (são fruto de uma interação social, produzidas para uma audiência específica). Além disso, nas narrativas encontramos sempre relações de *causalidade*, ou seja, um evento narrado sempre ocorre “por causa” de outro, e assim os eventos vão se ligando temporalmente e dando coerência à narrativa (ELLIOTT, 2005).

Este método permite depoimentos mais livres, fazendo com que o entrevistado seja capaz de trazer à tona os pontos que ele mesmo julga importantes, ou que ele tem maior interesse, dentro do assunto em pauta. A própria entrevista é vista como um *meio* para a criação de significado, um momento para a criação de pensamentos e opiniões por parte dos entrevistados dando ao pesquisador a oportunidade de descobrir subjetividades e o sentido de tais experiências para aquele que as narra. Este tipo de entrevista é vantajoso, portanto, quando o foco é compreender *pessoas*, e a entrevista passa a funcionar como uma ferramenta de investigação. Além disso, a entrevista narrativa pode levar a conhecer aspectos comuns aos diversos entrevistados possibilitando conclusões mais abrangentes e generalizantes a respeito de determinado grupo.

Para se alcançar resultados mais efetivos, é importante que o entrevistador saiba ouvir, tome cuidado com a escuta. Deve-se evitar ao máximo cortar as narrativas já que informações valiosas podem perder a chance de serem ditas no caso de interrupções. O entrevistador deve evitar “treinar” o entrevistado a dar repostas curtas e diretas ou a dizer aquilo que imagina que o entrevistador queira escutar, como acontece com frequência em entrevistas do tipo estruturadas ou semiestruturadas. Sendo assim, entrevistas narrativas tendem a ser longas. O

⁷ Tradução livre para os termos *chronological*, *meaningful* e *social*.

entrevistador deve apenas estimular a interpretação do entrevistado sobre aquilo que está contando, sem se preocupar em conduzir os temas abordados, e é importante criar contextos onde os entrevistados sintam-se à vontade para explorar seus sentimentos e experiências. Quanto mais próximo a entrevista for de uma conversa cotidiana, mais confiável tende a ser. Além disso, por normalmente serem de longa duração, é importante que as entrevistas sejam gravadas, já que a intenção é que sejam analisadas com cautela *a posteriori*.

É importante levar em consideração que a entrevista narrativa, por ser ela mesma um acontecimento social, está sempre condicionada pela relação entrevistado-entrevistador, já que o primeiro fornece as informações levando em consideração *para quem* as está fornecendo. O narrador tende a moldar sua narrativa ao ouvinte, visto que deve fazer sentido, ficar clara e interessante para aquele que ouve. Em entrevistas gravadas pode existir ainda a preocupação, por parte do entrevistado, com demais possíveis ouvintes de seus relatos (ELLIOTT, 2005).

Para as entrevistas desta pesquisa, primeiramente elaborei roteiros com os temas a serem abordados. No início das entrevistas expliquei a temática principal e em seguida incentivei que os entrevistados contassem suas experiências de forma espontânea. O roteiro não foi seguido de forma rigorosa, nem todos os entrevistados abordaram todos os temas pré-estabelecidos e novos temas foram trazidos à tona. Busquei realizar perguntas de forma mais ampla e utilizar linguagem informal na tentativa de não induzir respostas e deixar os entrevistados mais à vontade. Além disso evitei cortar os depoimentos fazendo pequenas intervenções para manter a conversa dentro da temática pretendida.

ROTEIRO PARA ENTREVISTA COM INDÍGENAS

Dados pessoais

Nome (registro) / Nome indígena / Idade / Escolaridade / Fonte de renda

Trajetória Sócio-espacial

Onde você nasceu (cidade/aldeia)? Em quais cidades morou quando era novo? Em que cidade morava logo antes de vir para a aldeia?

Quem morava com você? Porque se mudou? Que idade você tinha?

Como eram estes espaços? O que você acha dos espaços onde viveu?

Pode me contar sobre alguma situação de dificuldade que viveu nestes locais?

Aldeia Naô Xohã

Quando veio morar na aldeia Naô Xohã? Porque resolveu morar aqui?

Quem mora com você?

O que você faz no dia a dia na aldeia?

Você pode me contar sobre alguma dificuldade que enfrentou morando aqui na aldeia?

O que você construiu na aldeia desde que está aqui? (oca, casa, fogão, banheiro, horta, instalações, limpeza de terreno....). Como foi o processo de construção?

Como decidiu onde e o que construir?

Planos futuros

Você imagina ampliar ou melhorar seus espaços na aldeia? Como seria?

Quais seus planos futuros sobre onde e como morar?

Conhece algum plano de ampliação da aldeia elaborado pelas lideranças?

Figura 3: Roteiro para entrevista com indígenas moradores da aldeia Naô Xohã.
Fonte: Thiago Campos.

De acordo com o roteiro elaborado, na primeira parte da entrevista tratei de questões ligadas ao passado. Através de perguntas como *“Onde nasceu?”* e *“Em que cidades morou?”*, busquei compreender as trajetórias sócio-espaciais e conhecer os locais de origem do entrevistado buscando traçar paralelos com o panorama histórico que trata da relação dos povos indígenas com o território, a ser apresentado no capítulo seguinte. Busquei compreender ainda as motivações para migrações e para criação da nova aldeia com as perguntas *“Porque se mudou?”* e *“Pode me contar sobre alguma situação de dificuldade que viveu nestes locais?”*. Na segunda parte da entrevista foquei no momento presente, investigando como tem se dado a prática espacial da criação da Naô Xohã a partir do ponto de vista dos próprios indígenas, tendo como base a importância deste tipo de abordagem conforme exposto anteriormente (CARLOS, 2016; MAGNANI, 2012; CORRÊA, 2016, SOUZA, 2016). Para isso, utilizei perguntas como *“O que faz no dia a dia na aldeia?”*, *“O que você construiu na aldeia desde que está aqui?”* e *“Como foi o processo de construção?”*. Para compreender temas relacionados à representatividade e à autonomia dos moradores da aldeia utilizei perguntas como *“Como decidiu onde e o que construir”* e *“Conhece algum plano de ampliação da aldeia elaborado pelas lideranças?”*, também buscando abordar aspectos relacionados com o grau de autonomia em práticas espaciais, com base no exposto anteriormente (SOUZA, 2006, 2010, 2013). Na terceira parte da entrevista foquei em questões relacionadas ao futuro, buscando compreender as imagens que os moradores têm sobre a retomada, ou seja, o que significa viver na aldeia a partir do ponto de vista dos próprios entrevistados. Procurei investigar questões ligadas ao simbolismo e ao discurso, buscando compreender estratégias de “ressignificação de lugares”, aspecto que será melhor detalhado mais à frente (SOUZA, 2010), utilizando perguntas como *“Você imagina ampliar ou melhorar seus espaços na aldeia? Como seria?”* e *“Quais seus planos futuros sobre onde e como morar?”*.

Realizei as entrevistas com os indígenas moradores da Naô Xohã no contexto da aldeia, nos dias 14, 26, 27 e 28 de março de 2019. Foram realizadas 10 entrevistas nas quais conversei com 14 indígenas. Entrevistei tanto lideranças quanto moradores comuns, ou seja, pessoas que cotidianamente não se envolviam nos processos decisórios do grupo. As entrevistas se desenvolveram, em sua maioria, junto às moradias de cada entrevistado, tiveram duração média

de 42 minutos, foram gravadas e posteriormente transcritas. Algumas entrevistas foram realizadas com mais de um indígena simultaneamente.

Para a realização das entrevistas encontrei certas dificuldades. Uma delas foi a grande rotatividade ou trânsito dos indígenas entre a aldeia e as cidades vizinhas, que se dão por motivações diversas, fazendo com que a cada visita eu encontrasse um número de pessoas diferente na aldeia. Outra dificuldade foi conseguir que algumas pessoas ficassem disponíveis para a conversa, visto que se dedicavam a outras atividades sendo que em fevereiro de 2019, mês em que eu havia planejado realizar as gravações, houve um aumento repentino de visitantes no local, devido ao rompimento da barragem da mineradora Vale⁸. Os indígenas passaram a ter muitas demandas imediatas o que me fez postergar as entrevistas para o final do mês de março. Outro fato relevante foi que, poucos dias antes da nova data para realização das entrevistas, algumas famílias desistiram de permanecer na aldeia e mudaram-se para outro município, o que me impossibilitou de entrevista-las. Tiveram ainda alguns indígenas que se negaram a conceder entrevistas.

Superadas as dificuldades, no geral as conversas se deram com fluidez, e a maioria dos moradores se mostrou disponível para relatar suas experiências. Durante as conversas, houve pouca interferência de outras pessoas já que estávamos junto às residências e, em grande parte, com alguma privacidade. É importante frisar que, mesmo eu tendo realizado as entrevistas nas últimas visitas a campo, quando muitos indígenas já se sentiam a vontade de conversar comigo, e mesmo eu tendo me esforçado para conduzir as conversas com tom de informalidade, as informações fornecidas pelos indígenas certamente foram moldadas pelo fato de que davam depoimentos para um pesquisador e de que estavam sendo gravados. Além do mais, alguns dos entrevistados conversavam comigo pela primeira vez e não pareceram tão à vontade quanto aqueles que me conheciam há mais tempo.

⁸ Após o rompimento da barragem da Vale em Brumadinho, que atingiu o rio no trecho que passa pela aldeia, o ambiente na Naô Xohã se alterou consideravelmente, tanto pelo número de pessoas quanto por mudanças na forma de relacionamento entre os próprios indígenas como veremos mais à frente, no capítulo 3.

Entrevistei também o historiador e atual agente indigenista da regional MG/ES da FUNAI, Pablo Matos Camargo⁹, que tem acompanhado as atividades da aldeia Naô Xohã além de ter acompanhado ações de indígenas na RMBH desde o início da década de 2000. Sua entrevista foi realizada no dia 23 de março de 2019, em Belo Horizonte, teve duração de 38 minutos e teve como base um roteiro específico.

Pablo já havia trabalhando com indígenas na RMBH antes de fazer parte da FUNAI, e por isso me interessou que contasse sua experiência para além de sua visão como funcionário do órgão. As perguntas da primeira parte foram feitas para que ele contasse sua percepção sobre a criação da nova aldeia, como via o envolvimento dos indígenas e quais as perspectivas de futuro ele vislumbrava para a retomada em curso. Em seguida pedi que contasse sobre a atuação da FUNAI neste contexto, o que o órgão já havia realizado e quais as possibilidades e limitações para contribuir na consolidação da aldeia e permanência dos indígenas no território. Por ter ele acompanhado os indígenas em todas as reuniões junto ao Ministério Público Federal e à Vale, desde o rompimento da barragem em Brumadinho, pedi que relatasse sua visão sobre as interferências da mineradora neste contexto. Além disso, Pablo demonstrou conhecimento de outras atuações de indígenas na RMBH dando depoimentos neste sentido.

⁹ Pablo Matos Camargo é historiador, trabalhou junto ao CEDEFES e atualmente é Agente Indigenista da FUNAI – Coordenação Regional Minas Gerais e Espírito Santo e acompanha a situação dos indígenas na RMBH desde o início dos anos 2000.

ROTEIRO PARA ENTREVISTA COM PABLO CAMARGO (FUNAI)

Dados pessoais

Nome / Idade / Instituição / Cargo / Desde quando está na instituição

Aldeia Naô Xohã

O que pensa a respeito deste processo recente de criação da aldeia Naô Xohã, e quais as particularidades em comparação com outras aldeias de MG com que você trabalha?

Há uma rotatividade grande de indígenas que moram na aldeia, e também de apoiadores indígenas que fizeram parte mas decidiram abandonar o grupo. Como enxerga esta situação?

O que pensa a respeito de questões como coletividade, participação, autonomia individual nas relações internas entre os moradores da aldeia?

Futuro da aldeia

Como avalia as possibilidades de garantia de permanência dos indígenas neste território levando em conta que existe um processo de solicitação de reintegração de posse em julho de 2018?

O que você enxerga com relação ao futuro da aldeia?

Conhece o plano de ampliação do uso do espaço pensado pelas lideranças? O que pensa a respeito?

FUNAI

Que trabalhos e ações a FUNAI tem desenvolvido junto à Naô Xohã?

Vale

Quais as mudanças você observa nas relações institucionais em torno da aldeia, a partir do rompimento da mina de Córrego do Feijão da mineradora VALE?

Demais assuntos

Existem casos de tentativas recentes de constituição de novas aldeias em áreas urbanas em MG? Se sim, como têm evoluído?

Figura 4: Roteiro para entrevista com Pablo Matos Camargo (FUNAI Regional ES/MG).
Fonte: Thiago Campos.

2. DA ALDEIA À CIDADE: A QUESTÃO INDÍGENA E O ESPAÇO

2.1. OS ÍNDIOS E O NORDESTE

Neste tópico tratarei das transformações na relação de povos indígenas com seus territórios, apresentando um panorama histórico a partir da chegada dos colonizadores ao Brasil. O foco da análise é o grupo denominado “índios do Nordeste”, visto que os envolvidos na aldeia Naô Xohã, em sua maioria, fazem parte ou mantêm ligação com tal grupo (PACHECO DE OLIVEIRA, 2016).

A presença colonial acarretou profundas mudanças na relação dos “índios do Nordeste” com seu território e trouxe, conseqüentemente, transformações significativas em seu modo de vida. Tais indígenas estiveram envolvidos em dois processos distintos de *territorialização*, o primeiro associado às missões religiosas e o segundo, relacionado à agência indigenista oficial. Aqui irei dotar o conceito de *territorialização* como “uma intervenção da esfera política que associa, de forma prescritiva e insofismável, um conjunto de indivíduos e grupos a limites geográficos bem determinados.” (PACHECO DE OLIVEIRA, 2016). Estes processos são, portanto, atos políticos que servem de exemplo da forma de atuação característica dos Estados: normatizar e regular os indivíduos no espaço.

O primeiro processo de territorialização ocorreu quando foram criados os aldeamentos impostos pelos missionários, nos quais foram sedentarizadas, em um mesmo espaço, famílias nativas de origens, línguas e culturas diversas. Estas famílias passaram a permanecer nos aldeamentos controlados pelos missionários, mantidas distantes das principais cidades e empreendimentos agrários coloniais. O aldeamento de indígenas foi uma prática comum e duradoura, iniciada em meados do século XVI tendo perdurado até o século XIX. Tais ações, impostas pelos governantes, tinham base numa visão *assimilacionista*, ou seja, numa ideia de que os povos indígenas estariam em processo de “evolução” e seriam, futuramente, incorporados socialmente ao restante da população nacional. Concentrar os indígenas contribuía também para a liberação de terras para o mercado, prática esta que ganha ainda mais interesse após a promulgação da Lei

de Terra de 1850¹⁰. Ao fim deste processo de territorialização, já no século XIX, aqueles que pretendiam incorporar de vez os povos indígenas a uma suposta "integridade nacional", passam a se referir aos índios dos aldeamentos com o estigma de "índios misturados", de forma negativa, desqualificando-os quando em comparação com os índios "puros" do passado. (CUNHA, 2012; PACHECO DE OLIVEIRA, 2016).

O segundo processo de territorialização destas populações indígenas ocorre já no século XX quando são implantados postos indígenas em diversas áreas do Nordeste e terras são demarcadas e destinadas pelo Estado às populações atendidas. Vale destacar que no texto da Constituição de 1988, na qual são oficialmente reconhecidos "os direitos originários dos índios, seus direitos históricos, à posse da terra de que foram os primeiros senhores", há uma inversão no modo como é enxergada a condição dos povos indígenas, vistos não mais como pertencentes a um "estágio evolutivo" em direção a uma inevitável integração à sociedade nacional. Esta nova abordagem trazida pela Constituição de 1988 pode ser classificada como *antiassimilacionista*.

A conjunção dos dois processos de territorialização levou à consolidação de uma sociedade de base territorial fixa, e acabou por instaurar um modo de vida próprio àqueles que habitavam as reservas indígenas, tomadas como "um objeto demarcado cultural e territorialmente" (PACHECO DE OLIVEIRA, 2016). Dentre as mudanças institucionais acarretadas destaca-se a necessidade de uma nova estrutura política especializada, representada pela figura de um *cacique* que deveria representar a população de sua terra junto ao agente indigenista local, este responsável por distribuir os benefícios provenientes do Estado.

Já no âmbito das manifestações culturais, as principais mudanças estão relacionadas à necessidade de afirmação de uma identidade étnica diferenciadora com relação ao contexto regional em que se inserem as terras indígenas. Isso resulta na "reelaboração da cultura e da relação com o passado", fazendo surgir os *rituais diferenciadores*, com o propósito de garantir a autenticidade indígena dos

¹⁰ A Lei de Terras (lei nº 601 de 18 de setembro de 1850) sancionada por D. Pedro, determinou parâmetros e normas sobre a posse, manutenção, uso e comercialização de terras no período do Segundo Reinado.

grupos e, por consequência, garantir direitos como a posse da terra e o recebimento dos benefícios e tutelas. Em suma, passou a ser preciso *desnaturalizar a mistura* ocorrida ao longo dos últimos séculos. Onde não é mais possível identificar as cadeias genealógicas para se provar a conexão com os antigos aldeamentos, estes grupos indígenas chegam a apelar para os “encantados” como forma de se afastar da condição de “mistura” (PACHECO DE OLIVEIRA, 2016). Neste processo consolida-se também a dependência das ações tutelares advindas do Estado e a redefinição do controle social sobre os recursos ambientais do território.

Se, na Amazônia, a mais grave ameaça é a invasão dos territórios indígenas e a degradação de seus recursos ambientais, no caso do Nordeste, o desafio à ação indigenista é restabelecer os territórios indígenas, promovendo a retirada dos não índios das áreas indígenas, desnaturalizando a “mistura” como única via de sobrevivência e cidadania. É por isso que o fato social que nos últimos vinte anos vem se impondo como característico do lado indígena do Nordeste é o chamado processo de etnogênese, que abrange tanto a emergência de novas identidades quanto a reinvenção de etnias já reconhecidas. (PACHECO DE OLIVEIRA, 2016, p.201)

Veremos mais à frente que o processo de produção do espaço da aldeia Naô Xohã demonstra, em grande parte, aspectos políticos e culturais que se consolidaram historicamente nas populações indígenas originárias do Nordeste.

2.2. DISPERSÃO TERRITORIAL DOS PATAXÓ E PATAXÓ HÃ-HÃ-HÃE

Os aldeamentos forçados e posteriores desmantelamentos das aldeias que ocasionaram na dispersão dos indígenas pelo território nacional também podem ser percebidos na história das etnias Pataxó e Pataxó Hã-Hã-Hãe, etnias das quais fazem parte a maior parte dos indígenas envolvidos na retomada de terras que é o estudo de caso deste trabalho. No censo demográfico de 2010 um total de 13.588 indivíduos se autodeclararam indígenas da etnia Pataxó. Atualmente membros desta etnia vivem, em sua maioria, em Terras Indígenas situadas no extremo sul da

Bahia distribuídas em quatro municípios: Santa Cruz Cabralia, Porto Seguro, Itamaraju e Prado. Em menor número, existem Pataxós vivendo em aldeias no estado de Minas Gerais, nos municípios de Carmésia, Itapeçerica, Araçuaí e Açucena (CARVALHO & MIRANDA, 2019). Além disso, estão também inseridos para além das terras indígenas, em espaços como a RMBH, como veremos no estudo de caso a diante.

Registros históricos comprovam que a presença dos Pataxó na região sul da Bahia remonta ao século XVI. Já nesta época relatos mostram que a etnia estava envolvida em constantes conflitos, tanto com colonos quanto com outros povos indígenas, muitos destes suscitados pelos próprios colonos portugueses. Há registros relativos ao ano de 1757 mostrando que governantes instauravam medidas para a criação e controle de aldeias, o combate às tradições e o desmantelamento de famílias indígenas com o propósito de "civiliza-las", o que mostra que os Pataxós foram atingidos pelas ações de territorialização de viés assimilacionista apontadas anteriormente. Há evidências de que a Aldeia Barra Velha, que existe até os dias atuais¹¹, exista há quase dois séculos e meio (CARVALHO & MIRANDA, 2019). Esta aldeia é hoje chamada pelos Pataxó de "aldeia-mãe".

Acontecimento marcante na história dos Pataxó, que está marcado na memória de seu povo, foi o chamado Fogo de 51 que ocorreu no ano de 1951, resultado de conflitos entre a polícia de Porto Seguro e Prado e os habitantes da Aldeia Barra Velha. Na ocasião, o conflito se intensificou, houve mortes e prisão de indígenas e a aldeia foi incendiada, o que provocou a dispersão dos demais e o abandono do território da aldeia. Nos anos seguintes, certos grupos Pataxó foram voltando e reocupando a terra incendiada.

O grande número de aldeias Pataxó existente atualmente na região sul da Bahia é resultando destes diversos momentos de desmantelamento e dispersão do grupo, sofridos ao longo da história. Outro fator mais recente que contribui para a multiplicação de aldeias é a relação desproporcional entre o número de pessoas

¹¹ A Terra Indígenas Barra Velha encontra-se atualmente no município de Porto Seguro, Bahia, contando com 2.922 habitantes.

e os recursos disponíveis nos territórios demarcados, insuficientes para atender as necessidades de toda a população Pataxó, levando-os a migrações forçadas.

Conhecidos pelo seu semi-nomadismo, os Pataxós consolidam sua presença no estado de Minas Gerais principalmente devido a dois fatos históricos: o episódio do Fogo de 51, descrito anteriormente, que dispersou o povo Pataxó, e a criação do Parque Nacional Monte Pascoal, oficialmente demarcado em 1961, que reduziu 22.500 hectares de seu território tradicional (CAMARGO & LIMA, 2019). A presença de uma regional da FUNAI neste estado também serviu como atrativo, visto que os indígenas enxergaram a possibilidade de contar com a assistência do órgão. Os Pataxós de Minas Gerais e Bahia mantêm relação constante sendo comum viagens com intuito de compartilhar seus costumes e tradições (CARVALHO & MIRANDA, 2019).

Já o etnônimo Pataxó Hã-Hã-Hãe engloba hoje diferentes etnias que sofreram processos de mistura e que atualmente vivem na Reserva Indígena Caramuru Paraguassu. A reserva possui 2.801 habitantes e está localizada nos municípios de Pau Brasil, Camacan e Itaju do Colônia, na região sul da Bahia. A história das etnias que formam os Pataxós Hã-Hã-Hãe foi também marcada por processos de expropriações, deslocamentos forçados e assassinatos. A terra que lhes foi garantida em 1926 passou por processos de invasão e conversão em fazendas particulares. Na década de 1980 iniciou-se um lento processo de retomada destas terras e ainda não há um desfecho sobre a efetivação de sua posse pelos indígenas (CARVALHO & SOUZA, 2019). Atualmente há um pequeno grupo de Pataxós Hã-Hã-Hãe que vive no município de Bertópolis, em Minas Gerais, além de grupos dispersos identificados na RMBH (CAMARGO & LIMA, 2019).

2.3. SOBRE “SER INDÍGENA”

Neste trabalho, adoto os significados do termo *indígena* em consonância com as definições de Eduardo Viveiros de Castro (VIVEIROS DE CASTRO, 2012). Primeiramente vale considerar que a questão de definir quem é ou não é indígena não foi posta pelos próprios indígenas e sim pelo Estado, instância que trata de organizar, classificar e tutelar as coletividades englobadas numa suposta

“comunhão nacional”. No entanto, colocado o problema, há que se buscar respostas para que possamos lidar com a questão indígena.

A definição que adoto neste trabalho se afasta de abordagens estereotipificantes e folclóricas e aproxima-se do que seria um “estado de espírito”. Há indivíduos indígenas porque eles são membros de comunidades indígenas, e não o inverso, sendo que não existe índio do ponto de vista individual e isolado. Para ser considerado como tal, o indivíduo deve pertencer a uma comunidade indígena e ser aceito e reconhecido por ela. Somente uma comunidade indígena, através de seus membros, pode se definir como tal, não sendo incumbência de antropólogos, entidades estaduais ou pesquisadores tratar de defini-las e é importante que seja garantida a autonomia da própria comunidade para deliberar como se dão seus vínculos, quem pertence ou deixa de pertencer a ela. O pertencimento a uma comunidade indígena pode se dar por relações de parentesco ou afinidade, não dependendo necessariamente de consanguinidade. Importante destacar que são as relações pessoais que definem uma comunidade e, assim sendo, a inscrição espacial desta comunidade não precisa ser concentrada e contínua, pode ser dispersa e descontínua (VIVEIROS DE CASTRO, 2012), visto que seus integrantes podem estar simultaneamente em diferentes regiões.

Além das questões ligadas às relações de parentesco e afinidade, as comunidades indígenas, para serem consideradas como tal, devem manter laços históricos e/ou culturais com as organizações sociais indígenas pré-colombianas. Tais laços podem se manifestar em uma ou mais das três dimensões: *dimensão histórica* (continuidade com relação à organização pré-colombiana), *dimensão cultural* (orientação positiva e ativa em relação a discursos e práticas de fundo cultural ameríndio) e *dimensão sociopolítica* (decisão de se constituir como entidade socialmente diferenciada frente à comunhão nacional) (VIVEIROS DE CASTRO, 2012).

Não podemos deixar de levar em consideração que os mais de 500 anos de contato com os colonizadores trouxeram profundas alterações no modo de vida da população que habitava as terras que se tornaram o Brasil. Tanto suas práticas culturais quanto sua relação com o território, como vimos anteriormente, sofreram

modificações. Sendo assim, grande parte das comunidades indígenas não mais possuem condições de garantir uma ligação histórica direta e pura com as práticas ameríndias ancestrais e, tampouco, uma ligação direta com a posição geográfica precisa do território onde seus antepassados viveram. O ponto central é: não se pode dizer que uma comunidade deixou de ser indígena porque foi trazida à força de regiões diferentes. Como aponta Viveiros de Castro, "o único prazo de validade é a memória". Sendo assim, torna-se legítima a luta de comunidades indígenas pela garantia de outras terras, visto que as que habitavam foram expropriadas. Da mesma forma, é legítimo dizer que manifestações culturais podem ser indígenas, mesmo que tenham se modificado consideravelmente ao longo do tempo.

Além da dimensão histórica e cultural, as comunidades podem ser consideradas indígenas se afirmando como uma organização sócio-política conectada com as práticas pré-colombianas. Esta é uma decisão de se constituir como corpo social diferenciado dentro da "comunhão nacional", o que significa ter autonomia para deliberar sobre quem pertence ou não à comunidade e para gerir outras questões como os modos de se governar internamente ou os modos de ocupação do território.

Com base nos apontamentos de Viveiros de Castro e considerando a complexidade da inserção dos indígenas no contexto citadino, neste trabalho irei tomar como *indígenas* aqueles indivíduos que são reconhecidos por sua comunidade indígena e que têm buscado se garantir como tal através da afirmação de sua herança ameríndia (herança que pode se dar no viés histórico, cultural ou sociopolítico). Neste trabalho investigo como a afirmação da indianidade pode se dar através de práticas espaciais: a retomada de terras para criação a aldeia Naô Xohã é exemplo de como a presença no território torna-se uma ferramenta neste sentido.

2.4. COMO SER INDÍGENA NA CIDADE?

Para se discutir a inserção de comunidades indígenas no contexto das cidades precisamos, primeiramente, esclarecer questões ligadas aos direitos diferenciados para povos indígenas no Brasil. Durante o século XX, muitos povos

indígenas, juntamente com apoiadores e indigenistas, travaram inúmeras lutas para conter a dizimação de suas terras e populações e acabaram por conquistar uma série de direitos diferenciados como a regularização fundiária, o sistema de saúde e educacional, a gestão ambiental, a fiscalização de terras indígenas, dentre outros (DE PAULA, 2017).

A Lei 6001, de 1973, também conhecida como Estatuto do Índio, trata de regular a situação jurídica das comunidades indígenas. A lei reforça o dever do Estado de demarcar as terras ocupadas por estes povos: "As terras indígenas, por iniciativa e sob orientação do órgão federal de assistência ao índio, serão administrativamente demarcadas, de acordo com o processo estabelecido em decreto do Poder Executivo." (Art. 19). A lei garante ainda a posse e usufruto exclusivo das terras demarcadas: "Cabe aos índios ou silvícolas a posse permanente das terras que habitam e o direito ao usufruto exclusivo das riquezas naturais e de todas as utilidades naquelas terras existentes." (Art. 22).

O capítulo VIII da Constituição Federal de 1988, no artigo 231, reconhece os indígenas como povos que possuem um modo de vida particular e aponta que devem ser tratados de forma específica: "São reconhecidos aos índios sua organização social, costumes, línguas, crenças e tradições, e os direitos originários sobre as terras que tradicionalmente ocupam, competindo à União demarcá-las, proteger e fazer respeitar todos os seus bens." (Art. 231.). A constituição determina que a União passa a ter o dever de demarcar as terras tradicionalmente ocupadas pelos indígenas, definindo-as da seguinte forma: "São terras tradicionalmente ocupadas pelos índios as por eles habitadas em caráter permanente, as utilizadas para suas atividades produtivas, as imprescindíveis à preservação dos recursos ambientais necessários a seu bem-estar e as necessárias a sua reprodução física e cultural, segundo seus usos, costumes e tradições." (Art. 231. § 1º). O texto protege o uso exclusivo das comunidades indígenas ao acrescentar que "As terras de que trata este artigo são inalienáveis e indisponíveis, e os direitos sobre elas, imprescritíveis" (Art. 231. § 4º). A partir disso, decretos e leis específicas para povos indígenas irão se atrelar às terras demarcadas, como veremos nos exemplos a seguir.

No Decreto 1141, de 1994, que dispõe sobre ações de proteção ambiental, saúde e apoio às atividades produtivas para as comunidades indígenas, temos a seguinte passagem: "As ações de que trata este decreto dar-se-ão mediante programas nacionais e projetos específicos, de forma integrada entre si e em relação às demais ações *desenvolvidas em terras indígenas*, elaborados e executados pelos Ministérios da Justiça, da Saúde, da Agricultura, do Abastecimento e da Reforma Agrária, do Meio Ambiente e da Amazônia Legal e da Cultura (...)" (Art. 2º, grifos meus). O Decreto 3156, de 1999, que dispõe sobre a prestação de assistência à saúde dos povos indígenas, também atrela o atendimento às terras indígenas: "A organização das atividades de atenção à saúde das populações indígenas dar-se-á no âmbito do Sistema Único de Saúde e efetivar-se-á, progressivamente, por intermédio dos Distritos Sanitários Especiais Indígenas, ficando assegurados os serviços de atendimento básico *no âmbito das terras indígenas*." (Art. 1º, parágrafo único, grifos meus).

O decreto 564, de 1992, aprova o Estatuto da Fundação Nacional do Índio (FUNAI) e determina as competências do órgão, responsável por promover e garantir os direitos dos povos indígenas, em nome da União. No que se refere aos territórios indígenas, o decreto define que "A FUNAI promoverá estudos de identificação e delimitação, demarcação, regularização fundiária e registro das terras tradicionalmente ocupadas pelos povos indígenas." (Art. 4º).

Apesar das importantes conquistas, 42% da população indígena atual do país não é atendida plenamente pelas políticas públicas específicas e diferenciadas existentes. Isto porque o atendimento a estas políticas está vinculado à comprovação, junto ao Estado, do pertencimento a uma terra indígena demarcada. O alto contingente de indígenas não atendidos por tais políticas públicas se explica, em grande parte, pelo grande número de indígenas que vivem atualmente fora de terras demarcadas (DE PAULA, 2017).

Dados divulgados pelo IBGE, mostram que está consolidada a presença de indígenas em contexto caracterizado pelo órgão como *urbano*. Estudo com base nos dados coletados pelo Censo em 2010 demonstra que entre as mais de 896 mil pessoas que se auto declararam indígenas no Brasil, 36,2% encontravam-se em área urbana. (FERREIRA et al., 2012). Já a situação em Minas Gerais, segundo estado

mais populoso do país, 32 mil pessoas se autodeclararam indígenas¹². Uma parte considerável dos autodeclarados indígenas em Minas Gerais vive nos centros urbanos, seguindo a tendência mostrada anteriormente para a situação no país. A Região Metropolitana de Belo Horizonte¹³, de acordo com o Censo de 2010, contava com quase oito mil indígenas, presentes em vinte e quatro municípios da região, sendo que Belo Horizonte concentrava 51,54% da população total indígena da RMBH. Mapeamento realizado no Centro de Estudos Urbanos da Faculdade de Ciências Sociais da UFMG¹⁴, com base nos setores censitários, mostra que os 3.477 indígenas registrados pelo Censo de 2010 em Belo Horizonte se encontravam dispersos, estando presentes em todas as nove regiões que dividem o município. Os dados também mostram que, de uma maneira geral, esta é uma população pobre, com baixa escolaridade, com trabalhos precários e sem a devida assistência previdenciária (FERREIRA et al., 2015).

Migrações de indígenas para cidades são constantes e têm motivações diversas, estando entre as principais a necessidade de obtenção de renda, a busca por educação formal e letramento e o atendimento qualificado na área de saúde. No entanto, as condições de vida fora de terras indígenas são marcadas por situações de vulnerabilidades socioeconômicas como informalidade no trabalho; acesso à saúde, educação, transporte e moradia precários e imersão em contextos de preconceito e violência étnico-racial (PAULA, 2017).

A inserção de indígenas na cidade também se dá, muitas das vezes, de forma não permanente e definitiva, mantendo-se os vínculos com suas terras demarcadas num constante movimento pendular entre os dois espaços e modos de vida. Como muitas vezes o território das aldeias não possui recursos para satisfazer todas as suas demandas, ou mesmo por outras necessidades diversas

¹² Estimativas do Centro de Documentação Eloy Ferreira da Silva (CEDEFES) apontam que existem quatorze etnias atualmente em Minas Gerais, contando com aproximadamente quinze mil indivíduos aldeados. As etnias identificadas foram Aranã, Catu-Awá-Arachás, Kaxixó, Kiriri, Krenak, Maxakali, Mucuriñ, Pankararu, Pataxó, Pataxó Hã-Hã-Hãe, Puris, Tuxá, Xacriabá, Xukuru-Kariri (CAMARGO & LIMA, 2019). A distribuição destas etnias pelo estado pode ser visualizada no Mapa 1.

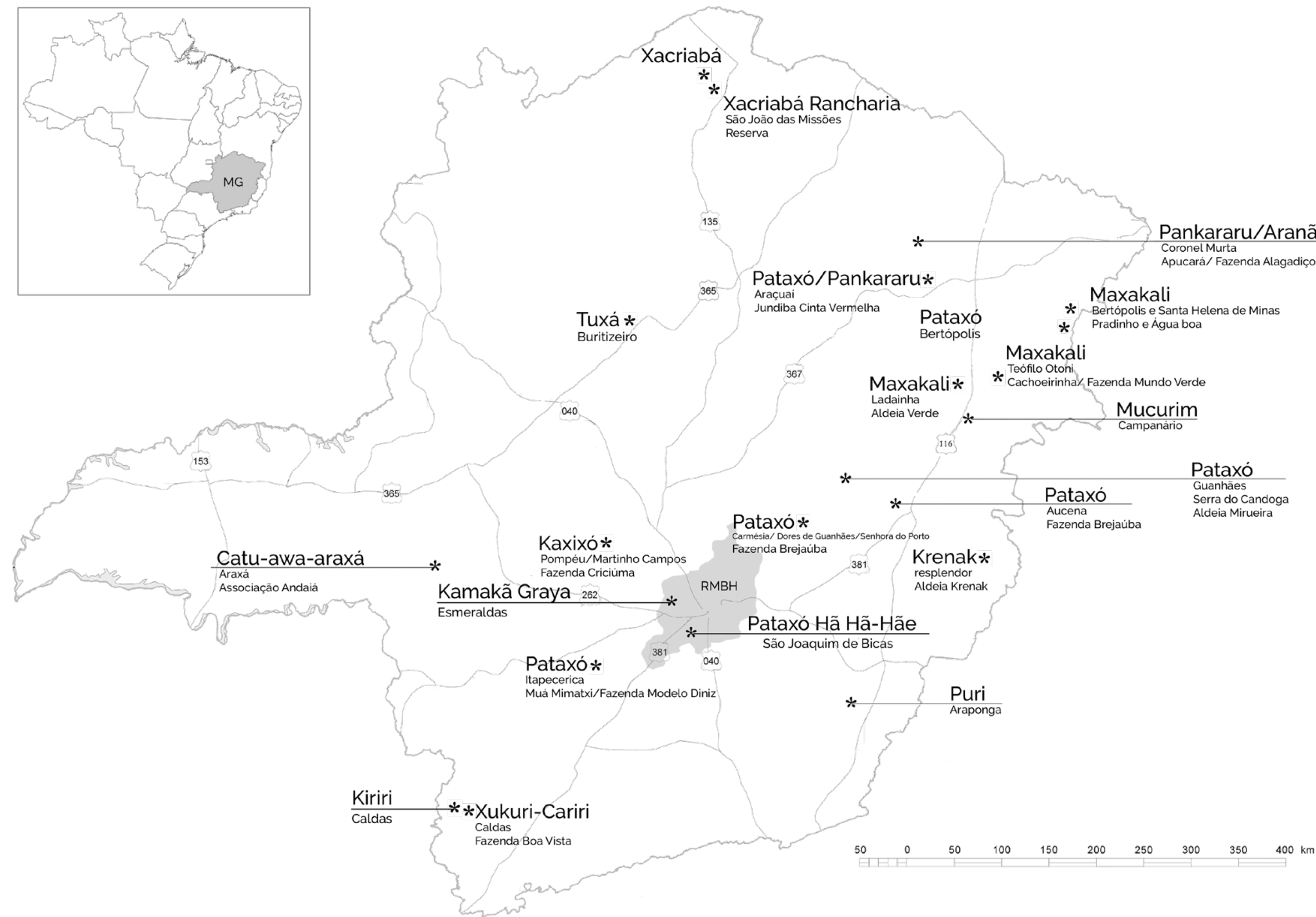
¹³ A Região Metropolitana de Belo Horizonte (RMBH), instituída em 1973, é a terceira maior do país e, após incorporação de novos municípios ao longo das últimas décadas, é composta atualmente por trinta e quatro municípios.

¹⁴ Ver Mapa 2

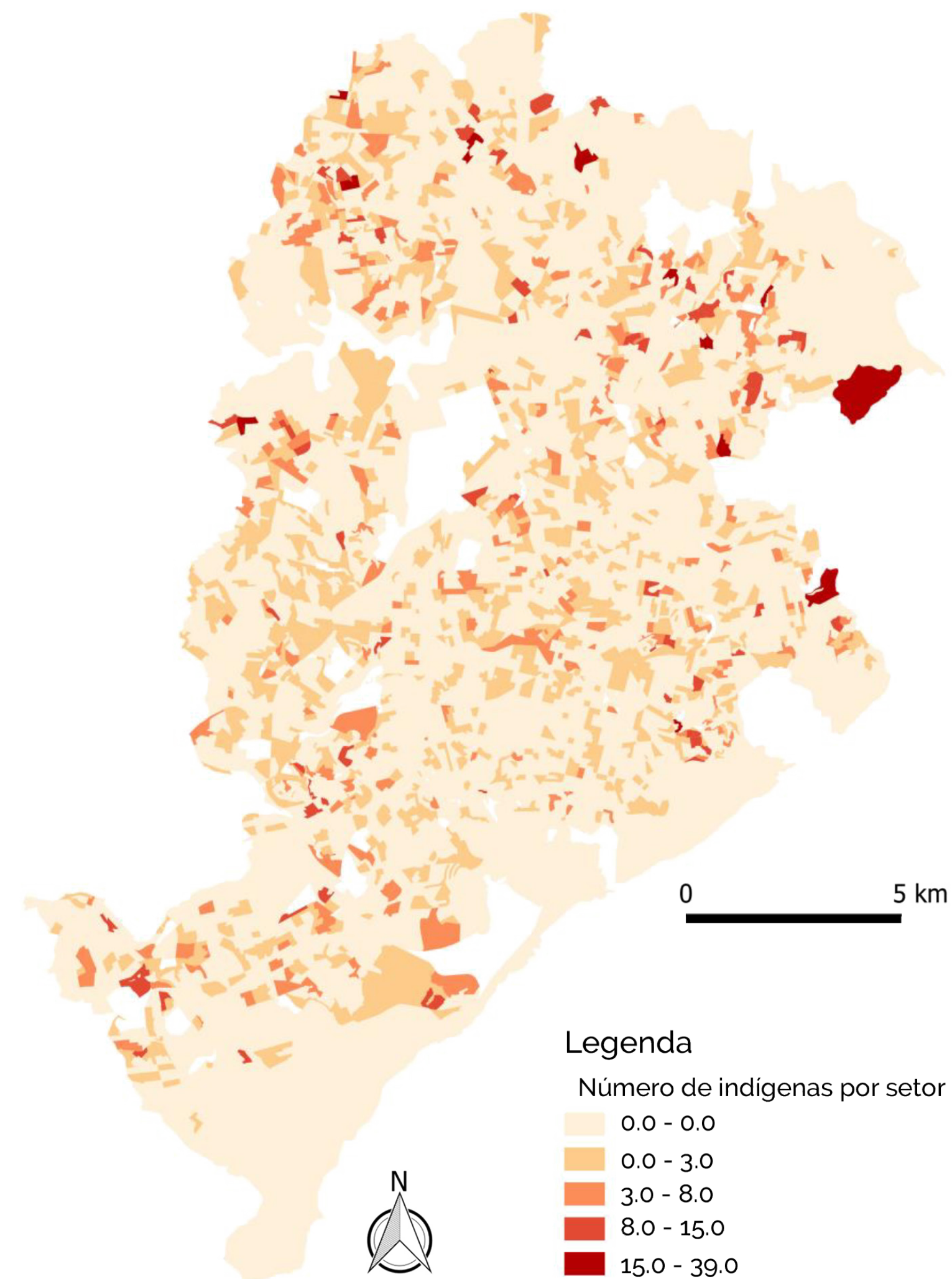
como citado anteriormente, indígenas deslocam-se para as cidades onde permanecem por algum tempo. É preciso ter em mente que "estar na cidade" pode significar, para diferentes indígenas, coisas bastante distintas. Inserções de indígenas em contexto de cidades se dão em distintos graus de intensidade e envolvimento: há grupos que permanecem anos, há outros que mantêm movimentos pendulares diários e há casos em que a própria cidade se expande e toca os limites de territórios indígenas (NUNES, 2010).

Seja para os que vivem de forma permanente ou para os que se encontram de passagem, os indígenas ficam legalmente desamparados nas cidades. Na maioria das vezes, as esferas públicas estão despreparadas para lidar com tais questões. A busca por ser indígena na cidade é marcada por desafios e lutas constantes que, se observadas de um certo ângulo, estão relacionados com as condições espaciais. Um dos desafios é a necessidade de manter uma posição proativa para afirmação de sua indianidade. A configuração espacial própria da cidade dificulta que exerçam um modo de vida vinculado com as organizações sociais indígenas pré-colombianas em aspectos como, por exemplo, a posse coletiva da terra ou a manutenção de práticas que dependem de um ambiente onde a natureza esteja menos alterada. Outro desafio é a luta em prol de estender as políticas públicas específicas de forma a abranger a totalidade dos povos indígenas já que, estando nas cidades, não é possível comprovar vínculo com uma terra demarcada para usufruir dos direitos garantidos na Constituição Federal.

A necessidade de migrar e se inserir em contextos urbanos em busca de melhoria nas condições de vida, o movimento pendular entre aldeia e cidade, as condições vulneráveis a que acabam expostos no contexto citadino, a luta pela afirmação de direitos e o despreparo das esferas públicas para lidar com tais situações são aspectos que serão verificados no estudo de caso deste trabalho, ao observamos como se dá a inserção de um grupo indígena na RMBH.



MAPA 1 Etnias indígenas em Minas Gerais com base em estimativas do CEDEFES. Fonte: Thiago Campos e Grupo Morar Indígena.



MAPA 2 Belo Horizonte: distribuição de autodeclarados indígenas por setor censitário de acordo com Censo 2010.
Fonte: Bruna Barradas Cordeiro (Centro de Estudos Urbanos da UFMG)

3. DA CIDADE À ALDEIA: INDÍGENAS NA RMBH E A RETOMADA

3.1. PRÁTICAS ESPACIAIS NA RMBH: RETOMADAS

Não é possível precisar datas de quando se iniciou a chegada de indígenas à RMBH. Depoimentos de membros da etnia Pataxó Hã-Hã-Hãe mostram que alguns de seus familiares chegaram na região na década de 1980. Pablo Camargo, agente indigenista da FUNAI, conta que, já no início dos anos 2000, trabalhou em apoio às etnias que começavam a se articular para reivindicar melhorias de suas condições de vida junto ao poder público. Dentre os que se organizavam, Pablo cita os Aranãs, os Pataxó, os Pataxó Hã-Hã-Hãe, os Xakriabá, os Krenak e os Maxacali. A articulação entre as diferentes etnias se fortaleceu a partir do apoio dado pelo CEDEFES, pela instituição austríaca KMB e pela ONG italiana GVC¹⁵ que passaram a contribuir na interlocução dos indígenas com o poder público. As principais reivindicações, naquele momento, foram a demarcação de um território para moradia dentro da RMBH e a criação de um centro de referência com a finalidade de receber indígenas em trânsito, divulgar a cultura e possibilitar a comercialização de artesanato, visando combater a discriminação e repressão policial sofrida nas ruas das cidades. Pleiteavam ainda o atendimento de saúde e educação específicos e diferenciados. Segundo Pablo, mesmo tendo conseguido participar de audiências na Câmara Municipal de Belo Horizonte, os indígenas nunca obtiveram avanços concretos.

Alguns anos depois as instituições apoiadoras encerraram sua atuação, no entanto alguns grupos indígenas seguiram se articulando e novas lideranças indígenas foram surgindo na RMBH até que, já na década de 2010, certas ações começaram a se consolidar. Uma delas é a atuação do Comitê Mineiro de Apoio às Causas Indígenas (CMACI), criado no ano de 2012, com o propósito de compartilhar e dar visibilidade às demandas indígenas na cidade. O comitê surgiu como uma página no site Facebook e, até o presente, não possui espaço específico para suas atividades. Os participantes se articulam através das redes sociais, sendo a principal ferramenta de comunicação um grupo no aplicativo

¹⁵ A ONG GVC atuou junto à indígenas da RMBH entre os anos de 2010 e 2012.

WhatsApp gerenciado pelos indígenas e que contava, em abril de 2019, com 59 membros entre indígenas e apoiadores. Ocasionalmente, alguns integrantes realizam reuniões presenciais em espaços públicos na capital. As demandas se assemelham às daquelas das primeiras lutas da década de 2000, descrita anteriormente. As ações do grupo têm se fortalecido com a atuação de Avelin¹⁶, principal liderança do CMACI e do suporte de indígenas como Eni Carajá, Adriana Carajá e outros. Estando inserida no contexto da Câmara de Vereadores de Belo Horizonte, Avelin tem conseguido apoio para a causa indígena¹⁷. O CMACI tem reivindicado insistentemente pela criação de um centro de referência indígena em Belo Horizonte. Atualmente, os próprios indígenas alugam um imóvel privado no bairro Bonfim e estão coletando doações para montar uma infraestrutura que, segundo dizem, deve ser capaz de atender até 20 pessoas simultaneamente. O grupo segue negociando com a prefeitura municipal a viabilização de algum imóvel público que possa ser utilizado para tal fim. O CMACI tem discutido ainda outras questões como melhorias no atendimento à saúde indígenas e a melhorias nas condições de exposição e venda de artesanato nos espaços públicos em Belo Horizonte.

Apesar de anos de insistência e luta por parte dos membros do CMACI, a quase total ausência de melhorias concretas das condições de vida levou alguns grupos indígenas a adotar uma nova estratégia de sobrevivência na RMBH, chamada por eles próprios de *retomada*, termo que por si só merece uma análise mais cuidadosa.

Como foi exposto no capítulo anterior, desde o “descobrimento” do Brasil os indígenas têm sido sistematicamente expulsos das terras que ocupavam, seja por grileiros, latifundiários ou o próprio Estado. Desde o início do projeto de colonização do Brasil, instaurou-se no país uma condição de posse de terras

¹⁶ A indígena Avelin Buniacá Kambiwá foi candidata nas eleições de 2016, obteve 642 votos e não se elegeu. Atualmente, ocupa um cargo de assessora parlamentar no gabinete coletivo das vereadoras filiadas ao partido PSOL, Áurea Carolina e Cida Falabella, conhecido popularmente por Gabinetona.

¹⁷ Uma incipiente conquista é o projeto de lei em trâmite na câmara municipal que dispõe sobre a proteção ao uso de indumentária, objetos e pinturas corporais e aos modos de se portar típicos e tradicionais de um povo ou uma comunidade. Segundo relatos dos indígenas, são recorrentes casos em que funcionários públicos como motoristas de ônibus, seguranças e policiais impedem sua livre circulação, gerando problemas e constrangimentos. O projeto de lei em trâmite é uma ação que visa combater tal discriminação.

baseada na propriedade privada¹⁸. Partindo do pressuposto de que todas as terras do país pertenciam ao rei de Portugal, este passou a realizar concessões, as chamadas Sesmarias, tornando-as propriedade privada de pessoas como representantes da nobreza ou comerciantes com maior poder econômico que tivessem condições de explorar as terras economicamente. Neste processo os indígenas começaram a sofrer expropriações dos territórios que ocupavam. As concessões de terras seguiram pelos séculos seguintes durante todo o período Colonial. No entanto até o século XIX a regulamentação da posse de terras não era rigorosa e, no geral, grupos que possuíam melhores condições acabavam por se apossar de extensões maiores de terras (OLIVEIRA, 2017).

Somente em 1850, durante o período Imperial, foi promulgada uma lei, conhecida como Lei de Terras, que alterou completamente o regime de regulação fundiária instaurando que a única forma de se possuir e registrar propriedades particulares de terra no país seria através da aquisição de terras públicas por meio de compra. Este processo foi perverso para os colonos e imigrantes mais pobres e, mais uma vez, para os povos tradicionais, já que as terras eram vendidas a um preço tão alto que grande parte da população não era capaz de adquiri-las. Tal esquema servia à lógica do sistema capitalista, fazendo com que grande parte da população não tivesse outra escolha a não ser tornar-se mão de obra trabalhando para aqueles que possuíam as terras. A Lei de Terras prevaleceu por mais de um século, chegando até período Republicano e sendo substituída somente em 1964 com a publicação do Estatuto da Terra. Na prática, o novo estatuto deu mais força ao Estado para regular a posse de terras e administrar os inúmeros conflitos existentes nas zonas rurais do país, além de favorecer a execução dos grandes projetos implantados no período Ditatorial. Isto acabou por gerar ainda maior concentração de terras e mais expropriações de terras indígenas (OLIVEIRA, 2017).

Somente a constituição de 1988 retira os povos tradicionais da invisibilidade jurídica, reconhecendo o Estado brasileiro como multicultural e pluriétnico e

¹⁸ A propriedade privada é a propriedade pertencente a entidades não governamentais. O conceito é definido como o direito civil que "assegura ao seu titular diversos poderes, como usar, gozar e dispor de um item ou espaço, de modo absoluto, exclusivo e perene". É essencial no contexto do capitalismo, desempenhando um papel indispensável nas relações socioeconômicas na maioria dos países do mundo, onde tal sistema é adotado.

garantindo aos povos indígenas (e a outros povos tradicionais como os quilombolas, seringueiros, pescadores...) o direito de posse e uso de terras. No caso dos indígenas, a posse permanente e usufruto exclusivo dos recursos naturais se dá através da demarcação de terras, como mostrado nos trechos de leis expostos anteriormente, sendo que estas terras são consideradas bens da União. Notamos que estas mudanças na nova constituição apresentam um contraponto com a noção de propriedade privada que prevaleceu unânime desde o início da colonização do país. As terras indígenas demarcadas são de posse coletiva, baseadas na relação direta que estes povos têm com o território. O conceito de posse aqui segue a cosmovisão destes povos, não sendo o espaço individualizado ou tratado dentro da lógica mercantil, estando a terra vinculada à sua própria existência (OLIVEIRA, 2017).

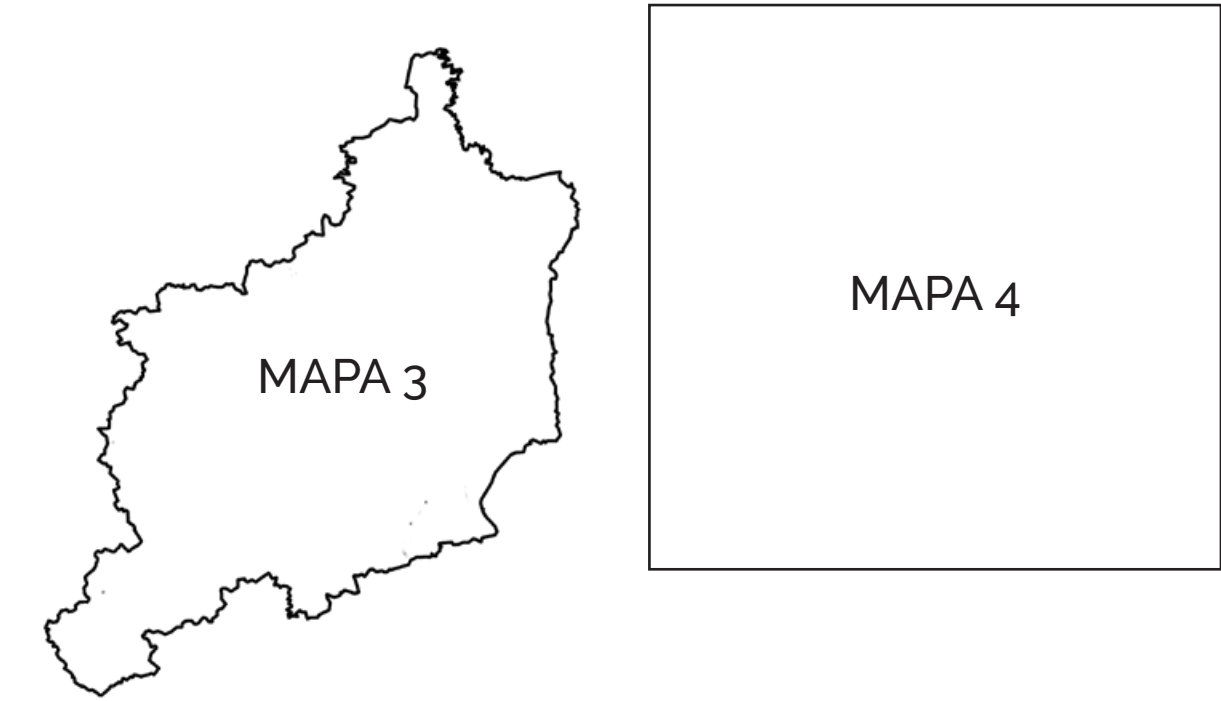
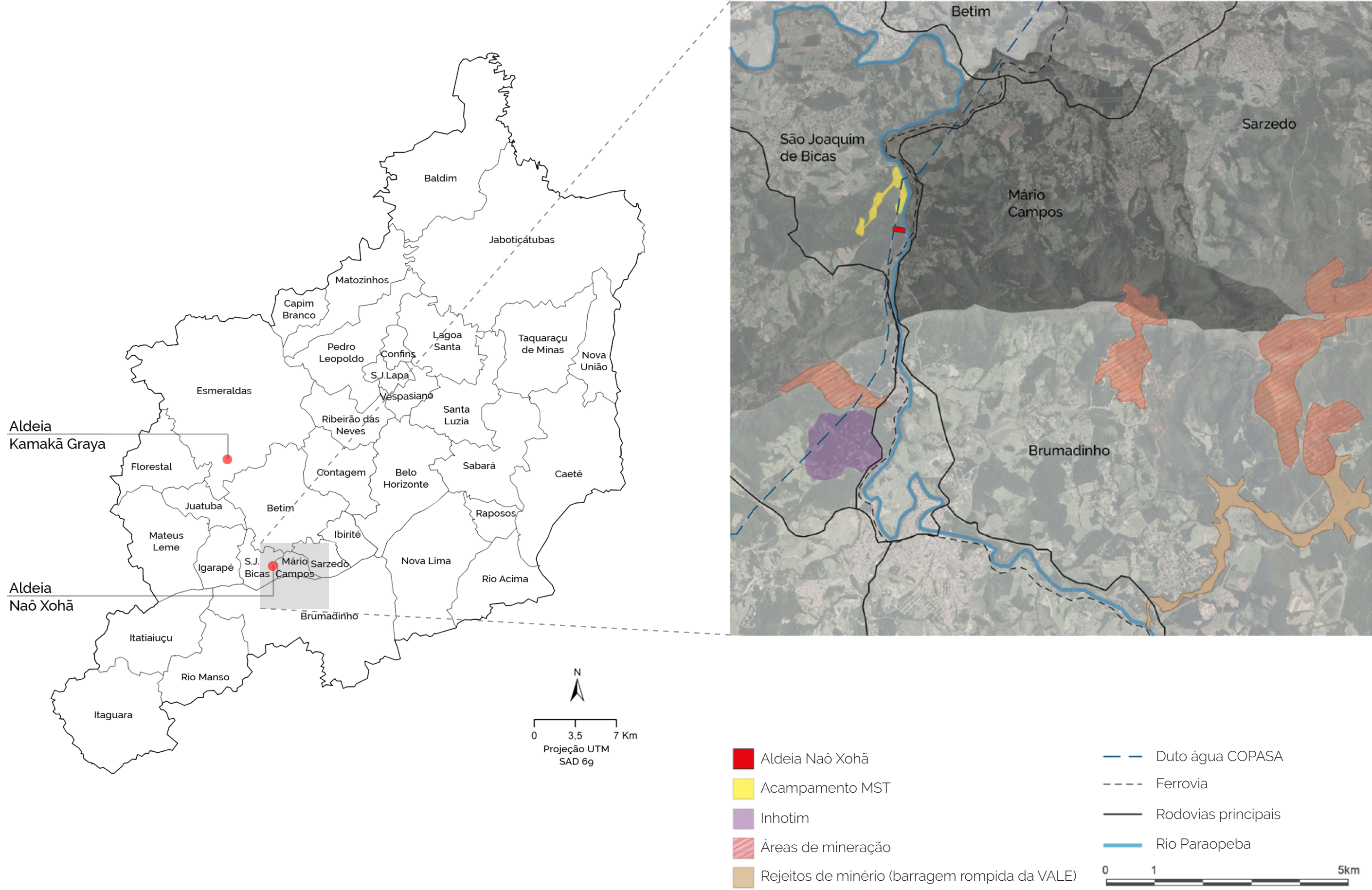
No entanto, o processo das demarcações de terras indígenas é marcado por conflitos, encontra resistência por setores do governo e pelo interesse do agronegócio, deparando-se com entraves burocráticos e gerando tensões políticas e sociais. Governantes recorrentemente deixam de demarcar ou expropriam terras indígenas em nome do que chamam de um “interesse nacional” que estaria acima dos direitos destes povos. Nos primeiros meses de 2019, com início do atual governo presidido por Jair Bolsonaro, a polêmica em torno da questão indígena segue em pauta, visto que o governo tenta enfraquecer a FUNAI e os processos de demarcações de terras. O presidente chegou a declarar a intenção de transformar as terras indígenas em propriedades particulares, tornando-as aptas à comercialização.

Fato é que, tendo perdido a posse de seus territórios - e não sua *propriedade*, visto que o conceito de propriedade privada foi trazido e imposto pelos colonizadores - muitos grupos indígenas se encontram atualmente desterrados. Sendo assim, o discurso que dá suporte à nova estratégia de sobrevivência dos indígenas na RMBH, revela que estes grupos almejam ter de volta (daí “retomar”) o que lhes foi retirado. *Retomar*, na visão destes indígenas, passa tanto pela condição de possuir novamente um território quanto pelo resgate de um modo de vida que se baseia naquele dos ameríndios pré-colombianos que habitavam o continente, como veremos mais detalhadamente na sequência.

Na prática, a estratégia de *retomar a terra*, no contexto das lutas indígenas atuais aqui analisadas, inicia-se com a permanência em um território antes desocupado e é seguida pela pressão junto à FUNAI para que reconheça a presença indígena no local e inicie o processo de regularização fundiária, até a demarcação da terra. Os indígenas enxergam que, ao conquistarem formalmente a posse da terra, o Estado terá o dever de atender aos seus direitos diferenciados garantidos na constituição devendo disponibilizar recursos para melhorias no espaço das aldeias e para outros fins como garantia de segurança, tratamento à saúde e o acesso à educação. Se avaliarmos este processo numa perspectiva histórica, a atribuição da FUNAI, interlocutora entre o mundo dos brancos e dos indígenas, chega a ser “paradoxal”: garantir a posse da terra àqueles que nunca necessitaram possuí-la.

Duas são as retomadas recém estabelecidas na RMBH, dando fruto a novas aldeias¹⁹. A primeira delas é a Aldeia Kamakã Graya, iniciada em janeiro de 2017, no município de Esmeraldas, a dois quilômetros de distância do Rio Paraopeba, liderada pelos indígenas Marinalva Maria de Jesus e Merong Kamakã Mongoió e composta em sua maioria por indígenas que antes residiam em Belo Horizonte. Os Kamakã são uma etnia derivada dos Pataxó Hã-Hã-Hãe, da Bahia. Atualmente são quinze famílias que ocupam parte da Fazenda Santa Tereza, uma das três fazendas da Fundação Educacional Caio Martins (FUCAM), local que estava abandonado pela instituição. A FUNAI, através da Coordenação Regional de MG-ES, realizou a etapa de “qualificação”, reconhecendo oficialmente a demanda dos Kamakã. A segunda aldeia, objeto de análise deste trabalho, é a Aldeia Naô Xohã, iniciada em outubro de 2017 no município de São Joaquim de Bicas, às margens do Rio Paraopeba, com envolvimento de indígenas de etnias diversas e liderada por um grupo Pataxó Hã-Hã-Hãe que já vinha frequentando a cidade de Belo Horizonte.

¹⁹ Ver Mapa 3



MAPA 3 Localização das aldeias Kamakã Grayá e Naô Xohã na Região Metropolitana de Belo Horizonte. Fonte: Thiago Campos.



MAPA 4 Contexto regional e inserção da aldeia Naô Xohã sobre foto aérea do Google Earth de abril de 2019. Fonte: Thiago Campos.

3.2. RETOMANDO A TERRA: PRODUÇÃO DO ESPAÇO NA ALDEIA NAÔ XOHÃ

3.2.1. Moradores e trajetórias sócio-espaciais

Podemos dividir os indígenas envolvidos com a criação da Naô Xohã em três grupos com origens e motivações diferentes entre si: os Pataxó Hã-Hã-Hãe, os Pataxó e os indígenas ligados ao CMACI.

O primeiro grupo é formado por indígenas da etnia Pataxó Hã-Hã-Hãe que, em sua maioria, nasceu e viveu parte da vida em Terras Indígenas demarcadas, localizadas no sul da Bahia. Dos quatorze entrevistados, nove nasceram ou passaram a infância na Terra Indígena Coroa Vermelha, localizada no município Santa Cruz Cabrália; quatro na Terra Indígena Barra Velha, em Porto Seguro, e apenas uma pessoa, Célia [Angohó]²⁰, nasceu em Minas Gerais. A partir das entrevistas, percebe-se que existe um trânsito constante entre as duas Terras Indígenas citadas, além da conexão com a cidade de Porto Seguro, onde alguns indígenas disseram já ter vivido. A principal aldeia citada como local de origem é a Aldeia Agricultura, dentro da terra Coroa Vermelha. Não identifiquei nenhuma relação destes indígenas com a Reserva Indígena Caramuru Paraguassu onde, segundo a pesquisa apresentada anteriormente (CARVALHO & SOUZA, 2019), concentram-se muitos Pataxós Hã-Hã-Hãe. Mostraram ter maior afinidade e relações de parentesco com indígenas Pataxó, principalmente aqueles que habitam a Terra Indígena Barra Velha. A maioria dos adultos das famílias Pataxó Hã-Hã-Hãe envolvidos na Naô Xohã possui entre 20 e 30 anos de idade. As relações de parentesco podem ser melhor visualizadas na árvore genealógica²¹ produzida juntamente com os moradores da aldeia.

Segundo relata o indígena Eliabe [Tehé], o início da saída dos Pataxó Hã-Hã-Hãe de sua aldeia em direção à Belo Horizonte se iniciou com um tio de Waldeir [Arakuã], de nome Genilson dos Santos Lima, conhecido como Nilsinho. Artesão hábil, passou a frequentar a cidade em busca de renda, obtida através da venda

²⁰ Célia [Angohó] não é nascida em uma comunidade indígena. Passou a fazer parte do grupo ao casar-se com Uendes [Hayó], quando este já vivia em Belo Horizonte.

²¹ Ver Figura 1.

de peças de artesanato por ele produzidas. Nilsinho casou-se com uma não indígena que residia em Belo Horizonte e passou a morar definitivamente na capital. Alguns anos depois, já em 2012, Arakuã procurou o tio e passou temporadas na cidade trabalhando junto a ele. Na mesma época, começaram a vir à Belo Horizonte outros parentes, como seus irmãos Hayó e William [Sucupira] e seu tio Gilvânio [Paraju], dentre outros.

Grande parte dos entrevistados declarou que o principal motivo de migrarem para Belo Horizonte é a dificuldade de obter renda nas aldeias da Bahia e que a principal atividade utilizada para tal fim é a comercialização de artesanato. Contam que, atualmente, há muitos artesãos na mesma região, a concorrência é grande, o tipo de artesanato produzido é muito semelhante, o número de compradores vem decrescendo e é sazonal, sendo lucrativo apenas nos meses de alta temporada do turismo. Além das dificuldades financeiras, alguns contam que a assistência dada pela FUNAI e o atendimento à saúde dentro de suas Terras Indígenas vem se tornando precário nos últimos anos, fazendo com que procurem a cidade para ter acesso a melhores serviços. O depoimento dado por Tehé nos ajuda a compreender a motivação das migrações:

- A pesca também a gente só pesca o peixe lá, mas aqueles que pescam eles pescam mais para comer, porque, quando é para vender, o dinheiro que rende não dá para pagar as despesas, não dá para comprar material escolar, não dá para comprar remédios, não dá para fazer o necessário. Então, isso faz com que muitas famílias da nossa aldeia tomem essa atitude de sair pelo Brasil vendendo artesanato, expondo o seu trabalho, apresentando a cultura e também propagando conhecimentos de fato que a gente vive lá, foi o que aconteceu com a gente. Então, Arakuã voltou e aí também com ele eu vim (...)

Os Pataxó Hã-Hã-Hãe que têm frequentado Belo Horizonte há mais tempo, caso das famílias de Arakuã, Sucupira e Wellington [Aryomã], alugam pequenos apartamentos em uma mesma edificação no bairro Jardim Vitória. Hayô e Célia também já moravam em outro apartamento alugado em Belo Horizonte antes de iniciarem a retomada. Alguns outros parentes têm chegado à RMBH nos últimos anos, sendo que parte chegou para morar diretamente na recém fundada aldeia Naô Xohã, sem ter vivido antes na metrópole.

Célia, única que não é nascida em uma comunidade indígena, passou a fazer parte do grupo ao casar-se com Uendes [Hayô], quando este já vivia em Belo Horizonte e é, atualmente, uma importante liderança do grupo. Por possuir maior articulação em Belo Horizonte do que os indígenas vindos da Bahia, visto que vive na cidade desde a infância, Célia tem sido responsável por conduzir o diálogo com representantes do poder público, apoiadores e outros indígenas ligados ao CMACI ao longo dos últimos anos.

Atualmente, grande parte destes Pataxó Hã-Hã-Hãe está envolvido com a comercialização de artesanato em Belo Horizonte, sendo os principais pontos de venda a Praça Sete de Setembro, uma praça bastante movimentada, marco zero do hipercentro da cidade, e a Feira de Artes, Artesanato e Produtores de Variedades, conhecida popularmente por "Feira Hippie", que acontece todas as semanas, aos Domingos, também na região central.

Durante as entrevistas, os membros do grupo que frequentam Belo Horizonte relataram que enfrentam dificuldades constantes na cidade. Uma das dificuldades é o alto custo de vida: os ganhos com a venda de artesanato são variáveis e o valor pago para transporte do material entre os locais de moradia e de venda faz com que o ganho final não seja suficiente para se manter. Muitos relataram estar em dívida com o pagamento de seus alugueis de moradia. Outra dificuldade está relacionada com a fiscalização da prefeitura de Belo Horizonte que, por várias vezes, impediu os indígenas de comercializar o artesanato chegando a apreender suas mercadorias em certas ocasiões. A violência e o preconceito sofridos são outra dificuldade enfrentada e, segundo contam Arakuã e Tehé, após terem dois parentes assassinados na cidade²² a sensação de insegurança aumentou, o que fez com que iniciassem os planos de deixar a capital. Disseram ainda que sentiam falta do modo de vida de suas aldeias de origem, o que também contribuiu para a decisão de fundar uma nova aldeia.

Antes de iniciarem a busca por terras onde pudessem criar a nova aldeia, Arakuã retornou à Bahia e tornou-se cacique da Aldeia Agricultura onde

²² Nilsinho, o tio de Arakuã, foi assassinado em 2015 em Belo Horizonte. Arakuã conta que o falecido era primo do indígena Galdino, queimado vivo em Brasília no ano de 1997. Pouco antes, relata que havia sido assassinado seu primo Samuel.

permaneceu por um período para se tornar apto a exercer a função, segundo contou Tehé. Os Pataxós Hã-Hã-Hãe são, portanto, o grupo do qual partiu a ideia da retomada e dele fazem parte as lideranças, como o cacique fundador Arakuã e o seu irmão e atual cacique Hayô. Junto com alguns familiares estes indígenas têm tomado as principais decisões relacionadas à produção sócio-espacial da aldeia.

O segundo grupo envolvido na Naô Xohã é composto por famílias da etnia Pataxó que deixaram sua terra de origem há décadas. São descendentes de Dona Antônia (83) e Seu Gervázio (91). Nascidos na Terra Indígena Barra Velha, Gervázio e Antônia migraram no episódio do Fogo de 51. Viveram no distrito de Monte Pascoal, em Prado, e depois em Itamaraju, no sul da Bahia, cidades onde nasceram seus filhos. Por dificuldade em conseguir emprego, deixaram a região tendo chegado à Belo Horizonte na década de 1970. Os Pataxó envolvidos na Naô Xohã ou são parentes de consanguinidade ou genros e noras destes anciãos, como pode ser melhor observado na árvore genealógica da família²³. Possuem parentesco com os Pataxó Hã-Hã-Hãe, já que Sr. Gervázio é primo de Mariene [Arariba], mãe do Hayô. No geral, os chefes de família deste grupo possuem mais de 50 anos de idade. Há 28 anos moravam em apartamentos alugados no bairro Taquaril, em Belo Horizonte, tendo como fonte de renda trabalhos assalariados em cargos diversos.

Assim que decidiram dar início à retomada, os Pataxó Hã-Hã-Hãe convidaram os Pataxó para participar e estes aceitaram, sendo que o casal de anciãos e sua filha Elísia estão entre os primeiros a se estabelecer na Naô Xohã, logo que as primeiras habitações foram construídas. Disseram ter como motivações para sair de Belo Horizonte o alto custo dos alugueis, além da intenção de experimentar um modo de vida distinto do que mantinham na cidade. Apesar de ter sido possível coletar muitas informações em conversas informais durante as visitas, não foi possível realizar entrevistas gravadas com os membros deste grupo, visto que deixaram a aldeia em data anterior à realização das mesmas.

O terceiro grupo que participou da Naô Xohã é formado por indígenas de etnias diversas que afirmam ter parentesco com aldeados, porém viveram durante

²³ Ver Figura 2.

toda sua vida fora de uma Terra Indígena demarcada. Residem há anos em cidades da RMBH e são membros do Comitê Mineiro de Apoio às Causas Indígenas. Os indígenas deste grupo que se envolveram mais ativamente no processo da retomada foram Avelin Buniacá Kambiwá, Eni Carajá, Adriana Pataxó e Kapua Puri. No geral, possuem escolaridade mais elevada quando comparados aos indivíduos dos dois primeiros grupos, além de possuir emprego e renda fixa. Se solidarizaram com os moradores da aldeia atuando como apoiadores. Sua participação ajudou na consolidação da retomada visto que, juntamente com Célia, foram responsáveis por conseguir doações e assistência diversas. Alguns demonstraram a intenção de possuir uma moradia na aldeia, porém não chegaram a efetivar este plano.

De início, os indígenas ligados ao CMACI defenderam que a Naô Xohã deveria ser uma aldeia *multiétnica*. Viam nesta proposta uma forma de fortalecer a retomada através do envolvimento de mais etnias que poderiam, por sua vez, buscar mais apoio para a ocupação do território. Além disso, a maior parte dos integrantes do CMACI têm se afirmado indígena de forma isolada, longe de uma comunidade que os reconheça. Sendo assim, fazer parte de uma aldeia multiétnica seria também uma estratégia para integrar a comunidade e ser reconhecido por ela. Por outro lado, as lideranças Pataxó Hã-Hã-Hãe não enxergaram a questão desta forma e declararam que incorporar as pautas dos indígenas por melhorias na cidade, assim como declarar a aldeia como multiétnica, enfraqueceria sua luta pela permanência no território. Defenderam, portanto, que a aldeia deveria ser apenas de sua etnia e este foi o discurso que mantiveram junto à FUNAI e que acabou prevalecendo.

Segundo relatos de representantes da FUNAI, a instituição apoia as iniciativas indígenas independentemente de como estes decidem se organizar e, por isso, não haveria diferença na atuação do órgão caso os indígenas optassem por configurar a aldeia como pertencente a uma ou à diversas etnias. No meu entendimento, este debate está, na verdade, relacionado às disputas internas por poder entre lideranças do CMACI e lideranças Pataxó Hã-Hã-Hãe. As desavenças internas entre os grupos envolvidos, no meu modo de ver, trouxeram prejuízos para consolidação da aldeia. Enxergo que o grupo ligado ao CMACI, que acabará abandonando a aldeia, como veremos mais à frente, tinha a possibilidade de trazer

maior apoio institucional para a retomada, visto que possuem uma rede de contatos mais ampla do que as das lideranças Pataxó Hã-Hã-Hãe. No entanto, é apenas uma hipótese e o fato é que, mesmo após a escolha de pertencer a uma única etnia, a aldeia segue permanecendo no território.

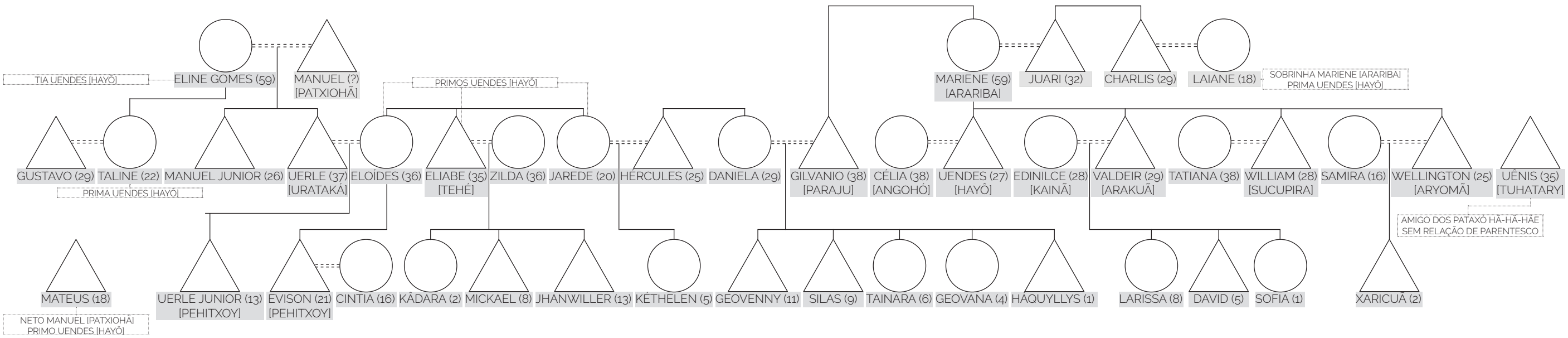


FIG. 5

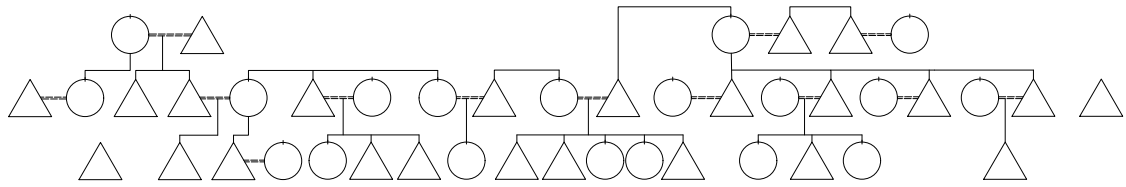
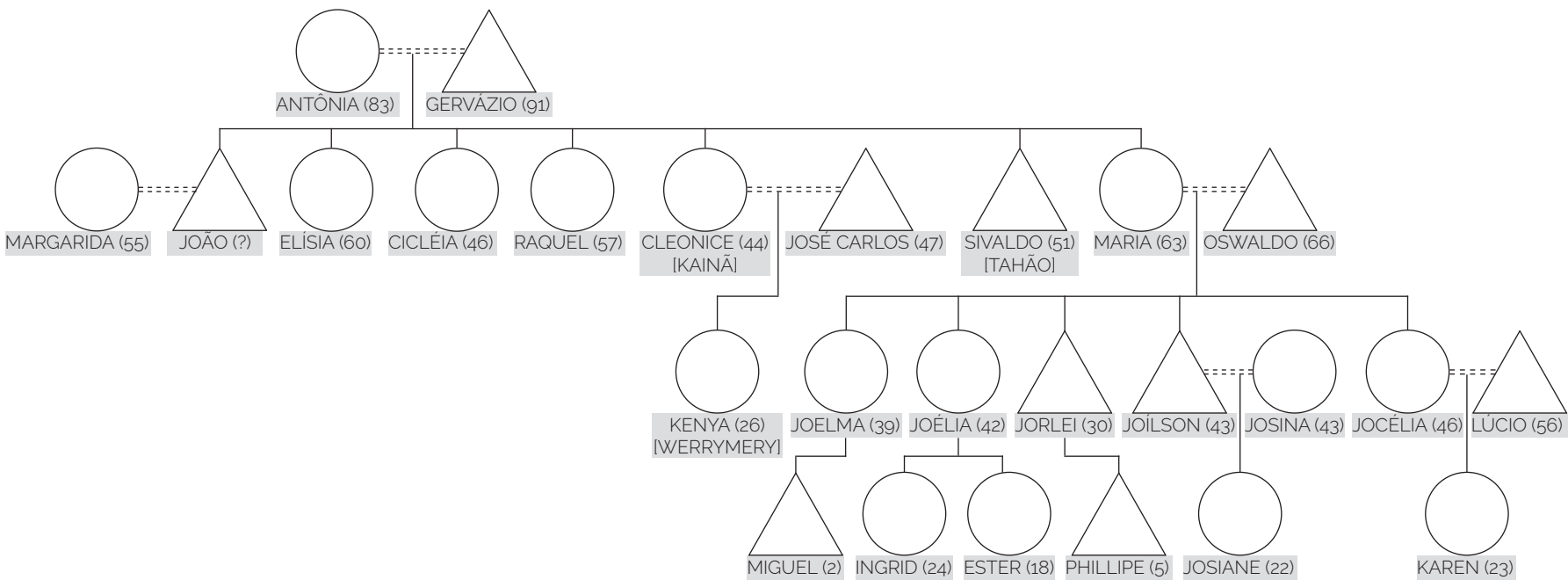
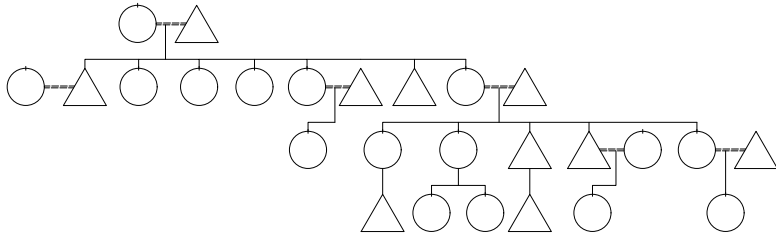


FIG. 6



LEGENDA

Relação por consanguinidade



Relação por afinidade



Feminino



Masculino



OBSERVAÇÃO: AS ÁRVORES GENEALÓGICAS CONTEMPLAM INDÍGENAS QUE MORAM, JÁ MORARAM OU DEMONSTRARAM A INTENÇÃO DE MORAR NA ALDEIA NAÔ XOHÃ. DEVIDO ÀS CONSTANTES MUDANÇAS NA CONFIGURAÇÃO DOS MORADORES E FREQUENTADORES DA ALDEIA, AS ÁRVORES GENEALÓGICAS NÃO PRETENDEM ENCERRAR A LISTA DOS ENVOLVIDOS, REFLETEM A SITUAÇÃO EM MARÇO DE 2019 E PODEM CONTER IMPRECIÇÕES.

FIG. 5

Árvore genealógica: indígenas da etnia Pataxó Hã-Hã-Hãe envolvidos na aldeia Naô Xohã. Fonte: Thiago Campos.

FIG. 6

Árvore genealógica: indígenas da etnia Pataxó envolvidos na aldeia Naô Xohã. Fonte: Thiago Campos.

3.2.2. Construção material do espaço

O local definido para início da retomada, segundo contam os indígenas, foi escolhido por lideranças Pataxó Hã-Hã-Hãe juntamente com o membro do CMACI Kapua Puri, após terem tomado conhecimento sobre a existência de uma região de mata intocada contígua a um acampamento do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). Lideranças deste acampamento informaram que o terreno havia pertencido a uma mineradora que decretara falência, estava inutilizado e não cumpria sua função social, por isso o ocupavam. Apoiaram a retomada indígena e acordaram os limites entre o território de cada grupo.

A área é um fragmento de Mata Atlântica, fica a 53 quilômetros do centro de Belo Horizonte, no município de São Joaquim de Bicas, na margem esquerda do Rio Paraopeba e próxima aos municípios de Mario Campos e Brumadinho²⁴. A menos de cinco quilômetros do local, encontra-se o Instituto Inhotim²⁵ e na estrada entre a aldeia e o instituto, funciona uma mina de extração de minério. Outras cavas de mineração se encontram na região, como é o caso da mina do Córrego do Feijão da mineradora Vale que se rompeu em janeiro de 2019 impactando a vida na Naô Xohã, como veremos mais à frente.

O acesso à aldeia é feito por uma estrada de terra que parte da rodovia asfaltada que liga São Joaquim de Bicas à Brumadinho. Após cerca de meio quilômetro, a estrada de terra se cruza com uma faixa desmatada por onde passa a rede de distribuição de água da COPASA²⁶ e neste ponto encontram-se algumas caixas de concreto ligadas ao sistema. Daí em diante a estrada de terra segue envolta à mata fechada em ambos os lados e após mais meio quilômetro vê-se a entrada da aldeia ao lado esquerdo, marcada por uma porteira de madeira e uma faixa anunciando a terra indígena. Do lado direito, descendo a pé por um pequeno

²⁴ Ver Mapa 4.

²⁵ Segundo definição do site Wikipédia, acessado em outubro de 2018, "o Instituto Inhotim é a sede de um dos mais importantes acervos de arte contemporânea do Brasil e considerado o maior centro de arte ao ar livre da América Latina". Segundo reportagem da Folha de São Paulo (VALENTE, Rubens, 2018), a coleção exposta no museu, assim como sua instalação e manutenção (que acumula cifras milionárias), foram financiadas, em parte, pelo empresário da área de mineração Eduardo de Mello Paz. Segundo a mesma reportagem, em 2017 o empresário foi condenado a nove anos de prisão por lavagem de dinheiro, afastou-se do comando do museu e recorreu da sentença em liberdade.

²⁶ Companhia de Saneamento de Minas Gerais.

barranco, é possível acessar as margens do Rio Paraopeba. Seguindo por mais quatrocentos metros chega-se ao fim da estrada de terra, onde encontra-se uma cancela que configura um dos acessos ao acampamento do MST.

A retomada teve início em outubro de 2017, quando alguns indígenas acamparam no terreno. Daí em diante passaram a se revezar no acampamento para manter presença constante no local, se deslocando entre a cidade e a aldeia. Durante os primeiros meses, poucas famílias conseguiram se manter regularmente no local, devido às condições precárias dos abrigos, às dificuldades de resistir ao período chuvoso e à falta de água e alimentos.

Para consolidação da permanência dos primeiros indígenas na aldeia, destacam-se a atuação de Célia além de Avelin, Eni e Adriana, membros do CMACI, que articularam várias campanhas de doação durante o primeiro ano da retomada. Dentre as doações arrecadadas estavam alimentos, água, remédios, materiais de construção, utensílios domésticos, fogões, botijões de gás, colchões, roupas de cama, vestuário, fraldas, materiais de construção, dentre outras. As lideranças obtiveram auxílio para transporte das doações e, por vezes, dos indígenas entre a cidade de Belo Horizonte e a aldeia. A partir das doações de materiais de construção, alguns indígenas realizaram pequenos mutirões e iniciaram a construção das habitações, chamadas por eles de *ocas*, além de outras pequenas estruturas de apoio.

Ao longo dos meses seguintes, vários indígenas continuaram o movimento de ida e volta à Belo Horizonte enquanto seguiam limpando o terreno e construindo mais *ocas* na aldeia. Em janeiro de 2018, havia uma oca coberta e estruturas construídas para outras duas. Os primeiros moradores a se fixar no local foram os Pataxós Dona Antônia, Seu Gervázio, Elísia, João e Margarida e a família Pataxó Hã-Hã-Hãe composta por Wellington [Aryomã], sua esposa Samira e o filho Xaricuã.

Todos os indígenas entrevistados nesta pesquisa disseram ter liberdade para escolher a localização de suas *ocas*, no entanto foi necessária a autorização do cacique para aprovação da escolha e início da construção. A única regra colocada pelo cacique foi com relação ao formato das *ocas*, que deveria seguir o

padrão adotado pelos Pataxó Hã-Hã-Hãe na Bahia, ou seja, planta e cobertura deveriam ter formato circular. Quando questionadas do porquê de tal escolha, as lideranças disseram que a intenção é que a aldeia se mantenha “dentro da cultura”. Em certa ocasião, quando apresentava a aldeia para alunos da escola de Arquitetura da UFMG, o indígena Murici disse que turistas gostam de ver as ocas iguais às de seus antepassados e, por isso, consideram importante mantê-las com o formato arredondado. Os materiais utilizados nas vedações laterais das primeiras ocas acabaram por conformar plantas de formato hexagonal ou octogonal, que tendem para o formato redondo.

Em junho de 2018, técnicos da FUNAI da Coordenação Regional de Minas Gerais e Espírito Santo visitaram o local com a finalidade de realizar a etapa de qualificação²⁷ da aldeia. Estiveram presentes ainda o representante da Comissão Pastoral da Terra de Minas Gerais (CPT/MG)²⁸, Frei Gilvander, um representante do CEDEFES e indígenas do CMACI. Foi definido como nome oficial Aldeia Indígena Pataxó Hã-Hã-Hãe Naô Xohã e neste momento Arakuã foi reconhecido oficialmente como cacique. A *qualificação*, apesar de ser uma etapa ainda distante de uma demarcação definitiva, deu fôlego para que o processo de ocupação do espaço da aldeia continuasse e alguns indígenas chegaram mesmo a pensar que a posse da terra já estava garantida. Em setembro de 2018, quase um ano após início da retomada, membros da prefeitura de São Joaquim de Bicas tomaram conhecimento da presença dos indígenas no município, por ocasião de uma visita destes à instituição. Pouco depois, estiveram na Naô Xohã e alegaram que o órgão não conseguiria disponibilizar nenhum auxílio imediato devido à falta de recursos.

No segundo semestre de 2018 o número de moradores permanentes aumentou, assim como a quantidade de ocas. O principal fator que possibilitou a expansão da aldeia neste momento foi o recebimento, em setembro, de doação

²⁷ Na etapa chamada *qualificação*, um documento é encaminhado pela regional para a FUNAI sede em Brasília com os dados das famílias envolvidas e suas principais reivindicações. Esta é a etapa inicial para o processo de regulação fundiária e demarcação de uma Terra Indígena.

²⁸ A Comissão Pastoral da Terra foi fundada 1975, em plena ditadura militar, como resposta à grave situação vivida pelos trabalhadores rurais, posseiros e peões, sobretudo na Amazônia, explorados em seu trabalho, submetidos a condições análogas ao trabalho escravo e expulsos das terras que ocupavam. A instituição tem acompanhado conflitos territoriais envolvendo grupos minoritário na RMBH, incluídos os casos envolvendo populações indígenas.

do CIMI²⁹ no valor de R\$4.760,00, destinada à compra de materiais de construção. O recurso foi obtido por intermédio da Célia que, junto com outras lideranças, definiu que seriam compradas telhas de fibrocimento onduladas, madeirites, mourões e pregos. Os materiais foram distribuídos entre as famílias, possibilitando melhorias na construção de suas ocas e espaços anexos.

Para estrutura principal das ocas os indígenas utilizaram, de início, peças de madeira coletadas no local e peças de bambu. Posteriormente passaram a utilizar também mourões de eucalipto tratado recebidos em doações. A estrutura das ocas é composta por pilares nas bordas da circunferência, geralmente de seis a oito peças, e por um pilar central, mais alto que os demais. A estrutura da cobertura é formada por peças que ligam o apoio central às extremidades e por peças horizontais que travam a estrutura, interligando o topo dos pilares das extremidades. Os espaços internos das habitações possuem área de 30 metros quadrados, aproximadamente.

As vedações utilizadas nas laterais variaram de acordo com a disponibilidade de materiais no momento da construção. As primeiras ocas foram vedadas com lonas doadas, em seguida com madeirites comprados com o dinheiro do CIMI e, mais recentemente, com madeirites de melhor qualidade, doados pela mineradora Vale. Apenas um indígena executou parte das paredes com vedação em barro batido sobre tramado de varas de madeira³⁰. Algumas famílias optaram por mesclar os fechamentos laterais de madeirites com varas de madeira ou bambu, de forma a permitir a passagem de ventilação natural. No geral, as laterais das ocas possuem poucas aberturas, sendo um ou dois vãos de acesso que ficam constantemente abertos e, em alguns casos, aberturas nos madeirites conformando janelas. O espaço interno das habitações é completamente integrado, sendo que, em poucos casos, os moradores construíram uma parede interna dividindo parcialmente a habitação em dois ambientes. Os espaços internos das ocas são utilizados principalmente para dormir e armazenar os

²⁹ O Conselho Indigenista Missionário é um organismo vinculado à Conferência Nacional dos Bispos do Brasil que atua em apoio aos povos indígenas.

³⁰ Esta técnica é popularmente conhecida como "pau-a-pique" porém os indígenas não utilizam este termo e não têm um nome específico para este modo de construir.

pertences pessoais dos moradores. Cozinha, banheiro e áreas de permanência encontram-se fora das ocas.

Para a coberturas das ocas também foram utilizados diferentes materiais. As primeiras foram cobertas com lona. Algumas famílias utilizaram as telhas de fibrocimento compradas com recurso doado pelo CIMI e o formato circular continuou a ser adotado a despeito da difícil adaptação das telhas, que são fabricadas em formato retangular. Algumas famílias relataram que a água infiltrou na cobertura já que as telhas necessitaram de muitos cortes para encaixe na estrutura. Houve uma tentativa de se utilizar palha de taboa para cobertura de uma oca. A palha foi comprada de moradores do MST, que as extraíram em uma região de brejo nas redondezas. Segundo depoimento do Arakuã, a palha estragou pois não foi colhida da forma correta. Em minha última visita observei que todas as ocas estavam cobertas com lona, em algumas ocasiões sobrepostas às telhas de fibrocimento. Com relação aos pisos internos, em nenhuma oca foi utilizado revestimento, ficando o chão em terra batida. Alguns indígenas disseram que pretendem executar um piso cimentado futuramente.

A maioria das ocas possui um ou mais anexos, geralmente na forma de uma varanda com estrutura em madeira e coberta com lona ou telha de fibrocimento. Sob esta varanda, a maioria das famílias construiu um fogão a lenha moldado em barro e que fica elevado, apoiado sobre estrutura de madeira ou bambu. Não há energia elétrica na aldeia alguns moradores utilizam fogões a gás. As varandas anexas às ocas são muito utilizadas pelos moradores e visitantes para atividades como cozinhar, realizar as refeições, descansar e conversar.

Com relação à ocupação do espaço da aldeia, passando pela porteira de acesso, encontra-se uma área quase plana, na qual foi aberta a primeira clareira, para construção das primeiras ocas, que distam em torno de vinte metros da estrada de terra. Com o tempo, novas clareiras foram sendo abertas e a aldeia expandiu-se para os lados, em áreas com baixa declividade, e também para os fundos, onde a declividade do terreno torna-se mais acentuada à medida em que se afasta da estrada. Ao limpar o terreno, os indígenas retiraram as vegetações mais baixas e disseram se preocupar em manter as árvores de maior porte. O entorno das clareias é completamente circundado por mata densa. Cerca de

duzentos metros afastando-se da estrada, subindo pelo terreno, chega-se à faixa desmatada de domínio da COPASA, por onde passa uma rede de abastecimento da empresa. Até o momento deste levantamento a aldeia não havia ultrapassado este limite.

Uma dificuldade enfrentada pelos primeiros moradores da aldeia foi a falta de água potável. A água vinha sendo buscada em local distante, a alguns quilômetros de distância, trazida em galões em percursos a pé. Para melhoria desta condição, foi importante a participação do indígena Pataxó de nome Sivaldo [Tahão]. Filho dos anciãos Dona Antônia e Seu Gervázio, Sivaldo nasceu na Bahia e mudou-se para cidade ainda novo, tendo trabalhado muitos anos como agrimensor. Mesmo não tendo fixado moradia na Naô Xohã, Sivaldo se envolveu nas questões ligadas à infraestrutura e dizia ter planos de se mudar para a aldeia. Em agosto de 2018, planejou um sistema para coletar água a partir da rede da COPASA, similar ao sistema implantado pelos os moradores do acampamento vizinho, do MST. Sivaldo fez uma listagem dos materiais necessários para implantação do sistema, juntamente com a indígena Adriana, do CMACI, e esta levantou os custos e criou uma campanha para arrecadar doações. Após algumas semanas, com o valor arrecadado, foram realizadas as compras e Sivaldo executou toda a instalação que passou a abastecer uma caixa d'água dentro da aldeia. Com o auxílio de seu irmão João, executaram um banheiro com paredes revestidas em barro, cobertura em telha de fibrocimento e piso cimentado contendo um chuveiro e um vaso sanitário e abastecido por uma caixa d'água secundária alimentada pela caixa d'água principal. Executou ainda sistema para escoamento do esgoto deste banheiro, conduzido por tubulação de PVC até uma fossa séptica. Após a chegada da água, algumas famílias instalaram junto às suas ocas um tanque para lavar roupa e um pequeno espaço para banho, com fechamento lateral de telha ou madeirite, sem cobertura, onde foram instalados chuveiros.

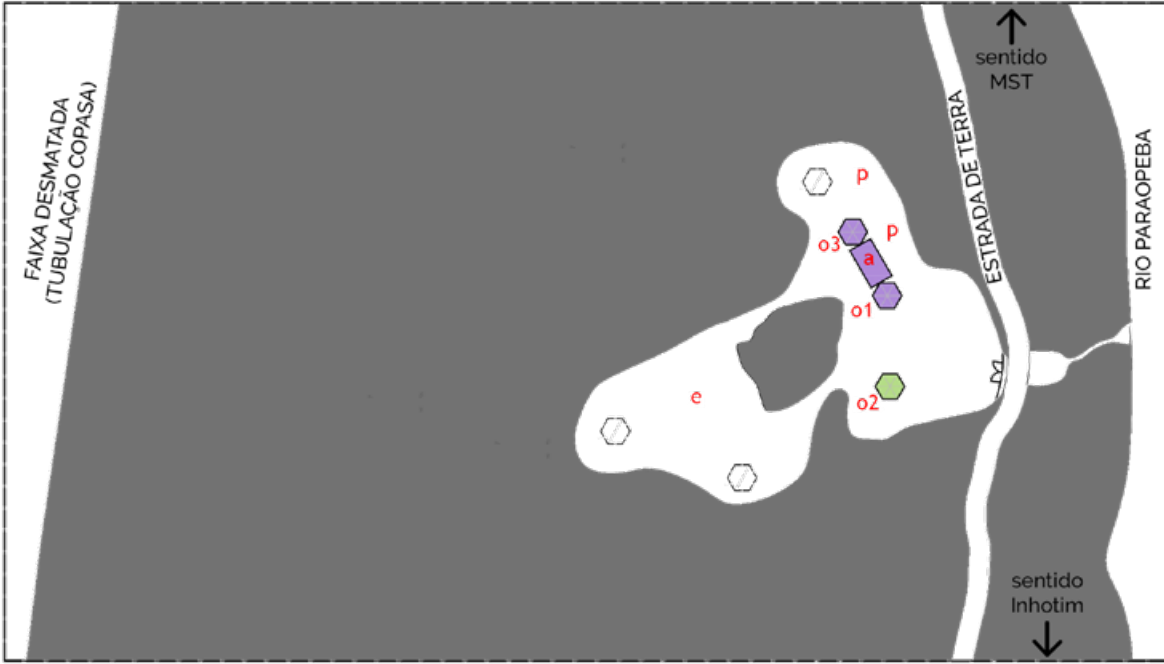
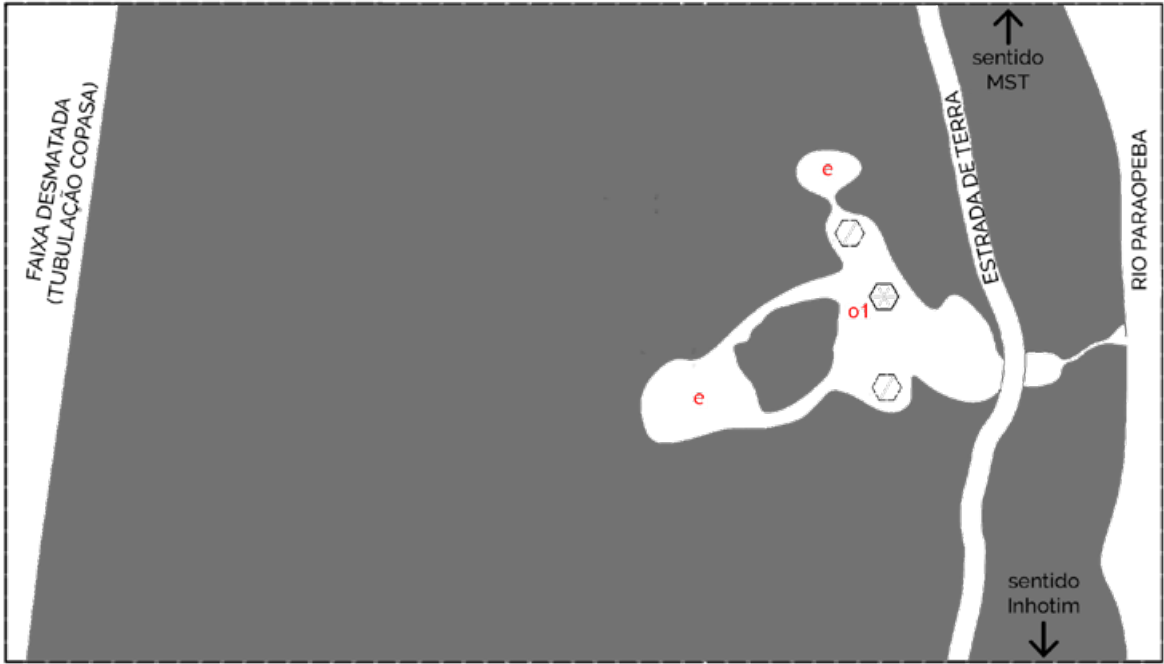
O primeiro ano de permanência no território foi marcado por grande precariedade. No início da construção do espaço os diferentes grupos indígenas envolvidos mantiveram certa união para enfrentar as dificuldades, e a aldeia funcionou, na prática, como uma aldeia multiétnica, com os participantes se ajudando mutuamente nas construções. Com o passar do tempo a coletividade

perdeu força e as famílias Pataxó e Pataxó Hã-Hã-Hãe começaram a agir de forma independente e a se concentrar em diferentes áreas da aldeia, numa espécie de setorização por família, como pode ser melhor visualizado nos mapas de ocupação do espaço³¹.

Nas construções, apesar da precariedade e falta de alternativas, nota-se certa criatividade no uso dos materiais construtivos: além dos madeirites e das lonas há uma tentativa de construir com barro e o uso de peças de bambu para estrutura e vedações laterais. Nas coberturas, além das lonas, adotam-se telhas e há uma tentativa de utilizar a palha de buriti. No entanto, a necessidade imposta de seguir o formato arredondo para as construções engessou a criatividade dos construtores com relação ao formato e dimensão dos espaços. Certa liberdade neste sentido foi verificada apenas na execução dos anexos e ampliações, onde cada morador pode proceder conforme sua conveniência.

Destaca-se a atuação do indígena Pataxó Sivaldo, que atuou com autonomia resolvendo dificuldades imediatas da aldeia como exemplifica a instalação de uma rede de abastecimento de água potável, de um banheiro e de uma fossa séptica. A criação de um desenho com o plano de expansão da aldeia, reforça sua intenção de construir o espaço de forma autônoma. No entanto este foi um caso isolado e que não prevaleceu durante a expansão da retomada. Por outro lado, as lideranças Pataxó Hã-Hã-Hãe demonstraram falta de planejamento adotando soluções imediatistas, o que é exemplificado no uso precipitado do recurso financeiro recebido para compra de materiais, que não levou em consideração soluções adequadas para a ocasião, a exemplo das telhas que não se adequaram ao formato arredondado das ocas.

³¹ Ver, principalmente, o mapa 8 - Configuração sócio-espacial da aldeia Naô Xohã. Outubro de 2018.



Novembro de 2017

Janeiro de 2018

OCAS

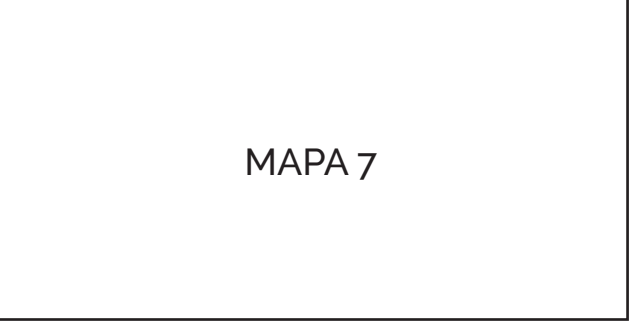
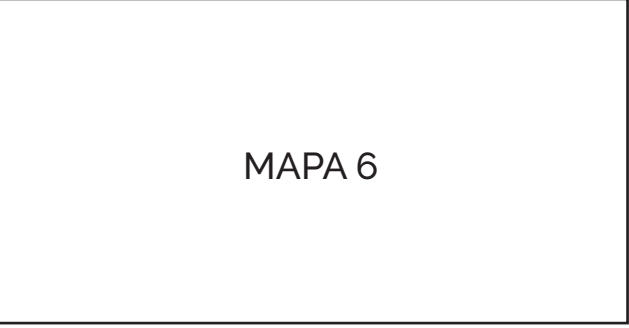
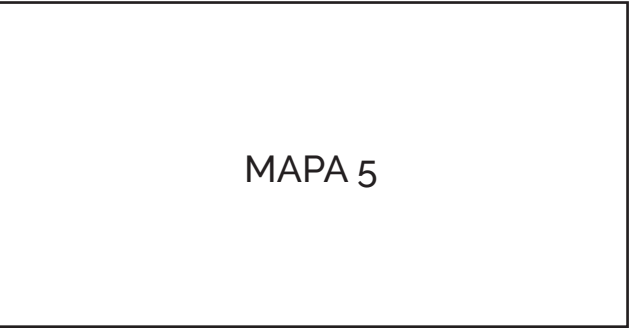
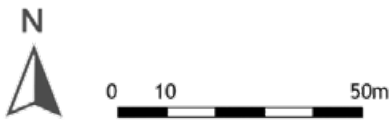
o1 - Depósito

Agosto de 2018

OCAS

- o1 - Margarida e João
- o2 - Aryomã, Samira e Xaricuã
- o3 - Seu Gervázio, Dona Antônia e Elisia

- LEGENDAS GERAIS
- utilizado por família Pataxô Hã-Hã-Hãe
 - utilizado por família Pataxô
 - área de mata intocada
 - cercamento
 - oca em construção
 - oca demolida
- DEMAIS ESPAÇOS
- anexo (ampliação da habitação) - a
 - acampamento com barracas - b
 - caixa d'água - c
 - construção apoio (galinheiro, canil...) - d
 - área limpa para expansão da aldeia - e
 - fossa séptica - f
 - ponto com água (banheiro, chuveiro...) - h
 - plantação/horta - p



MAPA 5 Configuração sócio-espacial da aldeia Naô Xohã. Novembro de 2017. Fonte: Thiago Campos.

MAPA 6 Configuração sócio-espacial da aldeia Naô Xohã. Janeiro de 2018. Fonte: Thiago Campos.

MAPA 7 Configuração sócio-espacial da aldeia Naô Xohã. Agosto de 2018. Fonte: Thiago Campos.



FOTO 1 Indígenas acampam marcando início da retomada. Novembro de 2017. Fonte: Célia Gonçalves Pereira.

FOTO 2 Indígenas abrem a mata no início da retomada.. Novembro de 2017. Fonte: Thiago Campos.

FOTO 3 Primeirasocas em construção na aldeia Naô Xohã. Janeiro de 2018. Fonte: Thiago Campos.

FOTO 4 Mobiliário na aldeia Naô Xohã. Janeiro de 2018. Fonte: Thiago Campos.

FOTO 5 Estrutura em bambu para oca na aldeia Naô Xohã. Janeiro de 2018. Fonte: Thiago Campos.



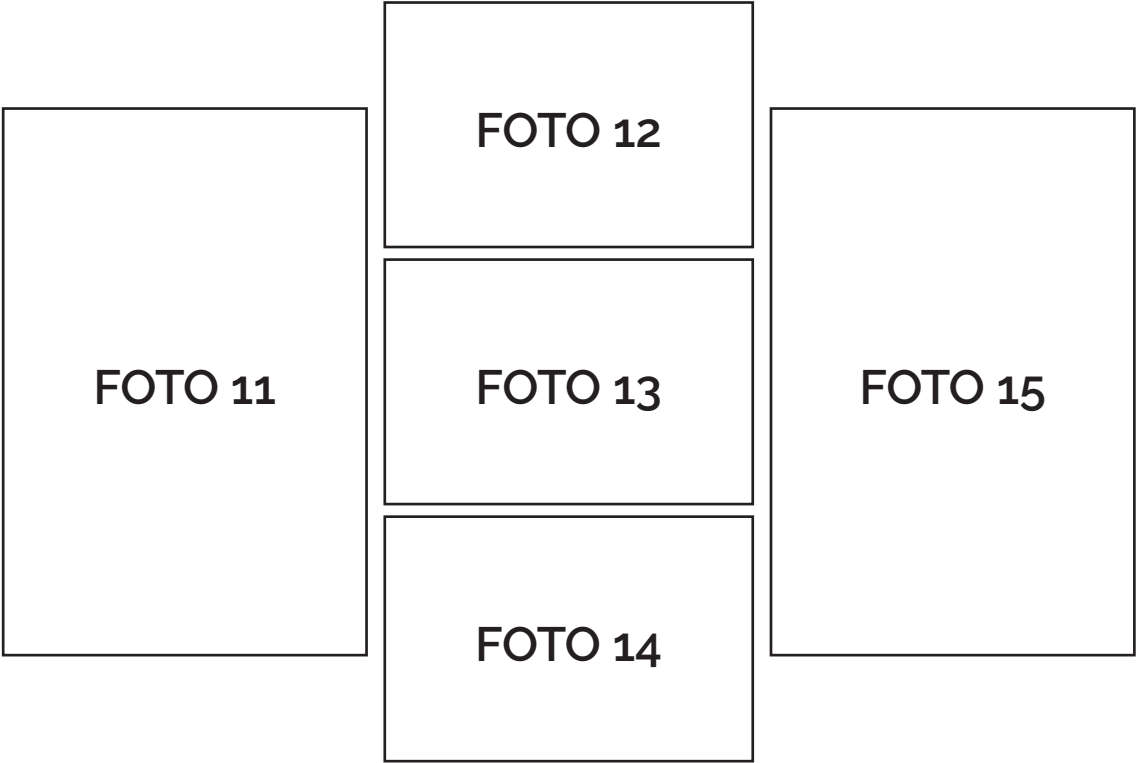
FOTO 6 Técnicos da FUNAI visitam aldeia Naô Xohã.
Junho de 2018. Fonte: Célia Gonçalves Pereira.

FOTO 7 Acesso à aldeia Naô Xohã.
Agosto de 2018. Fonte: Thiago Campos.

FOTO 8 Fechamento lateral da oca em estrutura de bambu e barro.
Agosto de 2018. Fonte: Thiago Campos.

FOTO 9 Visão Geral da aldeia Naô Xohã.
Agosto de 2018. Fonte: Thiago Campos.

FOTO 10 Estrutura em madeira para oca na aldeia Naô Xohã.
Agosto de 2018. Fonte: Thiago Campos.



- FOTO 11 Tehé e Arakuã na reunião entre indígenas e apoiadores na aldeia Naô Xohã. Agosto de 2018. Fonte: Thiago Campos.
- FOTO 12 Reunião entre os indígenas e apoiadores na aldeia Naô Xohã. Agosto de 2018. Fonte: Thiago Campos.
- FOTO 13 Lideranças Pataxó Hã-Hã-Hãe na aldeia Naô Xohã. Agosto de 2018. Fonte: Thiago Campos.
- FOTO 14 Anciãos Seu Gervázio e Dona Antônia na reunião entre indígenas e apoiadores na aldeia Naô Xohã. Agosto de 2018. Fonte: Thiago Campos.
- FOTO 15 Desenho do indígena Pataxó Sivaldo com plano para expansão da aldeia Naô Xohã. Agosto de 2018. Fonte: Thiago Campos.



- FOTO 16 Acesso à aldeia Naô Xohã. Outubro de 2018. Fonte: Thiago Campos.
- FOTO 17 Oca coberta por lona e fogão suspenso na aldeia Naô Xohã. Outubro de 2018. Fonte: Thiago Campos.
- FOTO 18 Indígenas trabalhando com palha da taboa para cobertura de oca na aldeia Naô Xohã. Outubro de 2018. Fonte: Thiago Campos.
- FOTO 19 Reunião entre indígenas no acesso à aldeia Naô Xohã. Outubro de 2018. Fonte: Thiago Campos.
- FOTO 20 Crianças indígenas na aldeia Naô Xohã. Outubro de 2018. Fonte: Thiago Campos.

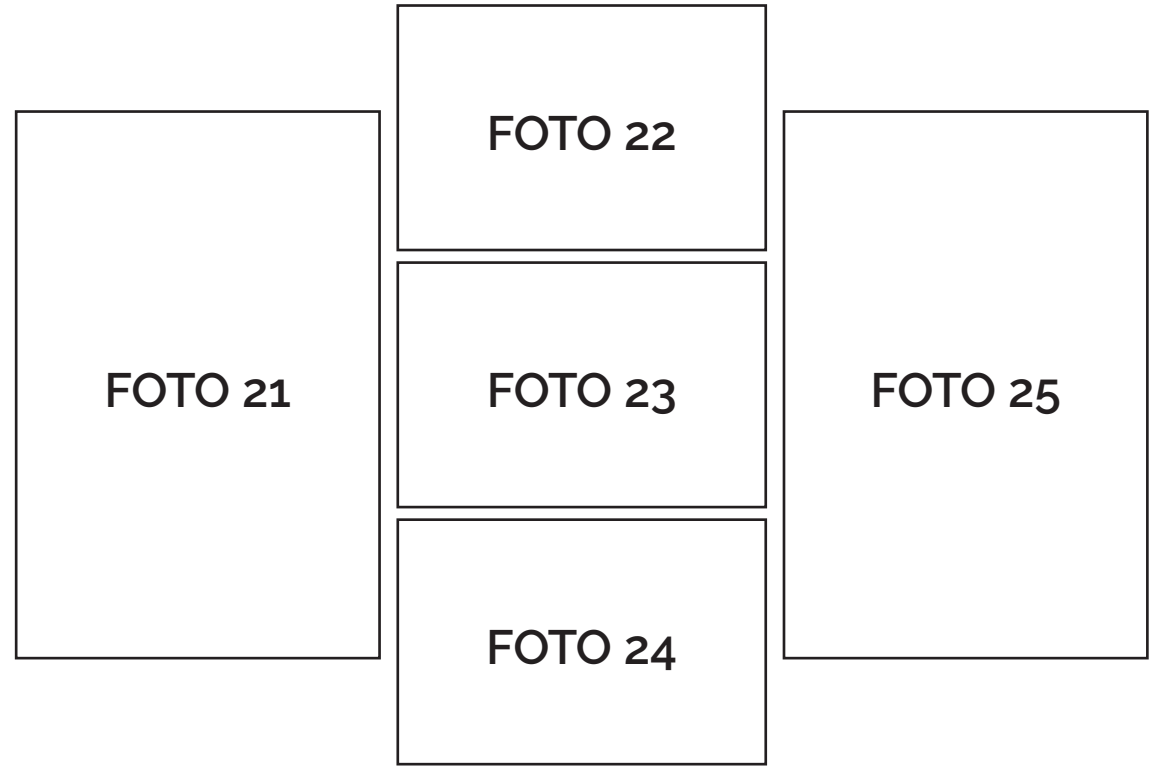


FOTO 21 Execução de cobertura de oca com telha de fibrocimento e palha de taboa na aldeia Naô Xohã. Outubro de 2018. Fonte: Thiago Campos.

FOTO 22 Oca com fechamento em madeirite e cobertura em lona na aldeia Naô Xohã. Outubro de 2018. Fonte: Thiago Campos.

FOTO 23 Vista interna da oca na aldeia Naô Xohã. Outubro de 2018. Fonte: Thiago Campos.

FOTO 24 Vista interna da oca com fechamento em madeirite e varas de bambu na aldeia Naô Xohã. Outubro de 2018. Fonte: Thiago Campos.

FOTO 25 Oca com cobertura em telha de fibrocimento na aldeia Naô Xohã. Outubro de 2018. Fonte: Thiago Campos.



FOTO 26

FOTO 27

FOTO 28

FOTO 29

FOTO 30

FOTO 26 Fogão suspenso e mobiliário de apoio na aldeia Naô Xohã. Outubro de 2018. Fonte: Thiago Campos.

FOTO 27 Fogão suspenso na aldeia Naô Xohã. Outubro de 2018. Fonte: Thiago Campos.

FOTO 28 Varanda coberta anexa à oca com fogão suspenso na aldeia Naô Xohã. Outubro de 2018. Fonte: Thiago Campos.

FOTO 29 Estrutura em madeira para oca na aldeia Naô Xohã. Outubro de 2018. Fonte: Thiago Campos.

FOTO 30 Instalação de abastecimento de água potável e banheiro executados por indígenas na aldeia Naô Xohã. Outubro de 2018. Fonte: Thiago Campos.

3.2.3. Assistencialismo: a intervenção da ONG Teto

Em outubro de 2018, voluntários da ONG Teto chegaram à aldeia Naô Xohã para apresentar a proposta da organização. A ONG teve origem no Chile e atualmente atua em diversos países. A intervenção proposta tem caráter assistencialista: a ONG levanta fundos através de campanhas de doação e angaria voluntários para realização de mutirões para construção de casas emergenciais em comunidades classificadas por eles como precárias. Nas primeiras visitas à aldeia, apresentaram o trabalho da organização, identificaram os interessados em receber as casas e solicitaram que respondessem a um questionário. Os dados coletados foram lançados em um sistema de computador para elencar a ordem de prioridade entre os assistidos. Em nova visita, foram apresentados os resultados e as cláusulas do contrato a ser assinado entre as partes. A ONG decidiu disponibilizar cinco casas para a aldeia, e as famílias contempladas foram as de Sr. Gervázio, Elísia, Célia, Arakuã e Sucupira que precisaram assinar o contrato e pagar uma taxa de R\$200,00 cada. Esta taxa é simbólica visto que, segundo os voluntários da ONG, o custo real de produção de cada casa é de cerca de R\$8.000,00. As casas são chamadas de "emergenciais" e classificadas como temporárias por terem durabilidade, segundo os voluntários, de cerca de dois anos.

Os futuros moradores puderam escolher apenas o local de implantação da casa e o posicionamento da porta e das janelas. De resto, as casas precisaram seguir o padrão da ONG, com 18 metros quadrados de área. No momento da apresentação das casas pelos voluntários da Teto, os indígenas não compreenderam as dimensões do espaço a ser construído, apresentando dúvidas sobre a quantidade de moradores e mobiliário que caberiam em cada casa. Por sugestão de membros do grupo Morar Indígena da Escola de Arquitetura da UFMG, que estavam no local neste dia, algumas pessoas se posicionaram no terreno, afastadas entre si seguindo as dimensões reais da casa, na tentativa de que a visualização de suas dimensões ficasse mais clara. Visando complementar o entendimento, realizei o desenho de uma planta em escala reduzida com as dimensões da casa e criei o desenho de alguns itens de mobiliário como camas, fogão e armários para que os futuros moradores pudessem manipulá-los,

experimentando possibilidades de ocupação das casas. No entanto, os indígenas não se mostraram interessados nas ferramentas para compreender as dimensões ou explorar formas de ocupação dos espaços internos, mostrando-se mais preocupados em garantir o recebimento das casas.

Com relação ao processo de execução e montagem, as casas são pré-fabricadas externamente e suas peças transportadas ao local para montagem. O piso das casas consiste em uma base de madeira apoiada sobre oito pilares principais, também em madeira, ancorados no terreno em fundações de aproximadamente 1 metro de profundidade, cavadas no local e preenchidas com pedra. As paredes da casa, em painéis pré-fabricados em madeira pinus, são montadas sobre a base com auxílio de uma estrutura leve também em madeira. Por último é instalada a cobertura em telhas metálicas, fixadas sobre as paredes.

As lideranças Pataxó Hã-Hã-Hãe questionaram os voluntários sobre a estética das casas oferecidas, que não estariam "dentro da cultura" indígena, porém estes enfatizaram que não seria possível alterar o padrão da construção. As lideranças decidiram receber as casas para resolver o problema imediato de falta de moradia, dizendo que iriam removê-las futuramente. Para solucionar a questão da identidade disseram que planejam cobrir as casas com palha por cima das telhas e pintar suas fachadas com desenhos característicos de suas etnias. Até última visita que realizei apenas duas delas haviam sido pintadas e a cobertura de todas mantinha-se em telha metálica, visto que não há disponibilidade de palha na região.

Outro ponto controverso foi a necessidade de demolição das ocas das famílias contempladas para serem substituídas pela nova casa pré-fabricada, regra normalmente imposta pela ONG. Após negociação com os responsáveis da Teto, os indígenas conseguiram que a intervenção fosse realizada sem as demolições. Segundo o então cacique Arakuã, duas das ocas a serem desocupadas por famílias contempladas serviriam para uma escola e um posto de saúde a serem implantados, o que acabou não ocorrendo. As ocas liberadas acabaram sendo ocupadas como moradia por novas famílias que chegaram à aldeia.

Os futuros moradores precisaram preparar o local escolhido para implantação da casa, devendo deixar o terreno sem vegetação, limpo e plano, segundo foi demandado pela ONG. No final de semana anterior à construção, caminhões contratados pela ONG descarregaram os materiais construtivos na aldeia. A última etapa foi realizada nos dias 8 e 9 de dezembro de 2018, quando dezenas de voluntários se dirigiram à Naô Xohã e se dividiram em cinco grupos realizando o mutirão para construção das cinco casas. Os futuros moradores também participaram do processo de construção.

Para analisar a atuação da ONG Teto no contexto da Naô Xohã é importante levarmos em conta o que se passava no contexto da aldeia naquele momento. Com o retorno do período de chuvas, nos meses de novembro e dezembro de 2018, as condições de vida na aldeia tinham voltado a piorar. Muitas pessoas adoeceram, dentre elas várias crianças. Sem nenhum suporte no atendimento à saúde e considerando a distância e o custo de deslocamento às cidades vizinhas, algumas famílias com filhos pequenos começaram a questionar a viabilidade de sua permanência na aldeia. Outra questão que afetava as crianças vinha sendo o acesso à educação formal. Durante alguns meses elas conseguiram frequentar a escola existente no acampamento do MST, no entanto, antes do final do semestre letivo, esta escola interrompeu suas atividades. Preocupados com a saúde e com a educação de suas crianças, as famílias de Murici, Sucupira e Arakuã decidiram abandonar a aldeia. Dias antes dos voluntários da ONG realizarem sua penúltima visita, com a finalidade de verificar as condições para implantação das casas, os terrenos das famílias de Arakuã e Sucupira não se encontravam limpos e preparados conforme solicitado, já que estes se ocupavam com o retorno à Belo Horizonte e às demandas imediatas de seus filhos. Célia, responsável pelo contato com a ONG, acabou definindo outros espaços para implantação de forma a garantir o recebimento das casas. Por fim, Sucupira e Arakuã chegaram a participar do mutirão para construção das suas casas, porém não chegaram a ocupa-las, abandonando a aldeia com suas esposas e filhos. Tanto suas ocas antigas quanto as novas casas recebidas da Teto foram ocupadas por outras famílias.

Visto que duas das casas construídas não chegaram a ser ocupadas pelas famílias contempladas, podemos avaliar que a atuação da ONG Teto no contexto

da aldeia foi realizada com base em um diagnóstico superficial, sem conhecimento aprofundado da realidade local. O recurso aplicado, se fizemos uma estimativa multiplicando oito mil reais vezes cinco casas, girou em torno de quarenta mil reais. Buscando fortalecer a permanência dos moradores na aldeia, a ONG poderia ter envolvido a própria comunidade na decisão de como aplicar este recurso, buscando ainda investir em ações para fortalecer a autonomia dos moradores para lidar com questões futuras sobre a melhoria de seus espaços de vida. Ao agir de forma superficial, com pouco conhecimento sobre a realidade em que atua, este tipo de ação assistencialista pode, na verdade, prejudicar processos coletivos e o fortalecimento da autonomia dos grupos sócio-espaciais³², caso da Naô Xohã.

Para entendermos um pouco mais sobre formas de atuação que interferem nas práticas de grupos sócio-espaciais trago aqui algumas reflexões da arquiteta Silke Kapp (KAPP, 2018). Kapp defende que este tipo de atuação, caso haja um empenho real em fortalecer a autonomia do grupo, deve se dar na forma de *assessoria técnica* e não de *assistência técnica*. A autora diferencia as duas abordagens, como pode ser verificado no trecho que se segue:

*A*ssistência conota uma adesão acrítica ao pressuposto da inferioridade social dos assistidos, esbarrando no assistencialismo e na filantropia, enquanto *assessoria* condiz mais com uma perspectiva crítica dessas relações de dominação. (KAPP, 2018)

Para Kapp, devem ser assessorados grupos que desenvolvam, ou queiram desenvolver, ações para produzir o próprio espaço. Nas palavras da autora, uma assessoria bem-sucedida seria aquela que “reconhece o potencial do grupo e tenta encontrar meios para apoiar e ampliar as iniciativas, trazer os conflitos à tona, facilitar negociações, prover informações técnicas, fomentar a melhor compreensão dos efeitos das diversas mudanças imaginadas”. (KAPP, 2018). A meta a ser alcançada na assessoria, portanto, não é um objeto arquitetônico íntegro e sim um grupo sócio-espacial ativo e, se a assessoria for bem-sucedida, é

³² No contexto desta pesquisa, adoto a definição de que os indígenas envolvidos na criação da aldeia Naô Xohã são um grupo sócio-espacial, já que é um grupo de pessoas que se relacionam entre si num espaço, sendo esse espaço constitutivo do grupo e, inversamente, constituído (produzido) por ele (KAPP, 2018)

provável que as pessoas adquiram mais competência para imaginar, negociar, decidir e realizar mudanças no espaço. Portanto, fortalecemos a autonomia de grupos sócio-espaciais quando possibilitamos ou incentivamos que estes ajam efetivamente de forma autônoma.

Neste sentido, avalio que a atuação da ONG na Naô Xohã não foi bem-sucedida, já que se deu no sentido inverso do fortalecimento da autonomia ao impor a tipologia da casa e seu processo construtivo, não dando nenhuma liberdade decisória para os contemplados e não se preocupando com nenhum tipo de aprimoramento de suas habilidades para realizar mudanças futuras no espaço. Os mutirões não tiveram o intuito de ensinar habilidades construtivas aos indígenas, mesmo porque o tipo de casa implantado depende da produção prévia em fábrica e, por isso, não permite que seja replicado autonomamente pelo grupo. Apesar da ONG classificar sua atuação como *participativa*, já que os futuros moradores participam do processo, avalio que os indígenas participaram da construção da casa meramente como mão de obra. Notamos a forma com que os indígenas constroem seus espaços não se modificou após a atuação da ONG.

Devido às condições de precariedade na aldeia e quase total falta de recursos para construir, os indígenas decidiram receber as casas. No entanto, mesmo atuando de forma *assistencialista*, a ONG agiu de modo pouco refletido, já que não se preocupou em compreender a forma de morar, de construir e de produzir espaços próprios do grupo contemplado. Não se preocupou com questões relacionadas com os materiais construtivos e o formato das habitações, que, como vimos, têm importância para os indígenas, e estão relacionados ao processo de afirmação de sua indianidade.

A atuação da ONG acaba reforçando ainda mais a dependência da tutela ao impedir os indígenas de agir com autonomia para discutir e criar espaços, interrompendo atividades coletivas que poderiam contribuir para o fortalecimento da unidade do grupo. Além do mais, este tipo de ação continua deixando a comunidade desamparada, visto que ocorre de forma muito pontual e rápida, enquanto as dificuldades para sobrevivência e permanência no local seguem existindo.

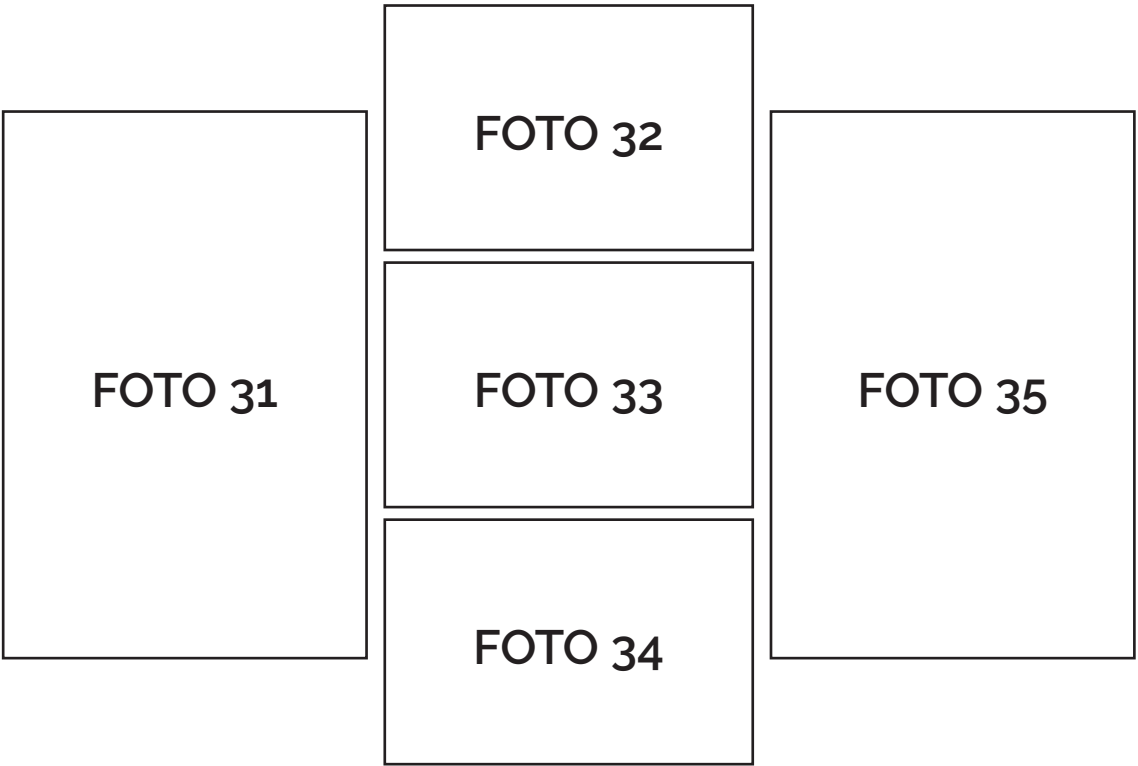


FOTO 31 Voluntários da ONG Teto executando cinco casas na aldeira Naô Xohã. Dezembro de 2018. Fonte: Thiago Campos.

FOTO 32 Reunião entre indígenas e voluntários da ONG Teto na aldeira Naô Xohã. Outubro de 2018. Fonte: Thiago Campos.

FOTO 33 Voluntários da ONG Teto finalizando execução de uma casa na aldeia Naô Xohã. Dezembro de 2018. Fonte: Thiago Campos.

FOTO 34 Voluntários da ONG Teto executando uma casa na aldeia Naô Xohã. Dezembro de 2018. Fonte: Thiago Campos.

FOTO 35 Indígena Arakuã participando do processo de execução de casa fornecida pela ONG Teto na aldeia Naô Xohã. Dezembro de 2018. Fonte: Thiago Campos.

3.2.4. Rompimento da barragem em Brumadinho

No início do ano de 2019, com a desistência de algumas famílias, o cacique da aldeia passou a ser Hayô, irmão mais novo de Arakuã, e instituiu-se como vice cacique Kenya [Werrymery], neta de Seu Gervázio e Dona Antônia, primeira indígena da etnia Pataxó a ocupar uma posição de liderança na Naô Xohã. Do início da retomada até este momento o que tínhamos era uma experiência de construção de uma coletividade ainda muito frágil. As constantes mudanças de representatividade entre as lideranças, as dificuldades em se construir uma estrutura física mínima para a sobrevivência e as desistências de alguns moradores em permanecer no local mostram uma organização social e política instável, que aparentava estar prestes a se desfazer.

Estando a retomada imersa num contexto de fragilidade e indefinição, ocorreu o improvável. No dia 25 de janeiro deu-se um desastre de enormes proporções, o rompimento da barragem de rejeitos de mineração operada pela empresa Vale S.A., localizada na região de Córrego do Feijão, no município de Brumadinho. Classificado como *crime*, já que foi comprovado que a empresa tinha ciência do risco de rompimento, o ocorrido deixou centenas de mortos³³ e tem gerado enormes impactos socioambientais ao longo do curso dos rios atingidos³⁴. O rompimento liberou cerca de 12 milhões de metros cúbicos de rejeito de minério atingindo o rio Paraopeba e contaminando o trecho que passa pela aldeia Naô Xohã, localizado à cerca de 25 quilômetros da barragem rompida.

A partir de então, a aldeia ganhou grande visibilidade na mídia, com dezenas de reportagens que chamaram a atenção para sua existência. A circulação de pessoas no local se intensificou: repórteres, representantes da mineradora Vale, do Ministério Público Federal (MPF), da FUNAI, apoiadores e pessoas ligadas a entidades filantrópicas passaram circular constantemente na aldeia. As relações sócio-espaciais na Naô Xohã sofreram rápidas modificações.

³³ Dados divulgados pela defesa civil de Minas Gerais em 14 de abril de 2019 apontam que o número de mortos identificados chegou a 228, além de 49 ainda desaparecidos.

³⁴ Segundo o site Wikipédia, a Agência Nacional de Águas (ANA) informou que a lama poluiu, pelo menos, 300 quilômetros de rios.

Primeiramente, o número de pessoas vivendo no local aumentou com a chegada, em fevereiro, de famílias indígenas Pataxó que residem na aldeia Imbiruçu³⁵. Algumas destas famílias possuem relação de parentesco com os Pataxó que estavam na Naô Xohã. Segundo Elisia, o cacique da aldeia, Romildo, é parente de Seu Gervázio. Estes indígenas foram chamados para contribuir com os moradores da Naô Xohã no diálogo com a mineradora Vale. Ao meu ver, foram chamados também para reforçar a ideia de que havia maior número de indígenas no local, além de serem eles reconhecidos como indígenas pela FUNAI, visto que possuem sua terra demarcada, dando assim maior legitimidade para a retomada. Estes Pataxós permaneceram morando na aldeia por cerca de um mês, distribuindo-se entre barracas de acampamento, ocas existentes e sob um grande anexo coberto de lona construído na parte baixa da aldeia. Ao final de um mês houve um desentendimento entre estes visitantes e as lideranças Pataxó Hã-Hã-Hãe que, segundo relatos, teve como motivo uma disputa por poder e representatividade. Segundo depoimentos, uma liderança Pataxó Hã-Hã-Hãe acusou o cacique de Imbiruçu de querer assumir a liderança da aldeia Naô Xohã. Após este episódio os visitantes decidiram deixar a retomada, retornando para sua aldeia de origem, em Carmésia.

Uma segunda mudança se deu poucas semanas após o rompimento da barragem, quando indígenas apoiadores ligados ao CMACI entraram em desacordo com lideranças da Naô Xohã. Houve divergências na forma como deveriam tratar as entidades que chegavam para oferecer doações (como foi o caso de uma entidade ligada à igreja evangélica), em como se manifestar perante o assédio midiático e em como proceder no tratamento junto à mineradora Vale. Lideranças do CMACI responderam pela aldeia diretamente junto a estas entidades recusando o apoio da igreja e batendo de frente com representantes da mineradora Vale. Já as lideranças Pataxó Hã-Hã-Hãe discordaram da atuação das lideranças do CMACI, entendendo que deveriam receber as ajudas oferecidas pelos evangélicos e que deveriam aceitar as assistências oferecidas de imediato pela mineradora. O desentendimento culminou com a desistência dos indígenas

³⁵ A aldeia Imbiruçu pertence à Terra Indígena Guarani, localizada no município de Carmésia, em Minas Gerais, a 200 quilômetros de Belo Horizonte e possui 23 famílias.

do CMACI em manter o apoio à aldeia, e estes se retiraram do território e interromperam as campanhas de doação em andamento.

Perceptíveis foram também as mudanças no espaço da Naô Xohã. A mineradora Vale, como medida emergencial, passou a doar grande quantidade de insumos³⁶. Diariamente passaram a chegar na aldeia doações como pacotes com garrafas de água mineral, caixas de isopor com gelo, cestas básicas e grande quantidade de carne. Algumas ocas ficaram destinadas à armazenagem destas doações que, devido à grande quantidade, ficaram também expostas em espaços abertos. Começou a existir um grande acúmulo de lixo, principalmente de garrafas de plástico. A mineradora promoveu intervenções no espaço já no primeiro mês após o rompimento: foram fornecidas lonas e madeirites de melhor qualidade utilizados pelos indígenas para vedação das construções; foram disponibilizados material e mão de obra e instalada uma caixa d'água de 10.000 litros e uma nova rede de abastecimento de água tratada com pontos de água junto a todas as ocas e casas existentes; foi construída uma cerca separando o território e a estrada de terra e uma cerca em torno da nova caixa d'água.

Devido às melhorias geradas pelas intervenções assistencialistas da Vale e às negociações em andamento, que previam o pagamento de salários indenizatórios aos moradores, mais famílias Pataxó Hã-Hã-Hãe decidiram se fixar na aldeia, incluindo as famílias do antigo cacique Arakuã e do Sucupira que haviam desistido há pouco mais de um mês. Com isso, a quantidade de moradores permanentes na aldeia cresceu repentinamente.

³⁶ Após o rompimento da barragem da Mina Córrego do Feijão, em Brumadinho, a atuação da mineradora Vale junto aos atingidos tem apresentado caráter assistencialista e imediatista, como exemplificam as ações tomadas na Naô Xohã. Nota-se que houve uma mudança na forma de atuação quando comparado ao rompimento ocorrido pouco mais de três anos antes, na barragem de Córrego do Fundão, operada pela mineradora Samarco (da qual a Vale tem 50% das ações), na região do município de Mariana. Naquela ocasião foi criada uma fundação (Fundação RENOVA) para tratar de todos assuntos relacionados aos reparos dos danos causados. Há diversas críticas sobre a atuação da fundação, principalmente com relação à morosidade e burocracia para se tomar as providências necessárias. Três anos após o rompimento, os atingidos ainda esperam pelo recebimento de indenizações e pela finalização dos reparos cabíveis, como a reconstrução da cidade de Bento Rodrigues. Por pressão do Ministério Público Federal, no caso de Brumadinho a mineradora Vale deverá proceder com os reparos diretamente e buscar soluções de forma mais célere. Por hora, apenas estas ações emergenciais e assistencialistas foram tomadas pela mineradora.

Pouco depois, no mês de março, houve um novo desentendimento, desta vez entre as lideranças Pataxó Hã-Hã-Hãe e as famílias da etnia Pataxó que participavam da aldeia desde o princípio. Segundo relato de algumas lideranças, estas famílias não vinham compartilhando o mesmo sentido de coletividade que eles, não participavam dos rituais indígenas e não estavam compartilhando as regras de convivência coletiva que o primeiro grupo praticava. Ao meu ver, houve neste momento também uma disputa por espaço, visto que o número de moradores aumentou e a quantidade de habitações passou a não atender a demanda por moradia. Com o desentendimento, as famílias Pataxó deixaram o local e foram morar na aldeia Imbiruçu, no município de Carmésia, a convite de seus parentes que pouco antes estiveram na Naô Xohã. As casas e ocas onde moravam ficaram trancadas com os pertences dos antigos moradores, porém poucos dias depois foram apropriadas por famílias Pataxó Hã-Hã-Hãe, sendo que algumas tiveram suas portas arrombadas. Algumas semanas depois os Pataxós estiveram na aldeia para recolher seus pertences e, a partir de então, os Pataxó Hã-Hã-Hãe passaram a ser a única etnia presente na Naô Xohã.

Após o rompimento da barragem, o Ministério Público Federal (MPF) passou a atuar junto à mineradora Vale cobrando a aplicação de reparos e indenizações. Para tratar sobre a questão da Naô Xohã, foi assinado entre as partes um Termo de Ajuste Preliminar Extrajudicial (TAP-E). Segundo o termo, os indígenas deverão receber um pagamento mensal emergencial durante 12 meses, aos moldes do que foi acordado para outros moradores e comunidades atingidos pelo rompimento, no valor de um salário mínimo por adulto, meio salário por adolescente e um quarto de salário por criança. No caso da aldeia, também será fornecida mensalmente, pelo mesmo período, uma cesta básica por núcleo familiar além de R\$110,00, referente ao custo do frete de entrega. As famílias Pataxó que deixaram a aldeia também serão contempladas com as indenizações, já que moravam ali moravam no momento do rompimento da barragem.

O diálogo entre a Vale e os indígenas passou a ser realizado por intermédio de um antropólogo contratado pela mineradora, de nome Marcos Rezende Silva, que assumiu o cargo de Analista de Relações com Comunidades Indígenas e passou a frequentar constantemente a aldeia. De início, os indígenas não se

sentiram confortáveis com a presença do antropólogo no local e não concordaram com o cadastramento de famílias a serem indenizadas, produzido por ele. Por orientação do MPF, os indígenas produziram sua própria listagem na qual constaram 46 famílias e um total de 153 indígenas. Na lista foi preciso inserir nome completo, identidade, CPF e número da conta bancária para recebimento das indenizações. Vários indígenas não possuíam todas estas informações e, até minha última visita, alguns ainda não tinham conseguido resolver a situação e ainda não estavam aptos a receber os pagamentos. Apesar das desavenças iniciais, Marcos segue acompanhando a situação da aldeia e intermediando o diálogo entre Vale e os indígenas. Segundo depoimento do antropólogo, a mineradora deverá viabilizar, também como ação compensatória imediata, um ambulatório móvel com gerador de energia, que permanecerá durante um ano na aldeia, onde serão realizados atendimentos médicos custeados pela mineradora além de seis banheiros móveis. O antropólogo esclareceu que as estruturas não podem ser definitivas visto que os indígenas não têm a posse da terra garantida pelo Estado.

Seguem as negociações para definir as ações de reparação integral que, por decisão do MPF, deverão ser custeadas pela mineradora. Os indígenas pedem a demarcação da terra, no entanto representantes da Vale colocam como empecilho o fato de existir um processo de reintegração de posse do terreno aberto pela empresa proprietária, a mineradora MMX. Foi apontada a possibilidade de relocação dos indígenas para outro terreno, também às margens do rio Paraopeba, no entanto estes não concordaram com a proposta e seguem demandando a demarcação do território em que estão, justificando ter uma conexão com o local por já tê-lo consagrado.

3.2.5. Representatividade e planos para o futuro

Analisando a construção material do espaço no primeiro ano da retomada, percebemos que se deu sob condições precárias. Com pouquíssimos recursos financeiros, sem suporte do poder público, dependendo de doações para prosseguir e tendo em vista a dificuldade de locomoção até a cidade de Belo Horizonte, os moradores construíram estruturas frágeis, vulneráveis e de baixa durabilidade. Ainda que enfrentando as mesmas condições adversas, pude perceber que os grupos envolvidos na Naô Xohã apresentam visões distintas a respeito do significado de construção da aldeia.

O primeiro grupo que analiso é aquele formado pelas lideranças, composto por indígenas que pertencem à etnia Pataxó Hã-Hã-Hãe e que têm tomado as principais decisões sobre o uso do espaço. Apesar de ser composto basicamente pelos membros de uma mesma família, este grupo sofreu modificações desde o início da retomada. No início não havia uma liderança oficialmente estabelecida, sendo que Arakuã, Célia e mesmo apoiadores do CMACI como Avelin, Eni e Adriana, discutiam a situação e os planos para a ampliação da aldeia sem hierarquias. Alguns meses depois, quando a FUNAI reconheceu a presença dos indígenas no local, Arakuã passou a ser o cacique oficial e a representar o grupo. Arakuã e seus irmãos Murici e Sucupira se tornaram as lideranças da aldeia, representando os demais nas reuniões com apoiadores, FUNAI e demais grupos externos. Ao final de 2018, ao decidir abandonar a aldeia, Arakuã passou o título de cacique para seu irmão Hayô, que passou a liderar o grupo com apoio constante de Célia. Também neste momento foi eleita como vice cacique a indígena Pataxó Kenya [Werrymary] sendo a única Pataxó a assumir uma figura de liderança. Também esta configuração durou poucos meses, o rompimento da barragem da Vale levou ao retorno de alguns moradores e a desistência de outros, e a configuração de lideranças foi novamente modificada, mantendo-se Hayô como cacique, que passou a ser auxiliado por Tehé e Arakuã. Apesar dos constantes ajustes, vemos que a liderança da aldeia permaneceu na mesma família. Durante os trabalhos de campo pude notar que as lideranças da Naô Xohã respondem pelos demais e apresentam os planos de futuro da aldeia como unânimes, apesar

de muitas pessoas terem dito nas entrevistas que não têm conhecimento pleno de tais planos.

No início da retomada ainda não havia uma ideia bem definida de como configurar o território, o foco era dar condições mínimas para os primeiros moradores. No entanto, desde que foi aberta a primeira clareira, os indígenas que trabalham com artesanato, ou seja, os Pataxó Hã-Hã-Hãe, começaram a expor suas peças próximo ao acesso da aldeia, o que mostra uma primeira intenção de fazer da Naô Xohã um local ligado ao turismo e à fonte de renda. Ao se consolidar a permanência no local, com o reconhecimento da FUNAI e o início do cacicado de Arakuã, as lideranças começaram a apresentar planos mais delineados sobre o futuro da aldeia. Em meados de 2018, Arakuã disse que planejavam construir primeiro um Centro Cultural. Inicialmente seria localizado junto ao acesso e posteriormente decidiram que seria um pouco mais acima, na parte central da aldeia. Segundo as lideranças, o local serviria para realizar rituais e danças, receber os turistas e expor suas peças de artesanato para a venda. Disseram que a construção deveria seguir o padrão das ocas já construídas, em formato arredondado, no entanto aberta nas laterais e com o dobro do tamanho, chegando a cerca de 13 metros de diâmetro. Arakuã me pediu ajuda para quantificar os materiais necessários para construção deste Centro Cultural para que pudessem pedir auxílio financeiro para compra-los. Realizei um desenho e a quantificação das peças e Adriana, indígena do CMACI, orçou a compra do material e disse que iria recorrer ao CIMI para pedir o auxílio, o que acabou não acontecendo. Um espaço livre para construção do Centro Cultural foi aberto e sua implantação marcada no terreno, no entanto com a chegada da ONG Teto, o foco mudou e o local acabou sendo utilizado para implantação de casas.

Além do Centro Cultural, Arakuã e as demais lideranças à época disseram ter planos para construção de uma escola e um posto de saúde na aldeia. A ideia para localização destas construções variou com o tempo, chegando a ser levantada a hipótese de funcionarem em ocas já existentes que seriam desocupadas com a chegada das casas da ONG Teto, como vimos anteriormente. Além destas construções, as lideranças planejavam abrir trilhas pelo território para que os turistas pudessem conhecer a mata e o modo de vida indígena. No entanto,

as difíceis condições de sobrevivência no local fizeram com que estes planos fossem ficando de lado, e nenhum destes espaços chegou a ser construído até o final de 2018.

Paralelamente aos planos de se construir uma aldeia turística, aos moldes de suas aldeias de origem na Bahia, as lideranças seguiam reivindicando a demarcação da terra junto à FUNAI. Neste processo, Arakuã solicitou a mim que produzisse um mapa indicando quais seriam os limites do território a ser demandado. Justificou a escolha dos limites com o argumento de que a área deveria ter uma dimensão que dessem conta de manter e monitorar sozinhos, não podendo ser muito grande. Produzi o mapa e, a partir de uma estimativa feita no programa Google Earth, verifiquei que a área demandada era de aproximadamente 12 hectares³⁷. O mapa foi levado por Arakuã para os técnicos da regional MG/ES da FUNAI, no entanto estes não deram perspectivas promissoras sobre uma possível demarcação da terra.

No início de 2019, com a mudança do cacicado para Hayô, a reconfiguração das lideranças e o rompimento da barragem da Vale, também os planos para o futuro da aldeia se modificaram, ganhando maiores proporções na imaginação das novas lideranças. Em entrevista com Célia e Tehé, estes disseram que todas as construções e infraestruturas já realizadas na aldeia são provisórias, foram adotadas por falta de melhores condições e serão substituídas assim que possível. Apostam que a construção de um novo espaço deve ser financiada com auxílio do Estado, de ONGs e mesmo da Vale. Defendem que o país possui uma dívida histórica com os povos indígenas e, por isso, o governo deve providenciar auxílio e recursos para atendimento de suas demandas. Por isso, disseram que têm concentrado os esforços na luta pela posse da terra e por seu reconhecimento oficial pela FUNAI, enquanto deixam os planos de construção de uma nova aldeia para o futuro.

Fato que ilustra bem a visão destas lideranças se deu em uma tentativa de assistência técnica proposta pelo grupo de extensão Morar Indígena da Escola de Arquitetura da UMFG, da qual participei. Propusemos um debate sobre o futuro da

³⁷ Ver Mapa 11

ocupação da aldeia, tendo como base uma maquete física com as dimensões do território ocupado, sua topografia e limites do entorno imediato. Inserimos objetos representando elementos como ocas, casas, hortas, redes de abastecimento de água, banheiros e caixa d'água e sugerimos que alterassem a maquete, modificando-a segundo o que imaginavam para a ampliação da aldeia. Primeiro fato a destacar é que os demais moradores não foram chamados pelas lideranças para participar ou debater o assunto e participaram da conversa apenas Célia e Tehé. Pouco interessados na maquete, disseram que já possuem um projeto completo para o futuro da aldeia. Tehé elaborou um desenho demonstrando o plano³⁸ e apontou que sua referência é a Reserva da Jaqueira, uma aldeia turística localizada próxima à Aldeia Agricultura, na Bahia.

Apresento a seguir a descrição de como é a distribuição espacial da Reserva da Jaqueira que, segundo Tehé, deverá ser replicada no espaço da Naô Xohã: Logo no acesso, há um portal de entrada em forma de um grande cocar de madeira onde consta o nome da aldeia. Ao passar pelo portal tem-se, à esquerda, uma oca comprida onde funciona uma casa de oração, para prática de rituais de religiões diversas, de acordo com a opção religiosa de cada morador. À direita, tem-se outra oca comprida onde funciona o posto de saúde. Seguindo adiante, passa-se por uma espécie de corredor com ocas de ambos os lados onde funcionam espaços administrativos da aldeia como o escritório do cacique e um almoxarifado. A partir daí a disposição das ocas passa a conformar um espaço circular, um grande pátio central. Estas ocas são as moradias, ficando mais perto do acesso as ocas dos moradores idosos ou daqueles que tenham maior necessidade de assistência médica. No centro deste pátio tem-se uma grande edificação redonda, o centro cultural, espaço destinado a realização de danças e rituais indígenas, ao acolhimento dos turistas e à comercialização do artesanato produzido pelos moradores. Após passar pelo círculo formado pelas moradias chega-se, ao fundo da aldeia, em outro pátio circular, de menores dimensões, conformado por algumas ocas nas quais funcionam salas de aula e administração da escola. No restante do território da aldeia é mantida a mata densa preservada

³⁸ Ver Foto 48

e contando com trilhas para que os indígenas possam monitorar a área e apresentá-la aos visitantes.

Montamos o plano de Tehé sobre a maquete na tentativa de visualizar as interferências com o espaço existente e debater soluções como, por exemplo, a relação da proposta apresentada com a topografia existente, a incompatibilidade entre a rede de distribuição de água existente e a disposição das habitações na nova proposta ou as possíveis soluções para implantação de banheiros e rede de esgoto dentro do plano apresentado. No entanto, as lideranças não se dispuseram a debater tais questões e argumentaram mais uma vez que o plano apresentado é idêntico ao que já foi construído na Reserva da Jaqueira e, por isso, têm convicção de que irá funcionar na Naô Xohã.

Quando perguntados o porquê de não começarem a ocupar o espaço da forma que imaginam, responderam que estão focados em outras questões e que a aldeia será reconstruída após garantirem a permanência no local. O depoimento a seguir, dado por Tehé, ilustra a forma como enxerga o futuro da aldeia:

- Porque, tipo assim, é tudo uma questão, como se diz, de tempo e organização da gente mesmo, porque: aqui tá tendo muitas coisas que está sendo prioridade, uma vez que a gente tem o nosso jeito de já habitar a terra sem correr logo atrás... apesar que isso aqui também é uma emergência também pra gente, mas você vai entender. Hoje, a gente já podia já tá correndo atrás disso, porque eu já vim de lá pra gente correr atrás disso, mas agora já aconteceu essa questão da Vale aí. Já paramos tudo, o foco já tá nisso aí... muitos dos nossos parentes adoeceram... a gente já vai ter que olhar para isso aí. Então, é muita coisa pra gente tá correndo atrás, o que faz que a gente tenha que deixar um pouquinho o projeto ali parado, né? E depois a gente continuar dando início.

Célia e Tehé enfatizam que tudo será solucionado quando ganharem o “projeto” e os recursos para construção da nova aldeia, como nota-se nas passagens a seguir, extraídas das entrevistas. A primeira fala é de Tehé, ao responder se as pessoas que construíram ocas sabiam sobre uma possível mudança na localização de suas construções:

- Sabe. Tem essa consciência de que quando o projeto chegar tudo vai mudar. São ocas provisórias.

Em seguida Célia expõe sua visão sobre o futuro da ocupação do território:

- Isso aqui você já viu... desde que você esteve aqui já foi mudado... aqui tinha uma, aqui tinha outra. A gente vai se organizando, a gente sabe que até a gente chegar no ponto mesmo X, vai haver muita mudança. Para chegar no que a gente quer para todo mundo e todo mundo de acordo.

A indígenas complementa, demonstrando sua crença em um projeto possibilite a construção da nova aldeia:

- Mas que o projeto vai ser construído, eu tenho fé em Tupã, só se ele não quiser, enquanto a última gota de sangue de índio tiver nessa terra, esse projeto vai sair.

A fala destes indígenas mostra que seguem numa relação de dependência da tutela do Estado que se consolidou nas últimas décadas. Também pude perceber este aspecto em uma conversa com Arakuã e Tehé em que disseram que as ocas construídas são provisórias e serão substituídas por construções revestidas em barro e cobertas com palha. Questionados porque já não vinham construindo desta forma, disseram que esperam o projeto e financiamento do Estado para isso. Mesmo quando obtiveram a doação de dinheiro do CIMI para os materiais de construção, as lideranças realizaram a compra de materiais provisórios, demonstrando não se preocupar com esta questão de imediato.

Além do projeto de futuro para a aldeia ter ganhado maiores proporções, a área demanda à FUNAI para demarcação também cresceu consideravelmente. Em conversa com Célia e Hayô, estes disseram que demandam uma área bem mais abrangente do que aquela que ocupam, área esta que, segundo eles, deve acompanhar a área de preservação ambiental existente. Transitando com estes indígenas pelo território, mostraram-me os limites pretendidos, a partir dos quais elaborei um novo mapa com base no programa Google Earth e realizei novamente a estimativa de área³⁹ que passou, dos 25 hectares solicitados anteriormente por

³⁹ Ver mapa 11

Arakuã, para 470 hectares. Os indígenas seguem buscando auxílio na regional MG/ES da FUNAI, porém membros da instituição dizem que o fato de a Naô Xohã estar localizada em um terreno de propriedade privada dificulta os avanços para efetivação da demarcação da terra pela sede da FUNAI, em Brasília. Ainda assim, as lideranças seguem confiantes de que conseguirão recursos públicos para construir a aldeia que planejam, apesar de não deixarem claro de onde viriam.

Nos planos apresentados pelas lideranças fica clara a preocupação que possuem em afirmar sua indianidade. Para isso é utilizada a estratégia de comprovar a ligação direta com um passado anterior à colonização do país. Exemplos disso são: o plano apresentado por Tehé e Célia para ocupação do território, no qual a disposição das ocas conforma, segundo dizem, um “formato de cocar”; a intenção de utilizar materiais construtivos idênticos àqueles adotados por seus antepassados, caso da cobertura em palha; e a obrigatoriedade de se adotar o formato arredondado nas construções. Tais estratégias são utilizadas para afirmar uma autenticidade indígena junto ao poder público na busca pelo atendimento aos seus direitos diferenciados garantidos na Constituição.

Vemos que a ação de *retomada* não passa apenas pela reconquista de um território, mas também pela reconstrução de um modo de vida e de um sentido de coletividade que foi interrompido há séculos, tendo provocado mudanças drásticas nas relações sócio-espaciais dos povos indígenas. A busca pela afirmação étnica dos Pataxó Hã-Hã-Hãe se mostrou ainda mais evidente após o rompimento da barragem em Brumadinho mostrando que para eles é importante a garantia de alteridade indígena para conquistar avanços nas negociações junto ao MPF e à Vale. Além dos aspectos ligados às construções e ao uso do espaço, apontados anteriormente, a afirmação da indianidade pode ser verificada ainda no uso das pinturas corporais e indumentárias típicas de seus antepassados; na prática do ritual de canto e dança chamado de “Awê”; no uso de nomes e termos no idioma Patxohã; nas peças de artesanato produzidas para comercialização, dentre outros. Os desentendimentos com os demais grupos envolvidos, culminando com a hegemonia dos Pataxó Hã-Hã-Hãe no território, mostram que para este grupo ficou cada vez menos interessante revelar a mistura étnica que foi a base de criação da retomada. As disputas internas entre indígenas da Naô Xohã

podem ser vistas, de certo modo, como fruto do que Oliveira (2016) classificou como necessidade de *desnaturalizar a mistura*, comum aos indígenas do Nordeste.

Outra estratégia que tem sido utilizada pelas lideranças indígenas em prol da legitimação de sua presença no território é o que Souza (2010) define como "ressignificação de lugares". É uma prática espacial que está ligada ao simbolismo, ao discurso. Percebemos isso no fato de os indígenas declararem, frente ao MPF e à Vale, que *consagraram* a terra. Segundo declaram, o ritual de consagração fez com que passassem a ter uma conexão forte com o local e, sendo assim, não os interessa serem relocados para nenhuma outra terra.

Já os indígenas que não conformam o grupo das lideranças da Naô Xohã, apresentaram uma abordagem diferente sobre o uso do espaço na aldeia. Os demais Pataxó Hã-Hã-Hãe, as famílias Pataxó e os indígenas do CMACI demonstraram se empenhar na criação de espaços de melhor qualidade, entendendo-os como duradouros, ou seja, sem a perspectiva de que serão reconstruídos futuramente. No geral, disseram ter pouco ou nenhum conhecimento a respeito do plano das lideranças para mudanças futuras na ocupação do espaço da aldeia. Relataram que possuem planos imediatos como, por exemplo, melhorar as vedações de suas habitações, criar áreas para plantio de hortas próximo às ocas, construir varandas para ampliação das áreas sombreadas, construir banheiros, dentre outros. Os falas a seguir, retiradas da entrevista concedida pelo casal Uerle [Urataká] e Eloídes [Tanara], servem de exemplo. Uerle aponta de que forma pretende expandir sua casa:

- Isso, a cozinha pros fundos.

Eloídes complementa:

- Cozinha, quartos.

Uerle segue detalhando o plano enquanto me mostra os locais planejados para expansão:

- A cozinha, né? Fazer um banheiro, nós temos a previsão de fazer umas hortinhas aqui, né, que eu já limpei.

Eloídes complementa, também apontando os limites no local:

- Mais ou menos, na minha noção, ela vai vir mais ou menos aqui assim, entendeu? Desse madeirite pra cá. Aí eu vou escavar aqui, tirar minhas pimentinhas. Vou ter que tirar daqui e passar pra cá.

Uerle:

- A previsão é fazer melhora no espaço, o que Deus permitir.

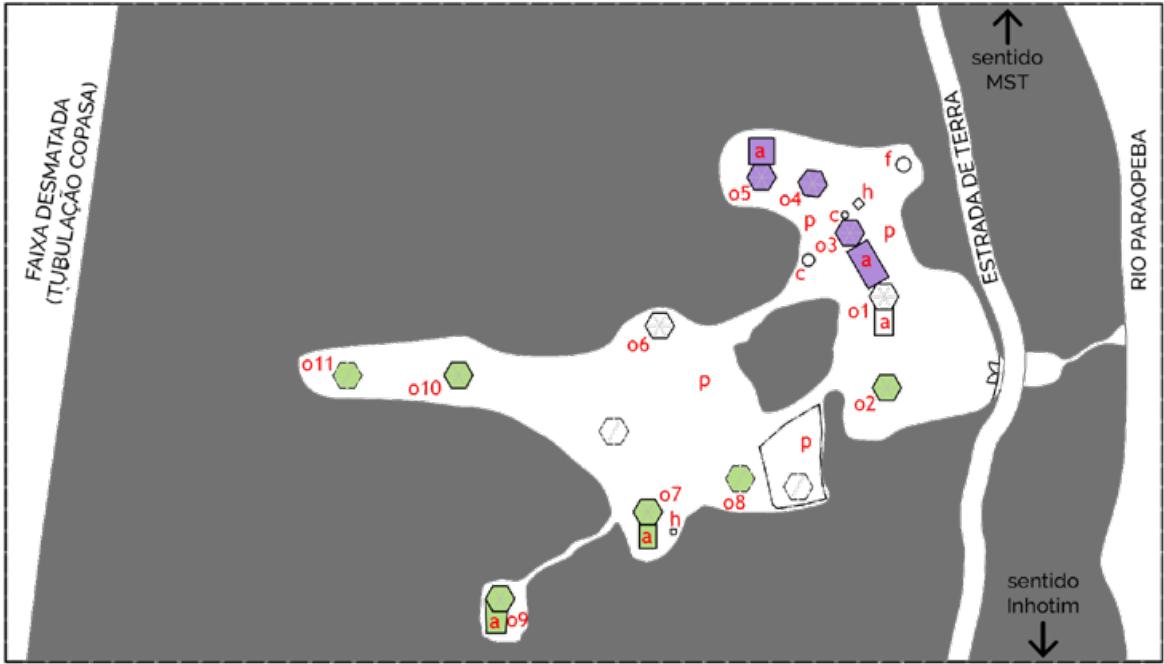
Eloídes:

- É que eu gosto de espaço, gosto de casa grande, vim de família grande, então tem que ter bastante espaço.

Também as famílias Pataxó, que não estão envolvidas nas discussões de planejamento futuro junto às lideranças, possuíam planos apenas de efetivar melhorias nos espaços em que vivem. A oca na qual residiam Dona Antônia, Sr. Gervázio e Elísia, assim como a oca da família de Maria e Oswaldo, foram ampliadas ao longo do tempo e tiveram seus materiais de revestimento melhorados. No entorno destas ocas foram plantadas hortas e construídos espaços auxiliares como cozinhas, chuveiros, galinheiro e canil. Diziam ter a intenção de permanecer morando em suas ocas.

Como vimos, o indígena Pataxó Sivaldo foi o único que se interessou pelas questões ligadas à expansão da ocupação do espaço da aldeia de forma ampla e, ao mesmo tempo, propôs que as melhorias pudessem ser executadas pelos próprios moradores. Apresentou, em duas ocasiões, desenhos com a disposição das ocas⁴⁰ e espaços de uso comum com base no projeto de expansão descrito pelas lideranças. Apresentou ideias para ampliação do sistema de abastecimento de água, para implantação de novos banheiros e para um sistema integrado de esgoto. Em certa ocasião, disse ter apresentado seus planos às lideranças e, no entanto, não ter conseguido apoio.

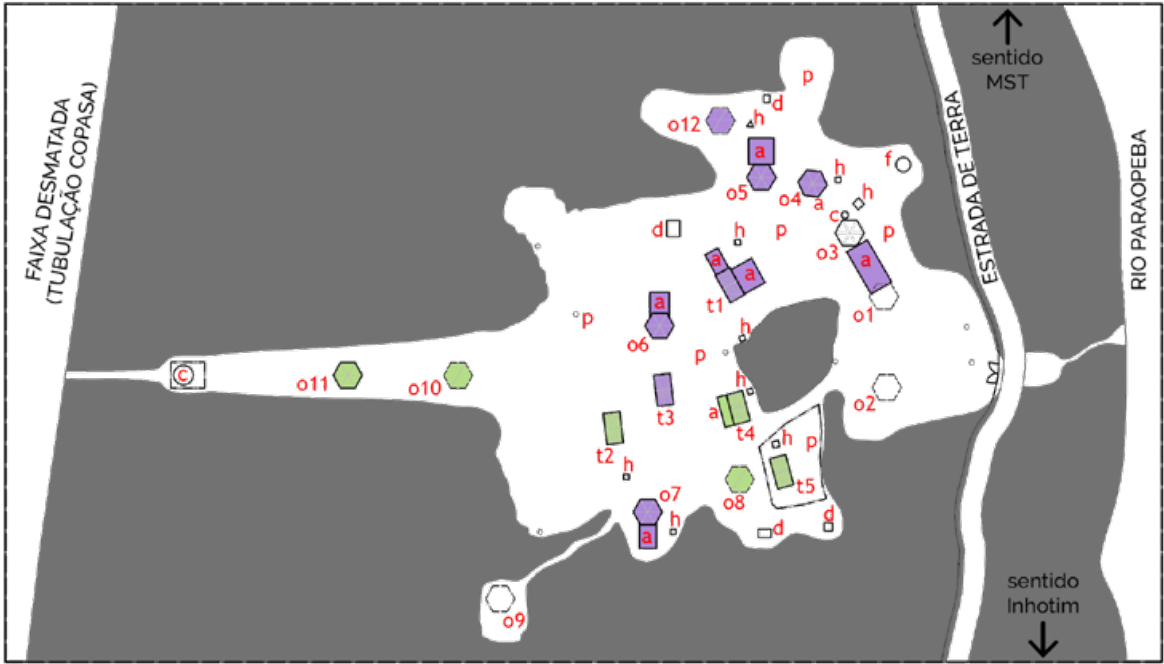
⁴⁰ Ver foto 15.



Outubro de 2018

OCAS

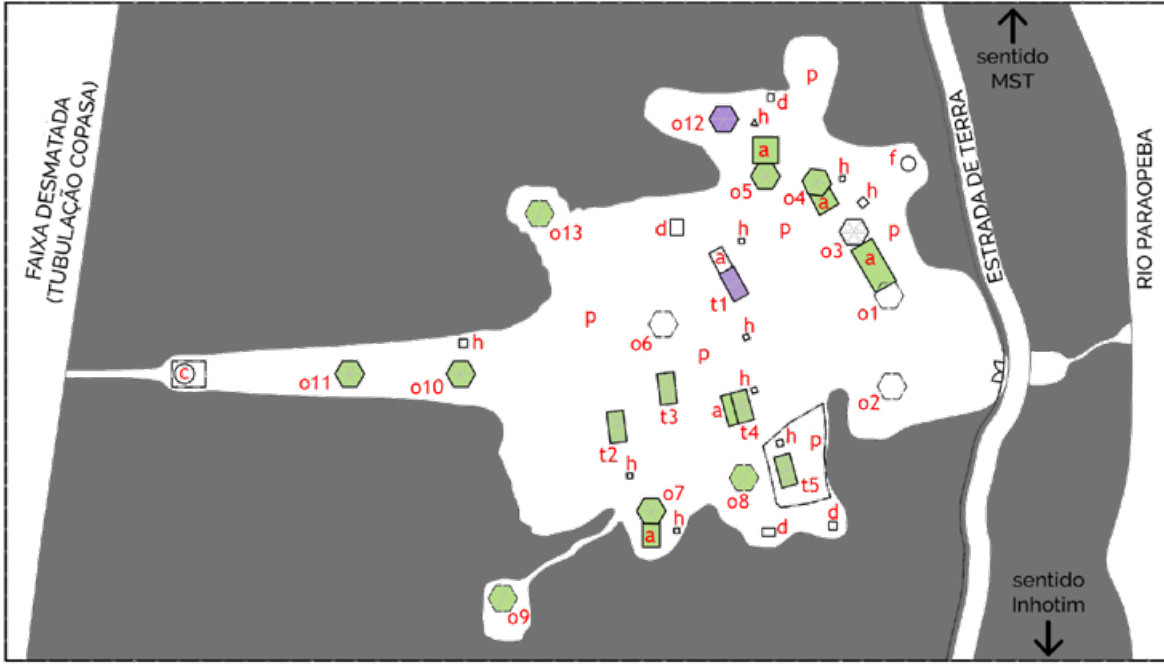
- o1 - depósito
- o2 - Aryomã, Samira e Xaricuã
- o3 - Seu Gervázio, Dona Antônia e Elisia
- o4 - Margarida
- o5 - Maria e Oswaldo
- o6 - Sérgio
- o7 - Sucupira, Tatiana e filhos
- o8 - em construção (família Patxiohã)
- o9 - Arakuã, Kainã e filhos
- o10 - Murici, esposa e filho
- o11 - Evison (em construção)



Fevereiro de 2019

OCAS

- o1 - demolida
- o2 - demolida
- o3 - visitantes de Carmésia e depósito
- o4 - Margarida
- o5 - Maria e Oswaldo
- o6 - Sivaldo e visitantes de Carmésia
- o7 - Jocélia, Lúcio, Karen
- o8 - Abelha e Lói (em reconstrução)
- o9 - demolida
- o10 - Manuel Junior (em reconstrução)
- o11 - Evison e Cintia
- o12 - Joilson (em construção)



Março de 2019

OCAS

- o1 - demolida
- o2 - demolida
- o3 - Arariba, Juari e depósito
- o4 - Paraju e Daniela
- o5 - Aryomã, Samira e Xaricuã
- o6 - demolida
- o7 - Telhé, Zilda e filhos
- o8 - Uerle e Eloides (em reconstrução)
- o9 - Mateus (em construção)
- o10 - Manuel Junior e Mateus
- o11 - Evison, Cintia, Jared, Hércules
- o12 - Margarida
- o13 - Tuhutary (em construção)

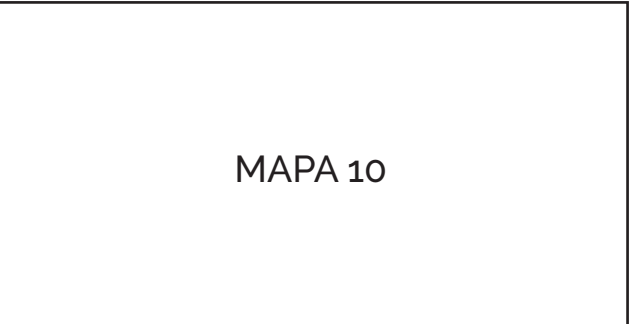
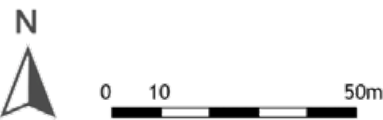
- LEGENDAS GERAIS**
- utilizado por família Pataxó Hã-Hã-Hãe
 - utilizado por família Pataxó
 - área de mata intocada
 - cercamento
 - oca em construção
 - oca demolida
 - casas ONG TETO
- DEMAIS ESPAÇOS**
- anexo (ampliação da habitação) - a
 - acampamento com barracas - b
 - caixa d'água - c
 - construção apoio (galinheiro, canil...) - d
 - área limpa para expansão da aldeia - e
 - fossa séptica - f
 - ponto com água (banheiro, chuveiro...) - h
 - plantação/horta - p

CASAS (ONG TETO)

- t1 - Seu Gervázio e Dona Antônia
- t2 - Hayô e Célia
- t3 - Elisia
- t4 - Uerle e Eloides
- t5 - Patxiohã

CASAS (ONG TETO)

- t1 - trancada (pertences Antônia e Gervázio)
- t2 - Charles, Laiane, Luis, Sucupira Arakuã
- t3 - Hayô e Célia
- t4 - Uerle e Eloides
- t5 - Patxiohã



MAPA 8 Configuração sócio-espacial da aldeia Naô Xohã. Outubro de 2018. Fonte: Thiago Campos.

MAPA 9 Configuração sócio-espacial da aldeia Naô Xohã. Fevereiro de 2019. Fonte: Thiago Campos.

MAPA 10 Configuração sócio-espacial da aldeia Naô Xohã. Março de 2019. Fonte: Thiago Campos.



FOTO 36 Funcionários contratados pela mineradora Vale executando nova instalação de água potável na aldeia Naô Xohã. Fevereiro de 2019. Fonte: Thiago Campos.

FOTO 37 Indígena Sivaldo e Thiago Campos realizando medições na aldeia Naô Xohã e oca com fechamento lateral em barro e em madeirite. Fevereiro de 2019. Fonte: Thiago Campos.

FOTO 38 Indígena Sivaldo realizando medições na aldeia Naô Xohã. Fevereiro de 2019. Fonte: Thiago Campos.

FOTO 39 Casa fornecida pela ONG Teto com pintura indígena na aldeia Naô Xohã. Fevereiro de 2019. Fonte: Thiago Campos.

FOTO 40 Casa fornecida pela ONG Teto e anexo para ampliação executado por indígenas na aldeia Naô Xohã. Fevereiro de 2019. Fonte: Thiago Campos.



- FOTO 41 Oca e casa fornecida pela ONG Teto na aldeia Naô Xohã. Fevereiro de 2019. Fonte: Thiago Campos.
- FOTO 42 Pátio de acesso e estrutura coberta em lona para receber indígenas de Carmésia na aldeia Naô Xohã. Fevereiro de 2019. Fonte: Thiago Campos.
- FOTO 43 Vista geral da aldeia Naô Xohã e habitações com cobertura em novas lonas fornecidas pela mineradora Vale. Março de 2019. Fonte: Thiago Campos.
- FOTO 44 Cobertura avarandada para expansão de casa fornecida pela ONG Teto na aldeia Naô Xohã. Fevereiro de 2019. Fonte: Thiago Campos.
- FOTO 45 Oca com fechamento lateral em barro e madeirite e cobertura em lona. Fevereiro de 2019. Fonte: Thiago Campos.

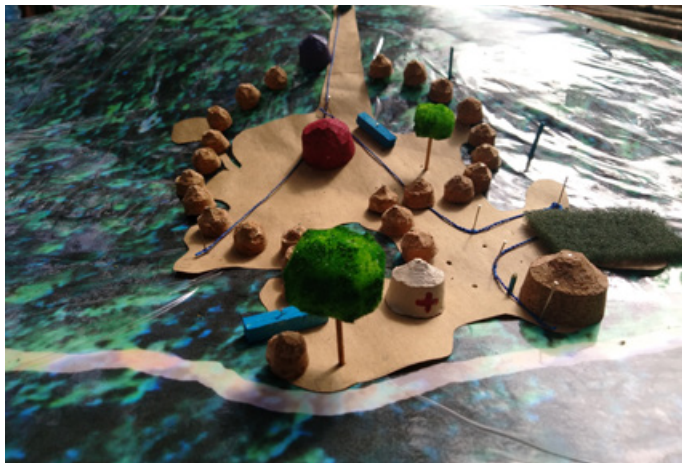
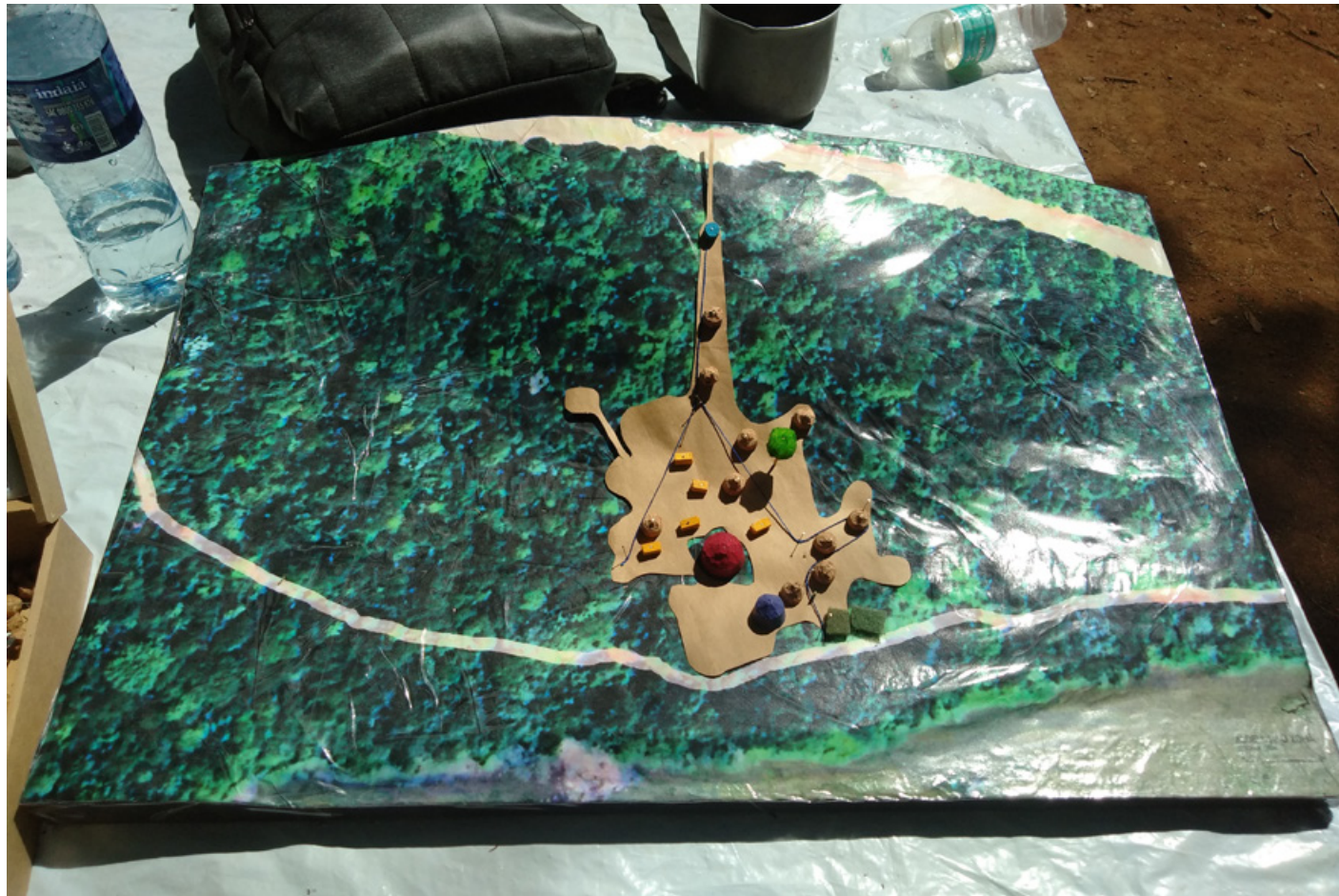
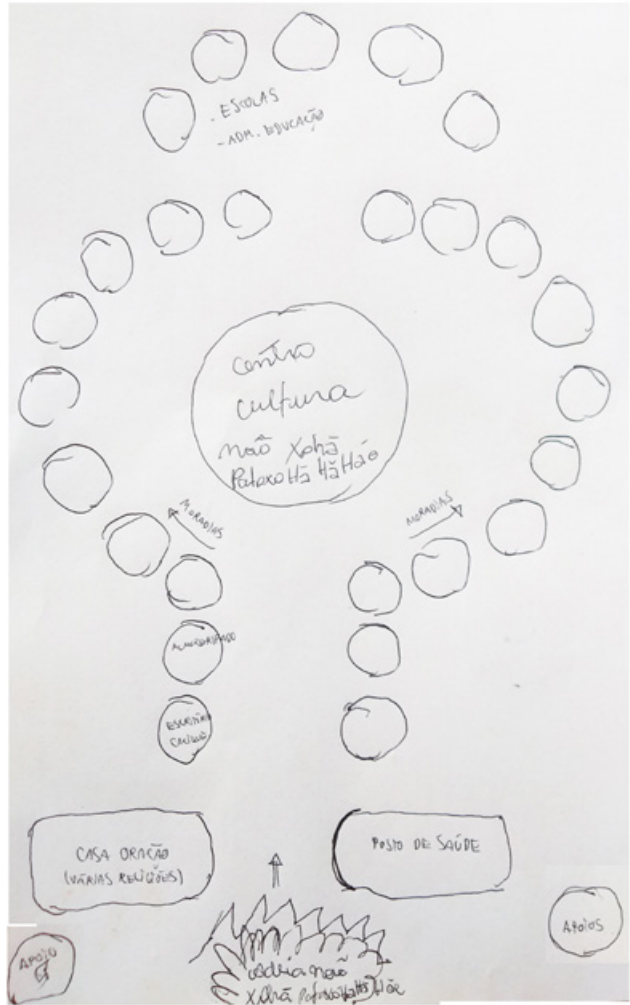


FOTO 46 Cacique Hayô relatando planos para expansão da aldeia com base em desenho produzido pelo grupo Morar Indígena. Fevereiro de 2019. Fonte: Thiago Campos.

FOTO 47 Simulação da ocupação do espaço da aldeia Naô Xohã sobre maquete produzida pelo grupo Morar Indígena. Março de 2019. Fonte: Thiago Campos.

FOTO 48 Desenho do indígena Tehé com plano para expansão da aldeia Naô Xohã com base na Reserva da Jaqueira. Março de 2019. Fonte: Thiago Campos.

FOTO 49 Maquete física com plano de expansão da aldeia de acordo com lideranças Pataxó Hã-Hã-Hãe. Março de 2019. Fonte: Thiago Campos.

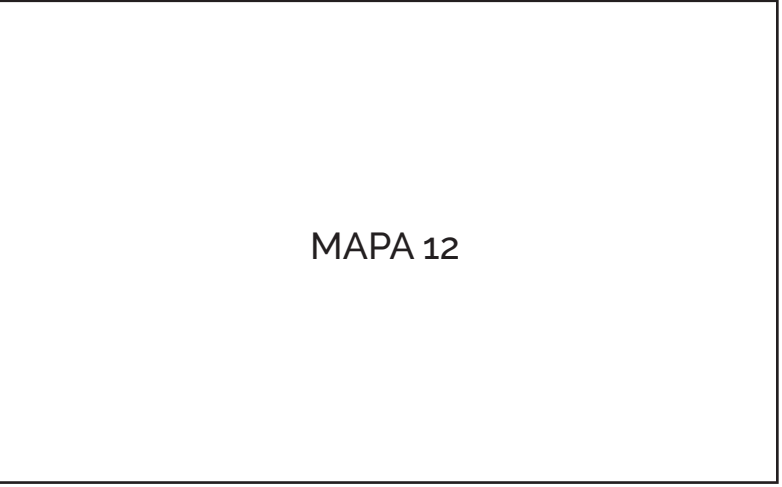
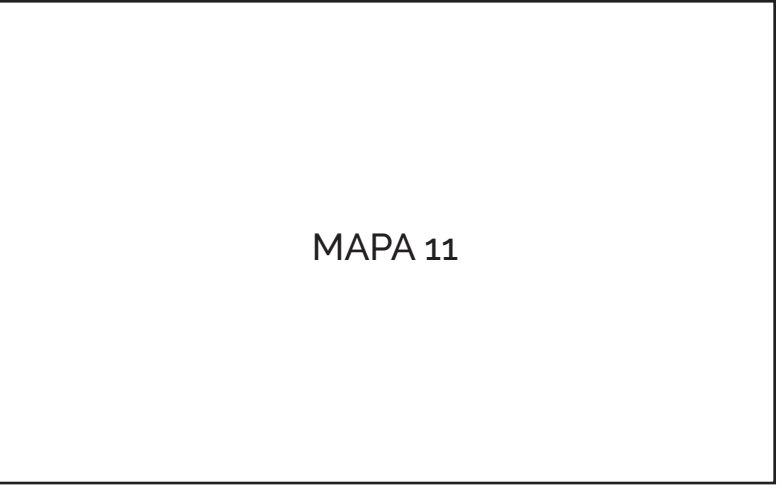
FOTO 50 Detalhe da maquete física com plano de expansão da aldeia de acordo com lideranças Pataxó Hã-Hã-Hãe. Março de 2019. Fonte: Thiago Campos.



LIMITES APROXIMADOS DA
ÁREA DEMANDADA À FUNAI
Aproximadamente 25 hectares



LIMITES APROXIMADOS DA
ÁREA DEMANDADA À FUNAI
Aproximadamente 470 hectares



MAPA 11 Limites aproximados da área demandada à Funai segundo Arakuã
Outubro de 2018. Fonte: Thiago Campos.

MAPA 12 Limites aproximados da área demandada à Funai segundo Angohó.
Fevereiro de 2019. Fonte: Thiago Campos.

3.2.6. Análises sobre a prática espacial

Em sua história sócio-espacial recente, os Pataxós Hã-Hã-Hãe fizeram um primeiro movimento buscando a cidade como possível local para melhoria de suas condições de vida, migrando das aldeias na Bahia para Belo Horizonte. Encontrando uma realidade não menos difícil do que em suas terras de origem, iniciaram um segundo movimento em busca de retomar o modo de vida da aldeia, porém, desta vez, buscando se manter próximo à cidade. A experiência dos Pataxós Hã-Hã-Hãe nos leva a pensar que as terras demarcadas para estes indígenas, no sul da Bahia, mantendo-os "confinados" em fronteiras fixas, não são mais territórios capazes de propiciar condições de vida satisfatórias a seus moradores. O crescimento da população, a incapacidade de produzir seus próprios alimentos e a falta de alternativas de geração de renda são alguns fatores que acabaram levando ao abandono do local de origem. Sendo o processo de demarcação de novas terras indígenas moroso e incerto, a vida nas cidades tem sido a opção buscada pelos que deixam suas aldeias, mesmo que a contragosto. Notamos que não é simples a articulação entre seu modo de vida e o modo de vida na cidade. O custo de vida tem sido uma questão de difícil solução: a baixa escolaridade, a ausência de recursos econômicos e sociais e as diferenças culturais os deixam com poucas alternativas de geração de renda. Também o fato de a maioria destes indígenas não terem tido outra forma de ganho financeiro além da venda de artesanato, faz com que sigam utilizando prioritariamente tal atividade quando se encontram nas cidades.

O fato de a escolha do local para a retomada estar em uma área de mata, porém dentro da RMBH, nos ajuda a compreender a conjunção de motivações dos indígenas Pataxó Hã-Hã-Hãe: primeiro, se desvincular dos altos preços de aluguel de moradia na cidade; segundo, viver num território próprio como forma de afirmar o modo de vida indígena e efetivar a conquista aos direitos diferenciados garantidos na Constituição; terceiro, contribuir para a preservação da natureza através de sua permanência no local; e quarto, não se distanciar da cidade de Belo Horizonte, utilizada para geração de renda e acesso à serviços como o atendimento à saúde e educação.

A retomada de terras em São Joaquim de Bicas pode ser considerada uma *prática espacial*⁴¹, tendo gerado um *território dissidente*⁴². Sendo assim, aqui busco relacioná-la com algumas categorias criadas por Souza (2010) visando qualificar as práticas espaciais. Ao autor interessa investigar ações que visam explícita e conscientemente gerar transformações emancipatórias da realidade sócio-espacial, entendendo por emancipatórias as práticas que possuem um viés crítico de ação coletiva, sendo, portanto, "estadocríticas". É o caso, por exemplo, de diversas ocupações urbanas existentes na RMBH, onde cidadãos comuns, amparados por movimentos sociais organizados, atuam ocupando terrenos vazios para instalação de moradias e de ocupações de terras desocupadas pelo MST. Tais ocupações são exemplos de práticas espaciais que agem tanto com viés prático, através da ocupação física de terrenos, quanto com viés crítico, reivindicando que seja atendida a função social da terra e o direito pleno à moradia a serem garantidos pelo Estado, conforme previsto na Constituição de 1988.

A retomada promovida pelos indígenas na RMBH é um exemplo de prática espacial que contrapõe o modelo heterônomo vigente. No entanto, há que se considerar que os indígenas não expõem claramente uma atitude reflexiva que poderíamos classificar como "estadocríticas", embora possam tê-la de forma irrefletida. O modelo de organização sócio-espacial adotado na nova aldeia, por si só, difere do modelo que prevalece em nosso país (no qual o Estado tem a função de organizar e manter) em aspectos como, por exemplo, a ausência de propriedade privada, a autonomia na escolha dos membros, representantes e regras de organização do grupo e o uso coletivo de hortas e recursos naturais. As ações promovidas pelos indígenas na retomada não visaram atacar frontalmente o Estado, sendo que, dependendo da situação, o posicionamento dos indígenas (para sermos mais específicos, das lideranças indígenas da Naô Xohã) com relação ao Estado se alterou: a retomada se iniciou "apesar do Estado", para usar a classificação proposta por Souza (2010), ou seja, sem contar com nenhum apoio

⁴¹ Considero que *práticas espaciais* são "práticas sociais densas de espacialidade", ou seja, diretamente impregnadas da dimensão espacial em aspectos que vão da identidade à organização (SOUZA, 2010)

⁴² Considero que *território dissidentes* são territórios que apontam novas possibilidades de relações sócio-espaciais para além o modelo heterônomo e de grande desigualdade que prevalece em nossa sociedade. (SOUZA, 2016)

de instâncias públicas. Em certos momentos os indígenas tiveram que se posicionar "contra o Estado" para defender sua permanência no território, contrapondo os argumentos legais de que a terra pertence a uma empresa privada e é uma área de preservação ambiental e, por isso, não poderia ser ocupada. Por fim, a permanência no território tem sido utilizada também como ferramenta para pressionar o Estado, o que se dá através da pressão das lideranças indígenas junto à FUNAI para que conceda auxílio e recursos. Neste sentido, o posicionamento dos indígenas passa a ser o de viabilizar a aldeia "com o Estado".

Válido destacar que as condições de precariedade são um fator determinante que faz com que os indígenas da Naô Xohã não deixem de aceitar nenhum assistencialismo, como foi o caso das casas construídas pela ONG Teto, das doações diversas recebidas de entidades filantrópicas e das ações compensatórias que têm sido implementadas pela Vale. As próprias lideranças têm consciência de que o contexto em que vivem não possibilita uma vida completamente isolada da sociedade ao seu redor: a terra não possibilita recursos para sustentar a comunidade; a água do rio Paraopeba que passa junto à aldeia não é própria para consumo; a caça de animais é controlada pelo Estado; há uma dependência de serviços da cidade como o sistema de tratamento à saúde e o acesso à educação formal para as crianças. A necessidade de inserção no contexto da cidade exige que se tenha dinheiro e, com isso, a dependência do modo de vida da cidade se completa, já que precisam buscar fontes de renda. Sendo assim, podemos dizer que o modo de vida que os indígenas da Naô Xohã têm buscado enquanto *retomada* é um híbrido entre o modo de vida dos povos pré-colombianos, isolado e autônomo, e o modo de vida urbano contemporâneo.

Voltando a analisar da retomada vista como uma prática espacial, podemos dizer que a permanência dos indígenas no território pode ser classificada, de acordo com categorias apresentadas por Souza (SOUZA, 2010, p. 40), como uma *territorialização em sentido estrito*, processo no qual a apropriação e o controle do espaço são realizados por meio da presença física. Neste caso, a territorialização é realizada pelos próprios agentes que se estabelecem no espaço, agindo com certa autonomia, diferentemente dos processos de territorialização sofridos historicamente pelos indígenas do Nordeste, impostos de forma forçada pelo

Estado e outros agentes. Daí a necessidade de marcar a diferença do termo proposto Souza, neste caso qualificando como territorialização "*em sentido estrito*". Permanecer no território foi a estratégia utilizada pelos indígenas para sair do anonimato, ganhar força política, e, ao mesmo tempo, resolver algumas das dificuldades enfrentadas na cidade como o alto custo de moradia (ainda que outras questões como atendimento à saúde e educação tenham ficado inicialmente sem solução). A insistência (e resistência) em permanecer no território tem feito com que consigam, pouco a pouco, melhorar suas condições de vida, como é exemplificado pela recente implantação do posto de atendimento médico e pelo andamento das negociações para implantação de uma escola no local⁴³, além das melhorias já promovidas na estrutura física desde sua fundação. Também a permanência foi o que os levou a encontrar uma oportunidade, mesmo que em meio a uma fatalidade: o crime cometido pela mineradora trouxe, além de melhorias diretas para a aldeia, uma nova possibilidade de efetivação da demarcação da terra. O rompimento da barragem foi também responsável pela grande visibilidade da aldeia na mídia, que passou a ser uma referência de luta pela terra. Manter-se no território segue sendo também uma forma de pressionar a FUNAI, ainda que sem avanços concretos até o momento, e de pressionar o Ministério Público Federal e a mineradora Vale para que continuem concedendo assistência aos moradores da aldeia.

⁴³ A implantação de um posto de atendimento médico e as negociações para implantação da escola na aldeia foram verificadas em junho de 2019, conforme apresentado mais à frente, no capítulo 5.

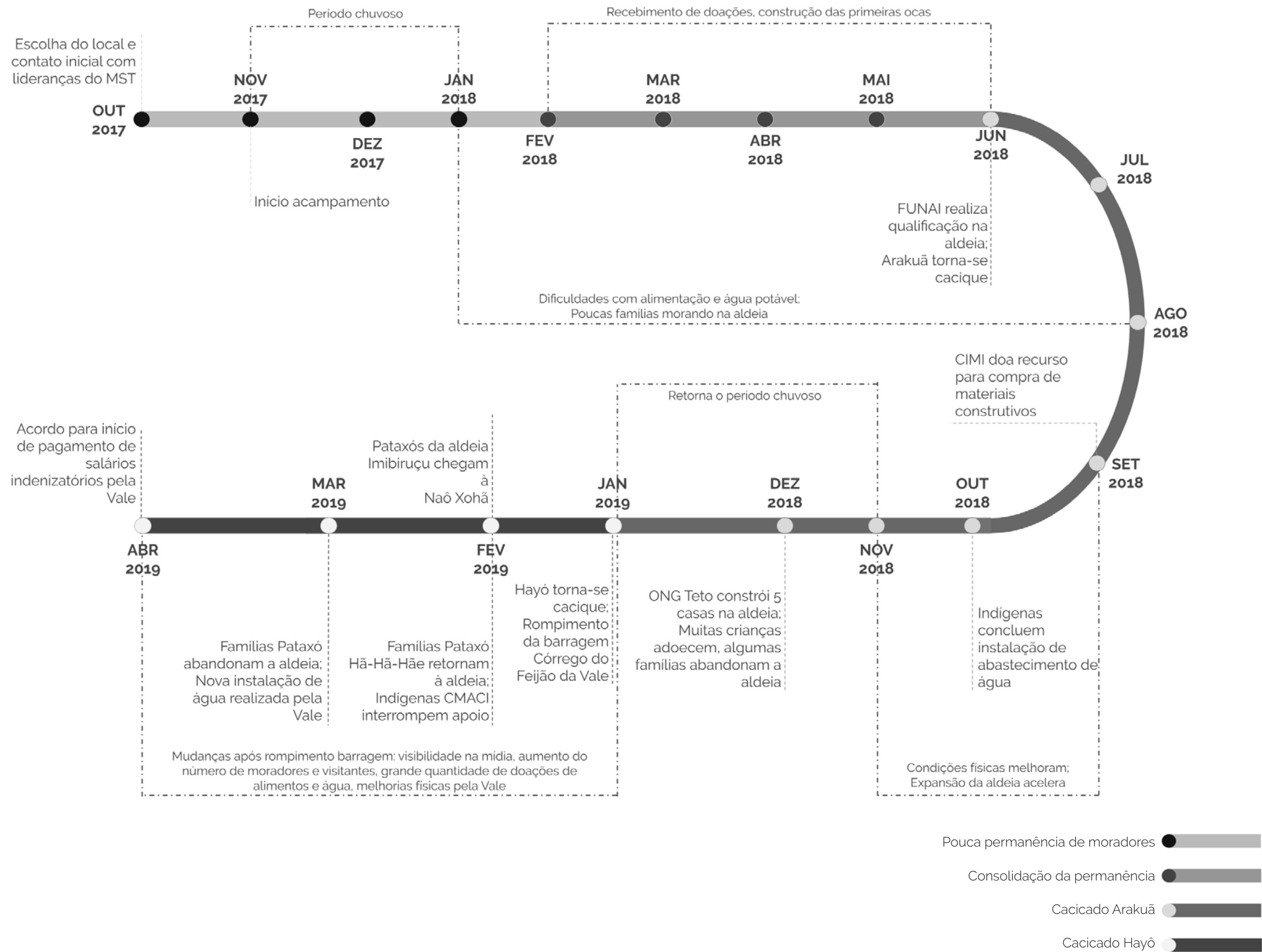


FIG. 7

Linha do tempo: evolução da aldeia Naô Xohã de outubro de 2017 a abril de 2018. Fonte: Thiago Campos.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS (PRELIMINARES)

Por estar a aldeia Naô Xohã em pleno processo de construção e expansão, e além do mais passando por rápidas transformações nos últimos meses devido às consequências do rompimento da barragem em Brumadinho, tratei as considerações finais aqui tecidas como preliminares.

É considerável a presença de indígenas em Minas Gerais, com cerca de trinta e dois mil indivíduos, segundo dados do censo 2010, e a presença de quatorze diferentes etnias que buscam se manter nas terras indígenas, segundo dados do CEDEFES. Estes números mostram que, apesar das ações dos colonizadores e do Estado brasileiro que, por séculos, foram cruéis com estas populações, promovendo miscigenações e processos de desterritorialização, estes povos ainda resistem. Resistem para não perder sua alteridade indígena, suas relações sócio-espaciais específicas, seu modo de vida, e, em muitos casos, seus territórios. Resistem, portanto, ao Estado que insiste em estender aos povos tradicionais a padronização de um modo de vida que, na prática, significa transformar estes povos em brasileiros “pobres”, massa trabalhadora.

Também considerável é a proporção de indígenas que vive atualmente fora de terras demarcadas, em contexto urbano. Na região Metropolitana de Belo Horizonte, no ano de 2010, viviam quase oito mil indígenas, segundo dados do Censo. Apesar do que mostram os números, ao investigarmos de perto a situação destes povos na RMBH, notamos que sua presença é quase invisível, poucos são os grupos que aparecem, se afirmam indígenas e lutam por seus direitos. Tal invisibilidade se deve, em parte, ao fato de que os indígenas inseridos na RMBH se encontram espalhados pelo território, além de constituírem uma população pobre, com baixa escolaridade, com trabalhos precários e em situação de grande vulnerabilidade. A invisibilidade também é reforçada pelo fato de as esferas públicas serem despreparadas para lidar com tais questões fazendo com que, no geral, não haja motivo para afirmar a indianidade.

Ao iniciar esta pesquisa, procurei investigar justamente estes poucos grupos que buscam se afirmar, lutando para existir como indígenas no contexto da RMBH. Constatei que diversas tentativas de se posicionar junto ao poder público em Belo

Horizonte nas últimas décadas tiveram desfechos pouco otimistas, sem avanços concretos. A demanda por espaços representativos e específicos a serem providos pelo poder público, pleiteada na forma de um centro de referência indígena, segue existindo, mas até o momento não se efetivou. Indígenas ligados ao CMACI têm tentado criar tal espaço com recursos próprios, mas não há nada consolidado, nada que tenha trazido melhorias para as condições de vida destes povos na cidade. Dentro deste contexto, nos últimos anos certos grupos indígenas iniciaram um novo tipo de prática espacial na RMBH: as retomadas de terra.

O objetivo deste trabalho foi, portanto, investigar como se deu a produção do espaço em uma destas recentes retomadas: o processo de criação e evolução da aldeia Naô Xohã, localizada no município de São Joaquim de Bicas. Tomo o estudo de caso aqui apresentado como exemplo de uma prática espacial vernacular, como define Corrêa (2016), entendendo que grupos minoritários também fazem parte do processo de produção do espaço das cidades brasileiras. A pesquisa se deu a partir de uma visão "de dentro", numa pequena escala (a do território ocupado pelos indígenas) porém sem perder de vista que processos resultantes de outras escalas interferem decisivamente em suas relações sócio-espaciais. Busquei manter a proximidade com o grupo estudado e realizar visitas com alguma constância, na medida que julguei necessário, tendo conseguido estabelecer uma certa relação de confiança com seus moradores o que me permitiu acompanhar a criação da aldeia mais de perto.

Acompanhando os envolvidos na criação da Naô Xohã, pude perceber que não havia uma unidade, ou um senso de coletividade, já estabelecido entre os diferentes grupos. Os grupos identificados - as lideranças Pataxó Hã-Hã-Hãe, os demais indígenas desta etnia, as famílias Pataxó e os indígenas ligados ao CMACI - mostraram abordagens nem sempre unânimes com relação ao modo como imaginam a vida em aldeia, a construção do espaço, as práticas e costumes indígenas e as perspectivas de futuro. Divergências no tratamento destas questões foram se intensificando com o passar do tempo e a partir da influência de fatores internos e de agentes externos dentro do território. Com o passar do tempo, a presença do grupo dos Pataxó Hã-Hã-Hãe, do qual partiu a iniciativa de fundar a nova aldeia, acabou prevalecendo, sendo o único grupo a se manter

atualmente no território. Este é também o grupo que carrega em si mais fortemente as marcas dos processos de territorialização sofridos pelos indígenas do Nordeste nos últimos séculos. São fruto do insustentável confinamento de povos indígenas em terras demarcadas com fronteiras rígidas, que não têm se mostrado suficientes para atender ao crescimento populacional e às novas demandas de seus moradores.

Há muito tendo se tornado dependentes do dinheiro, dos serviços do “homem branco” e do mundo urbanizado, os Pataxó Hã-Hã-Hãe, assim como os Pataxó, se viram forçados a um primeiro movimento migratório, da aldeia à cidade. Os indígenas, principalmente os pataxós Hã-Hã-Hãe que chegaram na cidade há poucos anos, não conseguiram uma inserção no contexto urbano que possibilitasse uma condição de vida digna. Para tentar sobreviver e conquistar seus direitos, apostam na afirmação da indianidade, se esforçam para desnaturalizar a mistura sofrida ao longo dos séculos e tentam comprovar a relação entre seu modo de vida com o de seus antepassados distantes. Afinal, afirmar a indianidade foi a estratégia adotada por seus parentes mais velhos, quando lutaram para garantir a demarcação de suas terras e a tutela do Estado. No contexto da cidade de Belo Horizonte, os pataxós Hã-Hã-Hãe buscaram se afirmar como indígenas através de manifestações como o uso de indumentárias típicas, o canto e dança (o chamado “Awê”) e a produção e venda de artesanato, o que fez com que, na prática, estes indígenas passassem a ser vistos pela população citadina com excentricidade. Sofrem com o preconceito, a repressão policial e a dificuldade de obter renda e arcar com os custos de vida na cidade.

Devido à grande vulnerabilidade a que estão expostos em Belo Horizonte, chegando a casos de violência física e até à morte de parentes, os Pataxós Hã-Hã-Hãe foram levados a um novo movimento migratório, desta vez da cidade à aldeia. Não enxergando perspectivas de sobrevivência em sua terra natal, a estratégia foi fundar uma nova aldeia, num processo que denominaram por *retomada*, buscando se manter nas proximidades de Belo Horizonte e seguir usufruindo de seus serviços e oportunidades como o atendimento à saúde, o acesso à escola e às feiras onde vendem artesanato e obtêm renda. Afirmer a indianidade foi novamente necessário nesta nova empreitada, mais uma vez com a intenção de

ganhar a atenção dos órgãos públicos que, segundo defendem os próprios indígenas, têm a obrigação de tutelá-los.

Neste momento entraram na história as famílias Pataxó, convidadas a participar da retomada. Afastadas há décadas do modo de vida indígena, chegaram à Naô Xohã para experimentar o que seria para eles um novo modo de vida. Empenharam-se em construir a nova realidade com as próprias mãos, não tendo uma intenção clara de afirmar uma indianidade: não usam adereços e indumentárias, não praticam rituais e não possuem nomes indígenas. Passam a acompanhar os parentes Pataxó Hã-Hã-Hã adotando alguns de seus costumes como o formato arredondado das construções e a práticas de alguns de seus rituais. São famílias mais velhas que as do primeiro grupo e não possuem crianças, o que faz com que consigam permanecer mais fixamente na aldeia, enquanto o primeiro grupo mantém um movimento pendular entre aldeia e cidade mais constante, por terem maior dependência dos serviços citadinos para sobreviver.

Os apoiadores do CMACI buscaram ajudar a aldeia a se fortalecer conseguindo ações importantes através de doações e apoio. Por estarem melhor inseridos em Belo horizonte, mudar para a aldeia não lhes interessou. Logo de início propuseram que a aldeia fosse multiétnica, podendo abarcar diferentes etnias, mas não conseguiram convencer as lideranças disso, já que estas enxergaram neste caminho um enfraquecimento da luta pelo território.

No primeiro ano da nova aldeia a situação foi marcada por grande precariedade e os grupos envolvidos mantiveram certa união para vencer as dificuldades enfrentadas. Sempre de forma muito imediatista, o espaço foi sendo construído com base em pequenas doações e no empenho dos próprios moradores. Mais espaços foram sendo ocupados, novas ocas construídas, uma instalação de água potável foi instalada pelos próprios indígenas, hortas foram plantadas e mais famílias foram se estabelecendo na aldeia.

Ao final de 2008, lideranças trouxeram a ONG Teto à aldeia, e esta promoveu uma ação assistencialista, executando cinco casas emergenciais no território. A ação da instituição, apesar de atender às demandas por habitações, não contribui para o fortalecimento do grupo. A ação da ONG tende a enfraquecer a autonomia

dos indígenas, torna-os ainda mais dependente de ações tutelares, não leva em consideração o processo de afirmação da indianidade já em curso, nem seus costumes e modos de construir e habitar. Vimos que duas famílias nem chegaram a ocupar as casas recebidas, já que outras dificuldades os fizeram abandonar a aldeia.

O crime cometido pela mineradora Vale, com o rompimento da barragem em Brumadinho, afetou consideravelmente as relações sócio-espaciais no contexto da Naô Xohã. Passando por momentos de dificuldade devido às chuvas, à distância da cidade e à precariedade das instalações, além da fragilidade do sentido de coletividade entre seus moradores, a aldeia ia perdendo moradores quando se deu tal episódio. A partir daí os ânimos se exaltaram e o ritmo das transformações se acelerou: indígenas que haviam abandonado a aldeia voltaram, parentes de longe acamparam no local, membros do CMACI se desentenderam com as lideranças e interromperam seu apoio. Disputas a respeito da legitimidade da identidade indígena dos moradores, somadas a uma disputa pelas moradias existentes e pelos recursos prometidos pela mineradora, culminou no desentendimento entre os Pataxó Hã-Hã-Hãe e os Pataxó, e estes últimos acabaram por abandonar a aldeia. O espaço também se transformou com velocidade, devido às ações assistencialistas e imediatas promovidas pela mineradora, como melhorias nas condições físicas da aldeia e grande quantidade de doações de alimentos e de materiais de construção.

Preocupações como afirmar a indianidade, enfatizar a desnaturalização da mistura étnica voltaram a ganhar importância no ponto de vista das lideranças Pataxó Hã-Hã-Hãe, em prol de se conseguir mais tutelas que passaram a vir da mineradora Vale, além de entidades filantrópicas que surgiram após o rompimento. Por intermédio do Ministério Público Federal, os indígenas tiveram que se cadastrar e agora aguardam pelo recebimento de salários indenizatórios a serem pagos pela mineradora.

Pude observar diferentes formas de lidar com os planos para o futuro da aldeia. De um lado, aparecem as lideranças, preocupadas com a posse da terra, a obtenção de apoio externo, a busca por recursos, a afirmação de uma indianidade e a intenção de que a aldeia se assemelhe à organização típica de suas aldeias na

Bahia, com atividades ligadas ao turismo e à geração de renda. Nota-se ainda que o próprio grupo das lideranças teve sua configuração alterada e também seus planos e perspectivas de futuro se modificaram, principalmente com a influência da Vale e do MPF, após o rompimento da barragem. Não só os planos de remodelagem da aldeia se tornaram mais ambiciosos, espelhados na Reserva da Jaqueira na Bahia, como a área solicitada para demarcação junto à FUNAI cresceu consideravelmente, passando de cerca 25 para cerca 470 hectares. De outro lado, temos os demais moradores, focados em produzir o espaço com suas próprias ações, preocupados prioritariamente em resolver questões imediatas do dia a dia. No caso dos Pataxó, experimentavam uma nova forma de coletividade fortemente influenciada pelo modo de vida indígena trazidos pelos Pataxó Hã-Hã-Hãe.

Tanto as primeiras lideranças quanto as atuais recorreram à regional MG/ES da FUNAI para demandar a demarcação da terra. Apesar do órgão ter reconhecido oficialmente a presença indígena através da etapa de "qualificação" da aldeia, não foram dadas perspectivas promissoras com relação à demarcação. Ainda assim, as lideranças indígenas seguem otimistas sobre a captação de projetos e recursos públicos para estruturação da aldeia. As apostas em projetos e recursos públicos como única forma de viabilizar a aldeia mostram que as lideranças Pataxó Hã-Hã-Hãe mantêm a dependência das tutelas do Estado, o que acaba por desestimular possibilidades de construção do espaço com as próprias mãos. Enquanto isso, os demais moradores, aqueles que não participam diretamente dos processos decisórios, seguem executando melhorias em seus espaços de vida, a despeito dos planos abrangentes de reestruturação do espaço.

A retomada de terras para criação da aldeia Naô Xohã pode ser vista como exemplo de prática espacial que contrapõe o modelo de produção sócio-espacial vigente, de caráter heterônomo. O posicionamento dos indígenas com relação ao poder público varia ao longo do tempo, iniciando-se "apesar do Estado", ou seja, sem apoio deste, passando por momentos "contra o Estado", ou seja, questionando suas regras, e culminando numa proposta "com o Estado", ou seja, pressionando-o para que forneça auxílios. Duas são as estratégias utilizadas pelos indígenas para legitimar sua permanência no território: a *territorialização em sentido estrito*, ou seja, a permanência física no território como forma de ganhar força política, apoio, e

pressionar os órgãos públicos e *ressignificação de lugares*, ou seja, trazendo força simbólica para sua presença através da consagração da terra.

Vemos que as condições atuais dos indígenas e a condição de grande precariedade da construção da nova aldeia fazem com que o grupo não deixe de aceitar nenhum assistencialismo (tutela) que lhes é oferecido. Com relação aos planos futuros, o propósito das lideranças da Naô Xohã é retomar não só a terra, mas também um modo de vida indígena, que tem como referência direta aquele que mantinham em suas aldeias na Bahia. Tal modo de vida pressupõe aspectos como a posse comum da terra, as moradias em ocas redondas conformando um grande pátio circular, a criação de um centro cultural para receber turistas, vender artesanato, praticar rituais como danças e cantos, a criação de hortas comunitárias, escolas onde aconteça o aprendizado do idioma Pataxó, grandes áreas de matas preservada, dentre outros. Os indígenas têm a consciência de que a inserção no mundo contemporâneo não possibilita um modo de vida isolado da sociedade, similar ao de seus ancestrais, sendo que acabam adotando, na prática, algo entre o modo de vida pré-colombiano e o modo de vida urbano. Sendo assim, um movimento pendular entre aldeia e cidade não deve deixar de existir.

Em seu primeiro ano de existência, a retomada vinha buscando resistir às condições de precariedade de forma quase autônoma e, após o rompimento da barragem da Vale, passa a estar repentinamente inserida numa complexa rede de atores. Os moradores precisam se adequar às burocracias estatais para serem reconhecidos como *atingidos* e assim receber as indenizações. Os acontecimentos após o rompimento fizeram com que a organização sócio-espacial da aldeia se alterasse de forma repentina não sendo possível prever se o desfecho final tenderá ou não para a posse coletiva da terra, como almejado no início da retomada. Modificações certamente ocorrerão nos meses que se seguem, com o recebimento dos salários e demais compensações indenizatórias. Está em aberto a possibilidade de consolidação da nova aldeia na RMBH.

5. BREVE RETORNO À ALDEIA

Já tendo finalizado o texto dos demais capítulos, realizei uma última visita à aldeia Naô Xohã, em 13 de julho de 2019, sendo minha 17ª ida ao local. Verifiquei que a ocupação do território segue em expansão, foram abertas novas clareiras ampliando o espaço utilizado. Novas ocas estão sendo construídas com estrutura de madeira e vedação em madeirites e lonas. Pela primeira vez foram feitas construções em formato retangular e alguns indígenas disseram que assim fizeram para simplificar a construção, já que os espaços são provisórios e futuramente serão reconstruídos em formato arredondado.

Percebi que há um clima de otimismo a respeito da permanência no território. O número de moradores cresceu, novos indígenas da etnia Pataxó Hã-Hã-Hãe chegaram e, segundo relatos, há cerca de trinta famílias vivendo permanentemente na aldeia. Aumentou também o número de crianças, já que famílias com filhos pequenos também se estabeleceram de vez interrompendo o aluguel dos apartamentos que serviam de apoio em Belo Horizonte. Lideranças disseram que a aldeia continuará em expansão com previsão de chegar a 50 famílias. Apesar de não ter sido possível mapear as relações de parentesco entre os novos moradores com rigor, pude perceber que os novos moradores possuem relações de parentesco com as famílias Pataxó Hã-Hã-Hãe que estão na aldeia há mais tempo. O senso de coletividade do grupo parece ter se fortalecido.

As lideranças da aldeia seguem bastante ocupadas devido à grande quantidade de visitantes. Somente nas horas em que estive presente, chegaram à Naô Xohã alguns membros de uma prefeitura para conhecer o local, apoiadores ligados a um ONG trazendo doações de roupas e um parente indígena vindo de uma aldeia da Bahia para apoiá-los.

Muitos moradores já começaram a receber os salários indenizatórios pagos pela mineradora Vale sendo que alguns ainda não conseguiram providenciar toda a documentação necessária e, por isso, estão ainda sem receber. A Vale interrompeu o envio de sextas básicas, carne e água, com o argumento de que as indenizações são suficientes para que os indígenas se sustentem. Duas famílias declararam que utilizaram o dinheiro dos salários indenizatórios na compra de

materiais de construção. Uma destas famílias está construindo uma nova oca com técnicas e materiais visando maior durabilidade: adotaram piso cimentado, envernizaram as peças de madeira da estrutura e estão instalando portas e janelas mais robustas quando comparadas às demaisocas. Duas famílias iniciaram a construção de banheiros junto às suasocas e planejam construir fossas sépticas individuais para tratamento do esgoto. Até o momento, continua existindo na aldeia apenas um banheiro com vaso sanitário e fossa, de uso comum.

Muitos moradores estavam gripados, entre crianças e adultos, e relataram que as últimas semanas foram de muito frio e que não estão preparados para isso. Observei que um médico estava na aldeia realizando atendimentos sendo que sua visita anterior havia sido realizada quarenta dias antes. O atendimento se dava em um espaço provisório, construído em estrutura de madeira e cobertura em lona, com formato retangular, localizado na região central da aldeia. O médico pertence à Secretaria Especial de Saúde Indígena (SESAI)⁴⁴ que começou a atuar recentemente na aldeia devido ao acordo de assistência firmado entre a Vale e o MPF, que pressupunha o tratamento à saúde como ação emergencial. No ano anterior os indígenas haviam solicitado atendimento à SESAI e o serviço não foi fornecido com o argumento de que a terra não estava oficialmente demarcada pelo Estado.

Com relação à educação, algumas lideranças se mostraram otimistas, disseram que estão em contato com representantes do município e do estado e que uma escola será implantada na aldeia em breve, fazendo com que possam manter as crianças no local. No dia da minha visita havia dois moradores do acampamento do MST contratados pelos indígenas para abrir uma nova clareira na parte mais alta da aldeia. Segundo Tehé, o espaço servirá para construção da escola, seguindo a lógica de distribuição espacial existente na Reserva da Jaqueira. A nova clareira encontra-se em um trecho de mata que fica acima da faixa

⁴⁴ Segundo definição do site da própria instituição, "a Secretaria Especial de Saúde Indígena (SESAI) é responsável por coordenar e executar a Política Nacional de Atenção à Saúde dos Povos Indígenas e todo o processo de gestão do Subsistema de Atenção à Saúde Indígena (SasiSUS) no Sistema Único de Saúde (SUS). Entre as atribuições da SESAI destacam-se: desenvolver ações de atenção integral à saúde indígena e educação em saúde, em consonância com as políticas e os programas do SUS e observando as práticas de saúde tradicionais indígenas; e realizar ações de saneamento e edificações de saúde indígena".

desmatada por onde passam os dutos da COPASA que, até o momento, tinha sido um dos limites do território da aldeia, o que mostra a intensão de seguir expandindo a área ocupada. A construção de um espaço para atendimento médico, a abertura da nova clareira para construção da escola e a criação de uma horta comunitária na área central da aldeia mostram que tem havido empenho em construir espaços coletivos.

Célia disse que passou a existir um problema no abastecimento de água devido ao aumento do número de moradores e de ocas. O sistema que foi custeado e construído pela Vale logo após o rompimento da barragem de Córrego do Feijão e que parte de uma caixa d'água de 10.000 litros instalada na parte mais alta da aldeia, não tem sido suficiente para atender a todos.

A aldeia segue sua expansão com um viés imediatista. Não há um planejamento de médio ou longo prazo, pensando soluções para o território de forma ampla: a localização das novas casas não segue o plano de aldeia das lideranças, não há um plano sobre como solucionar a falta de água na rede de abastecimento existente, não existem planos ou ações que tratem de questões ligadas, por exemplo, ao esgoto e ao lixo. Mesmo as melhorias promovidas pela mineradora Vale têm sido imediatistas e com caráter provisório. Até o momento os salários indenizatórios recebidos não foram utilizados para nenhum tipo de melhorias em espaços coletivos da aldeia.

Alguns indígenas mostraram preocupados com o futuro por ser o salário indenizatório recebido da Vale provisório. Consideram que o valor de um salário mínimo é muito pouco arcar com os custos de vida não dando possibilidade para um planejamento a longo prazo. Por outro lado, as lideranças seguem otimistas sobre a possibilidade de conseguirem, por parte do Estado e de ONGs, projetos e recursos para a construção da aldeia que idealizam. Por fim, muitas mudanças se anunciam ainda para este ano e há grande expectativa por parte dos indígenas de que mais ações tutelares possam trazer melhorias para a aldeia. No entanto o futuro é incerto, há de se acompanhar que caminhos tomará a retomada, principalmente quando chegar ao fim os auxílios dados pela mineradora Vale.



FOTO 51		
FOTO 52	FOTO 53	FOTO 55
	FOTO 54	

- FOTO 51

Vista geral a partir do acesso da aldeia Naô Xohã.
Junho de 2019. Fonte: Thiago Campos.
- FOTO 52

Construção provisória para posto de atendimento médico na aldeia Naô Xohã. Junho de 2019. Fonte: Thiago Campos.
- FOTO 53

Vista geral a partir da parte alta da aldeia Naô Xohã.
Junho de 2019. Fonte: Thiago Campos.
- FOTO 54

Estrutura e construções em formato retangular na aldeia Naô Xohã.
Junho de 2019. Fonte: Thiago Campos.
- FOTO 55

Vista interna de oca com estrutura em madeira, piso cimentado, laterais em madeirite e cobertura em lona na aldeia Naô Xohã.
Junho de 2019. Fonte: Thiago Campos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CAMARGO, Pablo Matos; LIMA, Ana Paula Ferreira. Povos indígenas em Minas Gerais: quem são? Disponível em: <http://www.cedefes.org.br/povos-indigenas-destaque>. Acesso em: 09 abr. 2019.

CAMPOS, Marden Barbosa de; MACEDO, Diego Rodrigues. O uso das informações dos setores censitários para estudos intraurbanos de populações indígenas: o caso da Região Metropolitana de Belo Horizonte. 2016.

CARLOS, Ana Fani Alessandri. Da "organização" à "produção" do espaço no movimento do pensamento geográfico. In: A produção do espaço urbano: agentes e processos, escalas e desafios. São Paulo: Contexto 1.ed. 4ª reimpressão, p.53-73, 2016.

CARVALHO, Maria Rosário; MIRANDA Sarah. Pataxó. Disponível em: <https://www.pib.socioambiental.org/pt/Povo:Patax%C3%B3>. Acesso em: 29 mai. 2019.

CARVALHO, Maria Rosário; SOUZA Jurema Machado de Andrade. Pataxó Hã-Hã-Hãe. Disponível em: https://pib.socioambiental.org/pt/Povo:Patax%C3%B3_H%C3%A3-H%C3%A3-H%C3%A3e. Acesso em: 29 mai. 2019.

CORRÊA, Roberto Lobato. Sobre agentes sociais, escala e produção do espaço: um texto para discussão. In: A produção do espaço urbano: agentes e processos, escalas e desafios. São Paulo: Contexto 1.ed. 4ª reimpressão, p.41-51, 2016.

CUNHA, Manuela Carneiro da. Índios no Brasil. História, direitos e cidadania. São Paulo: Claro Enigma, 2012.

DE PAULA Luis Roberto. Afirmação de direitos indígenas em contextos ampliados de interação social: referências bibliográficas e alguns problemas de investigação. ARACÊ – Direitos Humanos em Revista, Ano 4, Número 5, fevereiro 2017.

ELLIOTT, Jane. Using narrative in social research: qualitative and quantitative approaches. Sage Publication, London, Thousand Oaks, New Delhi, 2005.

FAVRET-SAADA, Jeanne. Ser afetado. Cadernos de campo n.13. São Paulo, USP. 2005.

FERREIRA, Vanessa Cardoso et al. Perfil sociodemográfico dos autodeclarados indígenas residentes na Região Metropolitana de Belo Horizonte. Relatório Preliminar. GVC Brasil em colaboração com a UFMG. Belo Horizonte, 2012.

GOLDMAN, Márcio. Alteridade e experiência: antropologia e teoria etnográfica. Etnográfica, v. X, n. 1, p. 161-173, 2006.

GROAT, Linda; WANG, David. Architectural research methods. Second Edition, Wiley. 2013.

HARVEY, David. Cidades Rebeldes: Do direito à cidade à revolução urbana. Martins Fontes, São Paulo, 2014.

IBGE. Censo Demográfico 2010 – Características gerais dos Indígenas. 2012.

KAPP, Silke; BALTAZAR, Ana Paula; MORADO NASCIMENTO, Denise. Architecture as critical exercise: little pointers towards alternative practices. Alternate Currents, field: (a free journal for architecture), vol. 2, no. 1, October 2008.

KAPP, Silke. Experiências em Assessoria Técnica e suas questões. In: Assistência Técnica e Direito à Cidade. Rio de Janeiro: FNA/ CAU-RJ, p.113-122, 2014.

KAPP, Silke. Grupos sócio-espaciais ou a quem serve a assessoria técnica. Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais, v.20, n.2, maio-agosto, p.221-236, 2018.

LEFEBVRE, Henri. A produção do espaço. Trad. Doralice Barros Pereira e Sérgio Martins (do original: La production de l'espace. 4e éd. Paris: Éditions Anthropos, 2000). Primeira versão: início - fev.2006.

MENDONÇA, Jupira; CAETANO, André. Minas Gerais e a Região Metropolitana de Belo Horizonte no Censo 2010. Observatório da Metrópoles CNPq/INCT. 201?

NUNES, Eduardo Soares. Aldeias urbanas ou cidades indígenas? Reflexões sobre índios e cidades. Espaço Ameríndio, Porto Alegre, v. 4, n. 1, p. 9-30, jan./jun. 2010.

OIT. Convenção nº 169 sobre povos indígenas e tribais e Resolução referente à ação da OIT / Organização Internacional do Trabalho. Brasília. 2011.

OLIVEIRA, Neyilton da Costa. O direito de propriedade no Brasil: As mazelas decorrentes de uma concepção liberal do Direito. Disponível em: <https://jus.com.br/artigos/54865/o-direito-de-propriedade-no-brasil>. Acessado em 06/2019. Publicado em 01/2017.

PACHECO DE OLIVEIRA, João. Uma etnologia dos "índios misturados"? Situação colonial, territorialização e fluxos culturais. In: O nascimento do Brasil e outros ensaios: "pacificação", regime tutelar e formação de alteridade. Rio de Janeiro: Contra Capa, 2016.

PAGLIARO, Heloísa et al. orgs. Demografia dos povos indígenas no Brasil. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2005.

SOUZA, Marcelo Lopes de. A prisão e a ágora: reflexões em torno da democratização do planejamento e da gestão das cidades. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006.

----- . Com o Estado, apesar do Estado, contra o Estado: Os movimentos urbanos e suas práticas espaciais, entre a luta institucional e a ação direta. In: Revista Cidades, v.7, n.11. 2010.

----- . Os conceitos fundamentais da pesquisa sócio-espacial. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil. 2013.

----- . A cidade, a palavra e o poder: práticas, imaginários e discursos heterônomos e autônomos na produção do espaço urbano. In: A produção do

espaço urbano: agentes e processos, escalas e desafios. São Paulo: Contexto 1.ed. 4ª reimpressão, p.147-166, 2016.

URIARTE, Urpi Montoya. Podemos todos ser etnógrafos? Etnografia e narrativas etnográficas urbanas. In Revista Redobra. Número 10. PPG-AU/FAUFBA. 2012

VIVEIROS DE CASTRO, Eduardo. O nativo relativo. Mana. vol.8 no.1 Rio de Janeiro Apr. 2002.

-----, Eduardo Viveiros de Castro: Encontros. (Org. Renato Sztutman). Rio de Janeiro: Beco do Azougue, 2012.

APÊNDICE A – ATIVIDADES REALIZADAS COMO TRABALHO DE CAMPO DURANTE A PESQUISA

A seguir, apresento tabela onde constam as atividades realizadas por mim como trabalho de campo desta pesquisa, durante as quais foram coletados dados que serviram de base para elaboração do texto da dissertação.

Data	Local	Descrição
04/05/2017	Câmara Municipal de BH	Acesso à ata da audiência pública realizada com a finalidade de discutir a criação do Centro de Referência Indígena em Belo Horizonte. Iniciativa da vereadora Cida Falabella.
11/07/2017	Escola de Arquitetura da UFMG	Participação na banca de avaliação dos trabalhos finais de disciplina do curso de graduação em Arquitetura e Urbanismo da UFMG. Os alunos apresentaram propostas de projeto para o Centro de Referência Indígena em BH.
11/07/2017	Escola de Arquitetura da UFMG	Conversa com Avelin Buniacá Kambiá a respeito da situação dos indígenas em Belo Horizonte.
02/08/2017	SindSaúde	Participação em reunião do CMACI que teve o propósito de organizar o evento denominado 1ª Conferência Livre Indígena.
09/08/2017	Praça 7 (BH)	Participação no ato promovido pelos indígenas e apoiadores do CMACI com o intuito de dar visibilidade ao Dia Internacional dos Povos Indígenas.
20/08/2017	Parque Municipal de BH	Participação em reunião do CMACI que teve o propósito de organizar o evento denominado 1ª Conferência Livre Indígena.
01/09/2017	Faculdade de Medicina da UFMG	Acesso à ata da 1ª Conferência Livre Indígena de BH, encontro realizado entre membros do CMACI para discutir as condições de vida dos indígenas na cidade.
28/09/2017	Escola de Arquitetura da UFMG	Reunião com Avelin para discutir a possibilidade de criação de um canal de comunicação com nome "Indianiza BH" com a finalidade de divulgar atividades dos indígenas na cidade.
31/10/2017	Por telefone	Conversa com Avelin para criação do projeto "Indianiza BH" a ser inscrito atendendo ao edital Rumos Itaú Cultural 2017-2018.
10/11/2017	Fundação Municipal de Cultura de BH	Participação em reunião com membros do CMACI junto ao secretário de cultura Juca Ferreira. As discussões giraram em torno da venda de artesanato nas ruas de Belo Horizonte e da criação do Centro de Referência Indígena na capital.
13/11/2017	Fundação Municipal de Cultura de BH	Acompanhamento, junto com alguns indígenas do CMACI, da apresentação realizada por técnicos da SUPLAN a respeito de imóveis desocupados no hipercentro de Belo Horizonte.
16/11/2017	Câmara Municipal de BH	Acompanhamento da apresentação de projetos de lei criados pelas vereadoras Áurea Carolina e Cida Falabella relacionados à inserção de indígenas na cidade.
03/12/2017	Feira Hippie (BH)	Comparecimento no ato realizado pelos indígenas contra anúncio da prefeitura sobre proibição da participação dos mesmos na Feira Hippie.
11/01/2018	Por telefone	Conversa a respeito da ocupação da terra em São Joaquim de Bicas para moradia de indígenas.
24/01/2018	São Joaquim de Bicas	Visita ao local após início da retomada de terras.

12/02/2018	Por telefone	Conversa a respeito de desenho apresentado por Célia com um projeto para um Centro Cultural dos indígenas Pataxó.
12/02/2018	São Joaquim de Bicas	Visita à aldeia para evento organizado por Kapua Puri com participação de indígenas da etnia Puri. Não encontrei os indígenas no local.
11/04/2018	Praça 7 (BH)	Acesso à registros fotográficos e de depoimentos de indígenas.
17/04/2018	Câmara Municipal de BH	Participação em debate realizado na câmara em torno da temática da inserção de indígenas na cidade.
04/05/2018	Faculdade de Medicina da UFMG	Acesso à ata da reunião que tratou dos problemas e dificuldades enfrentados pelos indígenas no contexto de vida na cidade.
18/05/2018	Faculdade de Medicina da UFMG	Acesso à ata da reunião que deu continuidade aos assuntos iniciados na reunião anterior.
23/05/2018	SindSaúde	Participação em reunião com membros do CMACI para tratar sobre dificuldade de uso de espaços públicos para venda de artesanato em Belo Horizonte.
05/06/2018	Por telefone	Relatos dos indígenas sobre a visita de técnicos da FUNAI à aldeia Naô Xohã em São Joaquim de Bicas.
03/08/2018	Faculdade de Medicina da UFMG	Participação em reunião com membros do CMACI para discutir estratégias de apoio aos moradores da aldeia Naô Xohã.
07/08/2018	Aldeia Naô Xohã	Visita à aldeia Naô Xohã, em São Joaquim de Bicas, juntamente com apoiadores e indígenas do CMACI.
09/08/2018	Praça 7 (BH)	Auxílio na criação de material para divulgação do ato realizado no Dia Internacional dos Povos Indígenas na praça 7
20/09/2018	Câmara Municipal de BH	Reunião com a indígena Avelin Buniacá e a vereadora Cida Falabella para entrega de revista com informações sobre a situação dos indígenas na cidade de Belo Horizonte produzida junto ao grupo Morar Indígena.
06/10/2018	Aldeia Naô Xohã	Visita à aldeia Naô Xohã.
10/10/2018	Aldeia Naô Xohã	Visita à aldeia Naô Xohã com o professor Adriano Mattos.
22/10/2018	Aldeia Naô Xohã	Visita à aldeia Naô Xohã com o professor Adriano Mattos e seus alunos.
24/10/2018	Por telefone	Conversa a respeito do histórico da aldeia que está sendo elaborado pelo indígena para envio à FUNAI.
07/11/2018	Aldeia Naô Xohã	Visita à aldeia Naô Xohã com o professor Frederico Canuto.
22/11/2018	Aldeia Naô Xohã	Visita à aldeia Naô Xohã com alunos da disciplina ministrada pelo professor Adriano Mattos.
08/12/2018	Aldeia Naô Xohã	Visita à aldeia Naô Xohã para acompanhamento das construções das casas por voluntários da ONG Teto.
21/12/2018	Aldeia Naô Xohã	Visita à aldeia Naô Xohã com Leticia Nunes, bolsista do grupo Morar Indígena.
01/10/2019	Faculdade de Medicina da UFMG	Participação em reunião com membros do CMACI para discutir estratégias de apoio aos indígenas da RMBH e aos moradores da aldeia Naô Xohã.
20/01/2019	Parque Municipal de BH	Acesso aos registros do evento realizado por indígenas e apoiadores do CMACI no Dia da Consciência Indígena
31/01/2019	Praça 7 (BH)	Acesso aos registros do evento realizado por indígenas e apoiadores do CMACI na Praça 7
02/05/2019	Aldeia Naô Xohã	Visita à aldeia Naô Xohã com o professor Frederico Canuto.

12/02/2019	MPF (BH)	Acesso à ata as reunião entre lideranças indígenas da aldeia Naô Xohã, MPF e representantes da mineradora Vale.
20/02/2019	Aldeia Naô Xohã	Visita à aldeia Naô Xohã com Eduarda Monti, bolsista do grupo Morar Indígena.
14/03/2019	Aldeia Naô Xohã	Visita à aldeia Naô Xohã com o professor Frederico Canuto para atividade com base na maquete física da aldeia.
18/03/2019	Por telefone	Conversa com Kika para entendimento das situação dos indígenas Pataxó que viviam na aldeia Naô Xohã
25/03/2019	Por telefone	Conversa com Célia [Angohó] sobre situação da aldeia Naô Xohã
18/03/2019	Por telefone	Conversa com Elisia e Kenya para entendimento da situação dos indígenas Pataxó que viviam na aldeia Naô Xohã.
23/03/2019	Hotel IBIS Afonso Pena	Entrevista com Pablo Matos Camargo, membro da FUNAI regional ES/MG.
26/03/2019	Aldeia Naô Xohã	Visita à aldeia Naô Xohã para realização de entrevistas narrativas com indígenas moradores da aldeia.
27/03/2019	Aldeia Naô Xohã	Visita à aldeia Naô Xohã para realização de entrevistas narrativas com indígenas moradores da aldeia.
28/03/2019	Aldeia Naô Xohã	Visita à aldeia Naô Xohã para realização de entrevistas narrativas com indígenas moradores da aldeia.
05/04/2019	MPF (BH)	Acesso à ata da reunião entre lideranças indígenas da aldeia Naô Xohã, MPF e representantes da mineradora Vale.
10/04/2019	Por telefone	Conversa com Kenya para entendimento da situação dos indígenas Pataxó que viviam na aldeia Naô Xohã.
10/04/2019	Por telefone	Conversa com Pablo Matos Camargo, membro da FUNAI regional ES/MG, sobre da situação da aldeia Naô Xohã.
28/05/2019	Por telefone	Conversa com Elisia para entendimento da situação dos indígenas Pataxó que viviam na aldeia Naô Xohã.
04/06/2019	Por telefone	Conversa com Pablo Matos Camargo, membro da FUNAI regional ES/MG, sobre da situação da aldeia Naô Xohã.
04/06/2019	Por telefone	Conversa com o antropólogo Marcos Rezende Silva, terceirizado pela mineradora Vale, sobre da situação da aldeia Naô Xohã.
13/06/2019	Aldeia Naô Xohã	Visita à aldeia Naô Xohã com o professor Frederico Canuto.